



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ: 13.846.902/0001-95  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



**PROCESSO**  
**ADMINISTRATIVO**  
**062/2025**

**CREDENCIAMENTO**  
**006/2025**  
**CHAMADA PÚBLICA Nº**  
**006/2025**

**3º FASE HABILITAÇÃO**  
**AGOSTO DE 2025**

**OBJETO:** CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025, e demais condições descritas no edital e em seus anexos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 1.143/2023, Lei Municipal nº 426/2022.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ.  
CNPJ: 13.846.902/0001-95  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS.

# EDITAL

0000004



## EDITAL

**CREDENCIAMENTO Nº 006/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 062/2025**

O **MUNICÍPIO DE ITACARÉ**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 13.846.902/0001-95 com sede na Rua Heraldo de Melo Lopes, s/n, Centro – Itacaré – Bahia CEP – 45.530-000, representado pelo prefeito municipal, o Sr. **EDSON ARANTE SANTOS MENDES**, inscrito no CPF nº 004.875.375-05, Carteira de Identidade nº 08.398.663-48 SSP-BA, no uso de suas prerrogativas legais, torna público para conhecimento de quantos possam se interessar que está aberto o **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025**, e demais condições descritas no edital e em seus anexos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 1.143/2023, Lei Municipal nº 426/2022.

**INÍCIO DO CREDENCIAMENTO:** A partir das 10:00 horas do dia 21/02/2025

**TÉRMINO DO CREDENCIAMENTO:** Nos termos do art. 5, da Lei Municipal nº 426/2022, o Chamamento Público para credenciamento estará aberto pelo período de 12 (doze) meses, sendo que o(s) contrato(s) terá vigência pelo mesmo prazo de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo, caso haja interesse da administração e com anuência da credenciada, ser prorrogado por igual período, observados os prazos previstos nos artigos 105, 106 e 107 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, através de Termo Aditivo.

**LOCAL PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO:** Deverá apresentar os documentos de habilitação com o pedido de credenciamento e protocolo no Setor de Licitação no endereço: Rua Heraldo de Melo Lopes, s/n, Centro – Itacaré – Bahia CEP – 45.530-000.

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES:** No Departamento de Compras e Licitações de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 16h00min, na Rua Heraldo de Melo Lopes, s/n, Centro – Itacaré – Bahia CEP – 45.530-000 ou pelo e-mail: itacare.licitacoes@gmail.com.

### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Conforme item 15, deste instrumento de convocação, os interessados têm até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, para impugnar ou solicitar esclarecimentos deste Edital, por irregularidade na aplicação da Lei 14.133 de 2021, Lei Municipal nº 426 de dezembro de 2022 e do Decreto nº 1.143, de 25 de janeiro de 2023 Municipal. Só após esse prazo legal, dar-se-á início a recepção dos documentos para o credenciamento a partir do dia 21/02/2025.

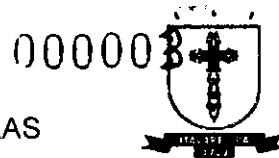
O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), endereço eletrônico no link de licitações (<https://itacare.ba.gov.br/>).

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente edital de **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025**, de acordo com o Anexo I do presente Edital.

1.2. As especificações e demais condições do **CREDENCIAMENTO** constam dos Anexos a este Edital, partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

#### 2. DO ACESSO



2.1. O acesso ao credenciamento é livre a todos os interessados da pessoa jurídica compatível com o objeto licitado que comprovem possuir os requisitos necessários à execução dos serviços, por meio da apresentação dos documentos listados no presente edital a partir da data de sua publicação.

2.2. Este Credenciamento ficará aberto, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados, conforme art. 5 da Lei Municipal 426/2022.

### 3. DOS ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

3.1. Qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos ao presente Edital de Credenciamento por eventuais omissões ou dúvidas, a qualquer momento após a publicação do seu aviso, via e-mail.

### 4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E CONDIÇÕES CONTRATUAIS

4.1. O prazo de vigência do edital será de 12 (doze) meses.

4.2. O termo de credenciamento poderá ser rescindido a qualquer tempo pela Administração Pública, mediante notificação formal, sem prejuízo da manutenção das obrigações contradas durante a vigência do contrato.

4.3. A forma como devem ser prestados estão discriminados no Anexo I deste Edital.

4.4. A contratação decorrente deste credenciamento será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta faz parte do Anexo III deste Edital.

### 5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar do presente Credenciamento:

5.1.1. Pessoas jurídicas, legalmente constituídas, habilitadas, com idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico fiscal e que satisfaçam as condições fixadas neste Edital e seus anexos, e que aceitem as normas estabelecidas pelo Município de Itacaré.

5.2. Não poderão participar deste Credenciamento:

5.3. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.4. pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.6. empresas em consórcio;

5.7. pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.8. agente público do órgão ou entidade licitante:

5.8.1. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.8.2. Como condição prévia à participação no credenciamento, o Agente de Contratação verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação em licitação ou a contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

5.8.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

5.8.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.8.5. Cadastro de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU: <https://contas.tcu.gov.br>.

5.9. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação da interessada.

### 6. DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação será realizada de acordo com a ordem cronológica de recebimento de solicitação de credenciamento pela Comissão de Licitação, dentro do prazo estipulado no presente edital, assegurando a igualdade de tratamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS



6.2. Durante os primeiros 30 dias após a publicação do chamamento, todas as empresas credenciadas poderão ser contratadas, conforme ordem de rodízio estipulado pela unidade solicitante, de modo que todos credenciados executem os serviços.

6.3. Passado o período de 30(trinta) dias, caso surjam novos interessados, os mesmos serão credenciados, desde que atendidos aos requisitos mínimos, de habilitação. No prazo de até 15 dias após recebimento da documentação, será divulgado resultado no diário oficial, do município <https://sai.io.org.br/ba/itacare/site/DiarioOficial>, juntamente com a data que será feito novo rodízio para que a (s) contratação (ações) seja (m) efetivada (s).

6.4. A Administração atualizará o sistema de rodízio periodicamente caso haja novos credenciados para a contratação ao longo do período de 12 meses, respeitados os procedimentos estabelecidos no Decreto Municipal nº 1.143/23.

6.5. Na hipótese de contratação paralela e não excludente, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, será adotado, como critério objetivo de distribuição da demanda, a ordem de credenciamento das empresas.

6.6. Havendo 03 (três) negativas de atendimento a solicitação de serviços pela empresa credenciada a Secretaria Solicitante, deve apresentar relatório, solicitando a rescisão do credenciamento, cabendo a notificação a empresa para apresentação de contraditório e ampla defesa.

6.7. Quando não realizado o serviço pela empresa, por sua vez, a Secretaria com a unidade/secretaria solicitante, deverá solicitar a próxima empresa credenciada, conforme ordem cronológica, a elaboração da solicitação de serviços e assim sucessivamente.

## 7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. Serão credenciados todos os interessados que atenderem as exigências estabelecidas neste Edital.

7.2. A documentação para o credenciamento compreende a Solicitação de Credenciamento, conforme modelo constante no Anexo II, e os documentos de habilitação constante no presente Edital.

7.3. A documentação para o credenciamento deverá ser entregue ao Departamento de Licitações de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 16h00min, na Rua Heraldo de Melo Lopes, s/n, Centro – Itacaré – Bahia CEP – 45.530-000

7.4. Nos termos do art. 5 da Lei Municipal 426/2022, o credenciamento ficará aberto por prazo de 12 (doze) meses, disponível para ingresso dos interessados a qualquer momento.

7.5. Os interessados, ao realizarem a solicitação de credenciamento, concordam integralmente com os termos deste Edital e seus anexos.

## 8. DO VALOR

8.1. Os serviços serão pagos mensalmente, de acordo com a quantidade de serviços prestados, conforme especificações e valores constantes no Anexo I do presente edital, entendido este preço como justo e suficiente para a total execução do presente objeto

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta de habilitação vinculam a Contratada.

8.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

## 9. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

9.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado apresentar os seguintes documentos:



000005

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS



**9.1.1. Habilitação jurídica:**

9.1.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

9.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado de documento comprobatório de seus atuais administradores, no caso de sociedade empresária;

9.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhado de prova da diretoria em exercício, no caso de sociedade simples;

9.1.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.1.6. Cédula de identidade ou qualquer documento oficial de identificação com foto do representante legal da empresa.

**9.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

9.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) emitido através de consulta no site oficial da Receita Federal do Brasil - RFB, com inscrição ativa e contendo Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE, compatível com o objeto deste certame.

9.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, por meio da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e a Contribuições Sociais, expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.2.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.2.6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação da CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

9.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.2.8. Alvará de funcionamento sede da licitante;

**9.3. Qualificação Econômico-Financeira:**

9.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de no máximo 90 (noventa) dias anteriores a data de entrega do documento;

**9.4. Qualificação Técnica:**

9.4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, que deverá ser apresentada através de no mínimo 01 (uma) certidão, ou atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços similares.

**9.4.2. OS MÉDICOS INTERESSADOS** devem apresentar os seguintes documentos para comprovar sua qualificação técnica:

9.4.2.1. Diploma de Graduação em Medicina – Certificado de conclusão do curso de Medicina, emitido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC);

9.4.2.2. Registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) – Documento que comprove a regularidade do profissional junto ao CRM do estado da Bahia;

9.4.2.3. Certidão de Regularidade Profissional – Certidão emitida pelo CRM informando a inexistência de sanções éticas ou disciplinares;

9.4.2.4. Certificado de conclusão de curso de especialização ou residência médica (quando aplicável), emitido por instituição reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) ou pelo MEC, conforme a exigência específica da função a ser desempenhada.

9.4.3. A documentação deverá ser apresentada em cópia autenticada ou acompanhada dos respectivos originais para conferência, conforme as normas do edital ou instrumento convocatório vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

000006



**9.4.4. Impedimentos de participação no certame:**

- a) Empresa suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) Empresa com falência declarada, em liquidação judicial ou extrajudicial;
- c) Empresa que tenha funcionário ou membro da Administração do Poder Executivo Municipal de Itacaré/Ba, mesmo subcontratado, como dirigente, acionista detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, controlador ou responsável técnico.

**9.4.5.** A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

**9.5. Documentações complementares**

**9.5.1.** Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;

**9.5.2.** Requerimento de credenciamento devidamente preenchido, em conformidade com o modelo disposto no Edital;

**9.5.3.** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021;

**9.5.4.** Declaração que está ciente do edital e concorda com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e dos valores propostos, conforme art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

**9.5.5.** Declaração para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88;

**9.5.6.** Declaração que não possui, na cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou Forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/ 88;

**9.5.7.** Declaração de atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados;

**9.6. Disposições gerais sobre a documentação de habilitação:**

**9.6.1.** Os documentos serão remetidos por meio digital e poderão ser solicitados no original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Agente de Contratação;

**9.6.2.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;

**9.6.3.** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;

**9.6.4.** Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

**9.6.5.** A entrega de documento de habilitação que apresente falha não sanável acarretará a inabilitação do interessado, exceto quanto à documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, quando será assegurado o prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme previsto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar 123/2006.

**9.6.6.** O Agente de Contratação poderá diligenciar efetuando consulta na internet junto aos sites dos órgãos expedidores a fim de verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico, exclusivamente a seu critério.

**9.7.** Os documentos exigidos serão analisados pelo Agente de Contratação no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir da entrega, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período pela autoridade competente.



## 10. ABERTURA, PROCEDIMENTOS E JULGAMENTO

10.1. A documentação exigida para credenciamento será analisada pelo Agente ou Comissão de Contratação, observando-se os seguintes procedimentos:

10.1.1. Examinada a documentação e atendidos os requisitos exigidos neste edital e seus anexos, o prestador interessado será declarado pelo Agente ou Comissão de Contratação como habilitado para a prestação dos serviços objeto do credenciamento.

10.1.2. O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital de credenciamento, se habilitado, será credenciado no órgão ou entidade contratante, encontrando-se apto a ser contratado para executar o objeto quando convocado.

10.1.3. O resultado do credenciamento será publicado no Diário Oficial do Município em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis.

10.1.4. Os proponentes inabilitados, serão notificados para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, providenciem os documentos escoimados dos vícios que geraram sua inabilitação.

10.1.5. A inobservância ao prazo estabelecido no subitem anterior e/ou a ausência/inexatidão nos documentos novamente apresentados, acarretarão na inabilitação e exclusão do proponente do processo de credenciamento.

10.1.6. Ocorrida a exclusão do proponente pela ausência de documentação mínima necessária ao credenciamento, o mesmo poderá, durante o período de vigência do edital, apresentar nova documentação para credenciamento.

10.1.7. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente ou Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.2. Da Abertura e Julgamento da Documentação de Habilitação será lavrada ata, assinada pelo Agente ou Comissão de Contratação, que será encaminhada, via e-mail, ao prestador interessado, bem como publicada no Diário Oficial do Município.

10.3. As fases internas do procedimento, assim sendo as atas, convocações e demais atos serão divulgadas através do Diário Oficial de Itacaré – site: <https://itacare.ba.gov.br>, quando necessário, ficando desde a data da publicação convocado o fornecedor interessado a apresentar recurso ou demais manifestações cabíveis.

## 11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Após a declaração de habilitação do prestador interessado, não havendo manifestação recursal, a Autoridade Competente opinará sobre a adjudicação do credenciado.

11.2. No caso de interposição de recurso, caberá à Autoridade Competente, após decisão do recurso, opinar pela adjudicação do credenciado.

11.3. A autoridade competente homologará o credenciamento, convocando o credenciado a assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente.

## 12. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Homologado o credenciamento, o prestador credenciado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, cujo prazo de validade encontra-se nele fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3. Caberá ao Gestor de Contratos o gerenciamento dos participantes contratados por meio deste Edital de Credenciamento.

## 13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Decreto nº 1.143, de 25 de janeiro





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

000008



de 2023.

**13.2.** Caberá recurso, com efeito suspensivo, nos casos de habilitação ou inabilitação no cadastramento para o credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, conforme Decreto nº 1.143, de 25 de janeiro de 2023.

**13.3.** Os recursos serão recebidos por meio eletrônico e serão dirigidos à autoridade máxima do órgão ou entidade contratante por intermédio do agente de contratação ou da comissão especial de credenciamento designada, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informados.

**13.4.** A autoridade máxima, após receber o recurso e a informação do agente de contratação ou da comissão especial de credenciamento designada, proferirá, também no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a sua decisão, devendo promover a sua respectiva publicação, conforme o prazo do item 8.1.3.

**13.5.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**13.5.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**13.5.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 24 (horas).

**13.5.3.** Nesse momento o agente de contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**13.6.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**13.7.** O recurso será dirigido ao responsável pela condução do edital, o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo, contado do recebimento dos autos.

**13.8.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**13.9.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**13.10.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**13.11.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**13.12.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no setor de licitação, no endereço constante neste Edital.

**13.13.** Durante a vigência do edital de credenciamento, incluídas as suas republicações, o órgão ou entidade contratante, a seu critério, poderá convocar por ofício os credenciados para nova análise de documentação, quando serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando do cadastramento para o credenciamento do interessado, sob pena de descredenciamento.

**13.14.** A partir da data em que for convocado para apresentar a documentação atualizada, o credenciado terá até 5 (cinco) dias úteis para enviá-la.

**13.15.** A análise da documentação deverá ser realizada em prazo igual ao do cadastramento para o credenciamento, cuja decisão está sujeita a recurso na forma do item 11.2, 11.3 e 11.4 com base no Decreto nº 1.143, de 25 de janeiro de 2023.

**13.16.** Os credenciados convocados para apresentar a documentação referida no item 7 deste participarão normalmente, quando for o caso, dos sorteios de demandas ou das convocações feitas pelo órgão ou entidade contratante.

**13.17.** O resultado da análise prevista do item 7, será publicado no prazo de cinco dias úteis.

#### **14. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**14.1.** A gestão e a fiscalização do contrato seguirão os termos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais regulamentações da matéria na Prefeitura Municipal Itacaré.

**14.2.** A gestão e a fiscalização do contrato encontram-se discriminadas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

**14.3.** Cabe à Secretaria Municipal solicitante, a execução e fiscalização do serviço.

#### **15. DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS



15.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

15.2. A Contratada obriga-se por si, por seus empregados e prepostos, a tratar de forma absolutamente confidencial e de caráter sigiloso todos os dados, informações, plantas e croquis, acesso a servidores e banco de dados, segredos comerciais, marcas, criações, desenhos, especificações técnicas e comerciais da CONTRATANTE e suas coligadas, aos quais venha a ter acesso por força deste instrumento. Obriga-se, ainda, a CONTRATADA a manter sua confidencialidade mesmo após o término do presente contrato, respondendo, se, descumprido este item, por perdas e danos, na forma da legislação aplicável a matéria.

15.3. A Credenciada não se escusará do cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD, Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

15.4. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas, de acordo com o que dispõe a Seção III, capítulo VI da LGPD.

## 16. DO DESCREDENCIAMENTO

16.1. O credenciado poderá, a qualquer tempo, solicitar seu descredenciamento mediante o envio de solicitação escrita ao órgão ou entidade contratante.

16.2. A resposta ao pedido de descredenciamento deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

16.3. O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles atreladas, cabendo em casos de irregularidade na execução do serviço a aplicação das sanções definidas a que se refere o item 14.1, conforme Decreto nº 1.143, de 25 de janeiro de 2023.

16.4. O descredenciamento será cabível em função de fatos que ensejem o comprometimento das condições de habilitação e que sejam insanáveis ou não tenham sido sanados no prazo assinalado pelo órgão responsável do Município, bem como em razão de desvios de postura profissional ou situações que possam interferir negativamente nos padrões éticos e operacionais de execução dos serviços contratados.

## 17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, por irregularidade na aplicação da lei 14.133 de 2021 e do Decreto nº 1.143, de 25 de janeiro de 2023 Municipal.

17.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail itacare.licitacoes@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da prefeitura municipal/setor de licitações.

17.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo o Pregoeiro requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

17.4. Acolhida a impugnação, e esta impactar na reformulação da proposta, será definida e publicada nova data para a realização do certame, conforme art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/21.

17.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação, se houver impacto na formulação de propostas.

## 18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro;

18.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;

18.3. No julgamento das propostas e da habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

18.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;

18.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ 000019  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS



disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

**18.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

**18.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração;

**18.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público;

**18.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**18.10.** O Edital e seus anexos estão disponibilizados, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico Portal: [itacare.licitacoes@gmail.com](mailto:itacare.licitacoes@gmail.com) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço da prefeitura, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

**19.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**19.1.** Anexo I - Termo de referência;

**19.2.** Anexo II – Descrição objeto serviço;

**19.3.** Anexo III – Ficha de cadastro e Protocolo de entrega;

**19.4.** Anexo IV - Carta de solicitação de credenciamento

**19.5.** Anexo V– Minuta de contrato;

**19.6.** Anexo VI - Declaração Obrigatórias;

**19.7.** Anexo VII - Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;

**19.8.** Anexo VIII - Declaração Conjunta.



## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1.** O objeto do presente edital de **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025**, conforme detalhamento no Anexo II

Descrição dos serviços: ANEXO II

**1.2.** Os serviços objeto da contratação são caracterizados como comuns.

**1.2.1.** Nos termos do art. 5, da Lei Municipal nº 426/2022, o Chamamento Público para credenciamento estará aberto pelo período de 12 (doze) meses, sendo que o(s) contrato(s) terá vigência pelo mesmo prazo de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo, caso haja interesse da administração e com anuência da credenciada, ser prorrogado por igual período, observados os prazos previstos nos artigos 105, 106 e 107 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, através de Termo Aditivo.

**1.3.** A contratação decorrente deste credenciamento será **formalizada** mediante **celebração de termo de contrato**, cuja minuta faz parte do Anexo III deste Edital.

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** Considerando que Constituição Federal de 1988 afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde de promoção, proteção, tratamento e recuperação, conforme se extrai dos artigos abaixo extraídos da Carta Magna:

**2.2.** “Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

**2.3.** “Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.”

**2.4.** A partir dessa diretriz constitucional o governo federal vem editando normas para efetividade do direito à saúde e em 2006 expediu o documento das Diretrizes do Pacto pela Saúde, publicado na Portaria/GM nº 399 de 22 de fevereiro de 2006. Este documento embasa o compromisso entre os gestores do Sistema Único de Saúde em torno das prioridades que apresentam impacto sobre a situação de saúde da população e estabelece diretrizes para a gestão do sistema nos aspectos da Descentralização, Regionalização, Financiamento, Planejamento, Programação Pactuada e Integrada – PPI, Regulação, Participação e Controle Social, Gestão do trabalho e Educação na Saúde. Nesse contexto, os profissionais médicos são essenciais ao atendimento das diversas demandas relacionadas à saúde das pessoas por meio dos atendimentos de consultas, exames e diagnósticos realizados nas Unidades de Saúde do Município.

**2.5.** A contratação de médicos para atuação na rede de atenção básica, nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e nos hospitais do município de Itacaré é uma ação estratégica indispensável para garantir a continuidade e a integralidade da assistência em saúde, alinhada aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). A necessidade decorre de lacunas identificadas no quadro atual de profissionais médicos, que comprometem a eficiência, a resolutividade e a cobertura dos serviços essenciais à população.

**2.6.** Na atenção básica, os médicos desempenham um papel central no cuidado integral e na prevenção de agravos. A ausência ou insuficiência desses profissionais resulta em maior dificuldade para atender às demandas de consultas clínicas, manejo de condições crônicas, cuidados em saúde da mulher, da criança e do idoso, além de prejudicar o alcance de metas importantes como a cobertura de programas como o Programa Saúde da Família (PSF). O fortalecimento da atenção básica é essencial para reduzir a pressão sobre os níveis secundários e terciários de atenção e para promover uma abordagem mais resolutiva e preventiva.

**2.7.** Nos CAPS, a atuação médica é indispensável para o manejo de transtornos mentais e problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas. A complexidade do cuidado em saúde mental exige médicos capacitados para realizar avaliações clínicas, prescrever tratamentos, acompanhar a evolução dos pacientes



e integrar equipes multidisciplinares. A falta desses profissionais compromete não apenas o atendimento direto aos usuários, mas também o funcionamento efetivo dos serviços de reabilitação e reinserção social, gerando impactos negativos na qualidade de vida dos indivíduos e suas famílias.

**2.8.** Nos hospitais, a demanda por médicos é crítica para assegurar a assistência contínua em unidades de urgência e emergência, internações e serviços especializados. A ausência de profissionais médicos pode resultar em desassistência em momentos críticos, aumento dos tempos de espera, sobrecarga das equipes existentes e ampliação da mortalidade evitável. A presença de médicos em número adequado nos hospitais é fundamental para garantir a prestação de serviços de média e alta complexidade com segurança e eficiência.

**2.9.** Além disso, a insuficiência de médicos na rede municipal compromete indicadores como o tempo de espera para consultas e procedimentos, a taxa de encaminhamentos para níveis mais altos de atenção e a satisfação dos usuários com os serviços de saúde. A contratação de médicos capacitados e em quantidade suficiente é necessária para enfrentar essas questões e atender às crescentes demandas da população, promovendo uma atenção integral, humanizada e de qualidade em todos os níveis de cuidado.

**2.10.** Essa medida alinha-se ao Plano Municipal de Saúde, que **estabelece** como prioridade o fortalecimento da assistência em saúde com foco na universalidade, equidade e integralidade. Assim, a contratação proposta visa atender ao interesse público, **garantindo** que a população de Itacaré **tenha** acesso a cuidados de saúde adequados e oportunos em todos os pontos da rede de atenção..

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

**3.1.** A solução proposta consiste no procedimento auxiliar de Credenciamento, de acordo com o art. 78, I, da Lei nº 14.133/2021, e pela Lei Municipal nº 426/2022, para contratação de empresa que realize os serviços necessários, conforme o Termo de Referência.

**3.2.** No que se refere a hipótese de contratação, a mesma fundamenta-se no inciso I, do art. 79, da Lei nº 14.133/2021, qual seja, "I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas", quando a solução da necessidade pública demanda a contratação concomitante ou sucessiva de todos os particulares que preencherem os requisitos previamente fixados.

**3.3.** Demais condições relacionadas a execução do objeto estarão dispostas nos demais tópicos deste Termo de Referência.

**3.4.** Este credenciamento visa estabelecer contratação de empresa especializada e habilitada, que possam oferecer condições eficientes na prestação do serviço para o Município de Itacaré.

**3.5.** A contratação de médicos na modalidade de Pessoa Jurídica (PJ) é uma solução estratégica para atender às demandas de saúde de Itacaré, **garantindo** flexibilidade operacional, eficiência administrativa e atração de profissionais qualificados, especialmente em áreas de difícil preenchimento. Esse modelo permite maior autonomia aos profissionais, facilita a adaptação dos serviços às necessidades locais e assegura a especialização em áreas prioritárias, como psiquiatria, pediatria, clínica geral entre outros profissionais. Com base em contratos claros e mecanismos de fiscalização, a modalidade PJ proporciona agilidade, eficiência no uso dos recursos e qualidade no atendimento, fortalecendo a rede municipal de saúde e alinhando-se às diretrizes do SUS.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** Poderão participar do presente Credenciamento:

**4.2.** Pessoas jurídicas, legalmente constituídas, habilitadas, com idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico fiscal e que satisfaçam as condições fixadas neste Edital e seus anexos, e que aceitem as normas estabelecidas pelo Município de Itacaré.

**4.3.** Não poderão participar deste Credenciamento:

**4.4.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**4.5.** pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**4.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**4.7.** empresas em consórcio;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS



4.8. pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.9. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.10. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.11. Como condição prévia à participação no credenciamento, o Agente de Contratação verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação em licitação ou a contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

4.12. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

4.13. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

4.14. Cadastro de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU: <https://contas.tcu.gov.br>.

4.15. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação da interessada.

**Sustentabilidade:**

4.16. Não será necessário.

**Da amostra**

4.17. Não será necessário.

**Da exigência de carta de solidariedade**

4.18. Não será necessário apresentar carta de solidariedade emitida pelo fabricante/prestador.

**Subcontratação**

4.19. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Garantia da contratação**

4.20. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. Na execução dos serviços a CONTRATADA deverá observar, obrigatoriamente, toda a legislação vigente, observando o anexo II deste termo de referência, onde detalha todo o processo de execução para cada item do referido objeto.

**5.2. SÃO OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA**

5.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;

5.2.2. Prestar os serviços contratados na Unidade de Saúde ou local designado pela Secretaria de Saúde, no horário determinado pela própria secretaria, conforme detalhado no objeto;

5.2.3. Realizar atenção à saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade;

5.2.4. Encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico deles;

5.2.5. Indicar, de forma compartilhada com outros pontos de atenção, a necessidade de internação hospitalar, mantendo o acompanhamento do usuário;

5.2.6. Contribuir, realizar e participar das atividades de educação permanente de todos os membros da equipe;

5.2.7. Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS, quando for o caso;

5.2.8. Seguir as diretrizes e portarias do SUS (Sistema Único de Saúde) e do Ministério da Saúde;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

000014



- 5.2.9.** Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência do edital que fundamenta a contratação;
- 5.2.10.** Arcar com os custos inerentes a execução dos serviços objeto do contrato;
- 5.2.11.** Notificar a Administração, através da Secretaria de Saúde, imediatamente e por escrito de quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução dos serviços;
- 5.2.12.** Não transferir a outrem o objeto do Contrato;
- 5.2.13.** Manter sempre a qualidade na prestação do serviço executado;
- 5.2.14.** Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão da pessoa física contratada ou, sendo empresa, dos seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Secretaria Municipal de Saúde de Itacaré ou a terceiros;
- 5.2.15.** Assegurar ao Município as condições necessárias ao acompanhamento, a supervisão, ao controle, a fiscalização e auditoria da execução do objeto contratado, permitindo o livre acesso dos servidores do Município, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos relacionados **direta** e indiretamente ao contratado, quando no desempenho das atividades de acompanhamento e controle;
- 5.2.16.** Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e **igualitário**, em observância ao princípio da urbanidade;
- 5.2.17.** Substituir imediatamente, em caso de eventual **ausência**, tais como, **faltas**, férias e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar **previamente** o respectivo **substituto** ao Fiscal do Contrato;
- 5.2.18.** Responder por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento da **obrigação** constante do item anterior;
- 5.2.19.** Responsabilizar-se por todas as **obrigações** trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja **inadimplência** não **transfere** responsabilidade ao Município de Itacaré;
- 5.2.20.** Relatar à Secretaria Municipal de Saúde do município de Itacaré toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos **serviços**;
- 5.2.21.** Manter durante toda a vigência do contrato, em **compatibilidade** com as obrigações assumidas, todas as condições de **habilitação e qualificação** exigidas no edital, apresentando com a fatura mensal os comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista;
- 5.2.22.** Apresentar os **documentos de cobrança** exigidos no edital, inclusive nota fiscal, enviando ao setor de Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde do município;
- 5.2.23.** Executar os **serviços** conforme proposto pela Contratante durante o prazo de vigência do contrato respeitando **suas** Cláusulas;
- 5.2.24.** Responder por erro de qualquer natureza relativo aos métodos utilizados seja na esfera administrativa, civil ou penal;
- 5.2.25.** Responder por quaisquer **danos** pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados de correntes do cumprimento deste Contrato, cabendo também a pessoa física contratada;
- 5.2.26.** **Permitir** a fiscalização dos serviços pela Secretaria Municipal de Saúde do município, em qualquer tempo, e **mantê-la** permanentemente informada a respeito do andamento dos mesmos;
- 5.2.27.** Adotar **fluxos, protocolos** e sistemas informatizados quando implantado pela Secretaria Municipal de Saúde do município **na** execução do objeto do contrato, sem custo para a contratante;
- 5.2.28.** Manter **absoluto** sigilo sobre quaisquer documentos, informações ou dados que tiver conhecimento ou acesso em decorrência da execução do serviço;
- 5.2.29.** Fica proibida a cobrança de qualquer quantia, a qual quer título, dos serviços prestados aos usuários do SUS, ficando a contratada responsabilizada por qualquer cobrança indevida feita a usuário;
- 5.2.30.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 5.2.31.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 5.2.32.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

000015



**5.2.33.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros

**5.2.34.** Permitir ao CREDENCIANTE o acompanhamento e a fiscalização dos serviços;

**5.3. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE:**

**5.3.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

**5.3.2.** Disponibilizar o local para atendimento dentro da Unidade de Saúde, sempre que for o caso, bem como acesso ao sistema eletrônico de registro das atividade de prontuário médico.

**5.3.3.** Proporcionar todas as condições para que o(a) Contratado(a) possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

**5.3.4.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), de acordo com as cláusulas contratuais e o Termo de Referência do edital que fundamenta a contratação;

**5.3.5.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**5.3.6.** Notificar o(a) Contratado(a) por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades;

**5.3.7.** Pagar ao(à) Contratado(a) o valor resultante da prestação do serviço, na formado contrato;

**5.3.8.** Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;

**5.3.9.** Compete a contratante o recebimento, conferência e atestado das notas fiscais emitidas pelo(a) contratado(a);

**5.3.10.** Organizar e regular os fluxos dos usuários do SUS/Itacaré/BA;

**5.3.11.** Providenciar as inspeções da execução dos serviços, com vistas ao cumprimento dos prazos pelo(a) Contratado(a) fiscalização da qualidade dos serviços que estão sendo prestados;

**5.3.12.** Declarar os serviços efetivamente prestados.

**5.4. DA ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS:**

**5.4.1.** As Partes Convenientes se obrigam a:

a) Observar as políticas de privacidade e de tratamento de dados das Partes Convenientes e a cumprir as normas de proteção de dados aplicáveis à espécie, notadamente a Lei Federal 13.709 de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - "LGPD")

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O representante designado da Secretaria Solicitante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços verificará o exato cumprimento das obrigações da LICITANTE CREDENCIADA no período, quanto à quantidade, qualidade e o local da execução. Depois de conferida e atestada a execução dos serviços, a LICITANTE CREDENCIADA entregará a correspondente fatura acompanhado de relatório dos serviços executados para a secretaria solicitante.

**6.2.** Caberá a Secretaria solicitante, através de seu Fiscal do Contrato, a fiscalização dos serviços prestados pela licitante CREDENCIADA, a qual deverá ser fornecida todas as informações solicitadas.

**6.3.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.4.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.5.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.6.** O gestor do Contrato deverá ser o (a) secretário (a) atual da pasta.





#### **Fiscalização**

- 6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, dentro dos moldes especificados da Lei 14.133/21 e Do Decreto Municipal nº 1.066/2022.
- 6.8.1. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.8.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### **Gestão do Contrato**

- 6.9. O gestor do contrato será o (a) secretário (a) atual da pasta e coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

#### **Recebimento**

- 7.1. O pagamento à contratada será efetuado mensalmente, de acordo os valores apurados no mês, até o 15º dia do mês subsequente do fornecimento/prestação dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo departamento responsável.
- 7.2. A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, as Autorizações de Fornecimento/Ordens de serviços, devidamente assinadas por preposto autorizado pela chefe do Poder Executivo, para conferência dos quantitativos efetivamente fornecidos. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

000017



- 7.3. Havendo erro na fatura ou recusa pelo município na aceitação dos produtos entregues, no todo ou em parte, a tramitação da fatura será suspensa até que a Contratada tome as providências necessárias à sua correção, passando a ser considerada, para fins de pagamento a data da reapresentação, devidamente regularizada.
- 7.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva dos produtos entregues total ou parcial.
- 7.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ.
- 7.6. A Contratada deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal todas as certidões fiscais e trabalhista.
- 7.7. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### Da Emissão e Liquidação da Nota Fiscal

- 7.10. A nota fiscal somente poderá ser emitida quando solicitada pelo Setor de Compras.
- 7.11. A nota fiscal deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta de preço, bem como da nota de empenho, não se admitindo notas fiscais emitidas com outros CNPJ's, oportunidade em que deverá indicar, na própria nota fiscal, o código de serviço ou fornecimento da tabela da EFD – REINF, adequado ao objeto da contratação, devendo destacar nas notas fiscais o Imposto de Renda na Fonte, em observância as regras de retenção do IR dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e o RIR/2018, para fins de retenção quando do pagamento.
- 7.12. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: prazo de validade, data de emissão, dados do contrato e do órgão Contratante, período respectivo da execução do contrato, valor a pagar, eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis, além de averiguar se a mesma está acompanhada com as devidas certidões de regularidade vigentes.
- 7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante;
- 7.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.
- 7.15. A Administração deverá solicitar as certidões fiscais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.16. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

000018



7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal ou trabalhista.

#### **Prazo de pagamento**

7.20. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal ou no dia da entrega do objeto, mediante a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, através de ordem bancária, para crédito em conta bancária de titularidade da empresa contratada.

7.21. O valor dos pagamentos eventualmente antecipados, nos moldes descritos no parágrafo primeiro do artigo 145 da lei, será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada pro rata die, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da entidade. Na hipótese de inexecução do objeto, fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado e no caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.

7.22. O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à Contratada, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicáveis à mora da Administração Pública, limitados a 12% ao ano.

#### **Forma de pagamento**

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.25.1. A Contratada no ato do envio de suas notas fiscais deverá apresentar também a "Declaração do regime tributário" ao qual a empresa está submetida e em caso de alteração do regime tributário, fica a empresa Contratada na obrigação de imediatamente informar à Contratante nova Declaração.

7.25.2. A Contratada, em sendo optante do Simples Nacional, está obrigada a enviar em anexo à nota fiscal, o extrato do Simples Nacional ou o recibo do PGDAS da última competência para conferência da alíquota aplicada/informada na Nota Fiscal, de acordo com art. 21 da Lei Complementar 123/2006, em seu § 4º.

7.25.3. A Contratada que seja beneficiada com o regime de CPRB – Contribuição Patronal sobre a Receita Bruta, deverá apresentar a Declaração em anexo à Nota Fiscal.

7.25.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR E FORMA DE EXECUÇÃO.**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O PRESTADOR será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CREDENCIAMENTO.

#### **Forma de execução**

8.2. A execução será realizada de forma imediata, conforme orientação da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ.

### **9. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

9.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado apresentar os seguintes documentos:

#### **9.1.1. Habilitação jurídica:**

9.1.1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

000019



9.1.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado de documento comprobatório de seus atuais administradores, no caso de sociedade empresária;

9.1.1.3. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhado de prova da diretoria em exercício, no caso de sociedade simples;

9.1.1.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.1.1.5. Cédula de identidade ou qualquer documento oficial de identificação com foto do representante legal da empresa.

**9.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

9.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) emitido através de consulta no site oficial da Receita Federal do Brasil - RFB, com inscrição ativa e contendo Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE, compatível com o objeto deste certame.

9.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, por meio da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e a Contribuições Sociais, expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.2.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.2.6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação da CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

9.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.2.8. Alvará de funcionamento sede da licitante;

**9.3. Qualificação Econômico-Financeira:**

9.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de no máximo 90 (noventa) dias anteriores a data de entrega do documento;

**9.4. Qualificação Técnica:**

9.4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, que deverá ser apresentada através de no mínimo 01 (uma) certidão, ou atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços similares.

9.4.2. OS MÉDICOS INTERESSADOS devem apresentar os seguintes documentos para comprovar sua qualificação técnica:

9.4.2.1. Diploma de Graduação em Medicina – Certificado de conclusão do curso de Medicina, emitido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC);

9.4.2.2. Registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) – Documento que comprove a regularidade do profissional junto ao CRM do estado da Bahia;

9.4.2.3. Certidão de Regularidade Profissional – Certidão emitida pelo CRM informando a inexistência de sanções éticas ou disciplinares;

9.4.2.4. Certificado de conclusão de curso de especialização ou residência médica (quando aplicável), emitido por instituição reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) ou pelo MEC, conforme a exigência específica da função a ser desempenhada.

9.4.3. A documentação deverá ser apresentada em cópia autenticada ou acompanhada dos respectivos originais para conferência, conforme as normas do edital ou instrumento convocatório vigente.

9.4.4. Impedimentos de participação no certame:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS



- a) Empresa suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) Empresa com falência declarada, em liquidação judicial ou extrajudicial;
- c) Empresa que tenha funcionário ou membro da Administração do Poder Executivo Municipal de Itacaré/Ba, mesmo subcontratado, como dirigente, acionista detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, controlador ou responsável técnico.

**9.4.5.** A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

**9.5. Documentações complementares**

**9.5.1.** Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;

**9.5.2.** Requerimento de credenciamento devidamente preenchido, em conformidade com o modelo disposto no Edital;

**9.5.3.** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021;

**9.5.4.** Declaração que está ciente do edital e concorda com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e dos valores propostos, conforme art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

**9.5.5.** Declaração para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88;

**9.5.6.** Declaração que não possui, na cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou Forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/ 88;

**9.5.7.** Declaração de atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados;

**10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**10.1.** Foi realizada pesquisa de preço para o serviço demandado através da tabela SUS, que se encontra anexa ao processo administrativo.

**11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Unidade Gestora	Projeto atividade	Elemento de Despesa	FONTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	2027-2043	3390340000/3390390000	150010020000/160000000000

Itacaré/BA, 06/02/2025.

Andreia Santos Palafoz  
Secretária de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

000021



ANEXO II – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

LOTE 1 – ATENÇÃO BÁSICA				
ITEM	ESPECIALIDADE	DESCRIÇÃO/APRESENTAÇÃO	HORAS TRABALHADAS POR MÊS/ QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	VALOR HORA
1	MÉDICO CLÍNICO	O serviço médico especializado em clínica geral será prestado nas unidades de Saúde da Família (PSF) de Itacaré e Taboquinhas, com carga horária de 40 horas semanais, de segunda a sexta-feira. O médico clínico geral será responsável por realizar atendimentos básicos de saúde, incluindo consultas médicas, diagnóstico e manejo de condições agudas e crônicas, acompanhamento de pacientes, encaminhamentos especializados quando necessário, e ações de promoção da saúde preventiva. Além disso, o profissional deverá atuar nos programas do PSF, como o acompanhamento de gestantes e puérperas no Pré-Natal, monitoramento de crianças e adolescentes, manejo de doenças crônicas como diabetes e hipertensão, visitas domiciliares e desenvolvimento de ações educativas e de imunização. O trabalho será realizado em conformidade com os protocolos do SUS, promovendo ações integradas com as equipes multiprofissionais para atender às necessidades da comunidade de forma humanizada, eficaz e resolutiva, ampliando o acesso e fortalecendo a atenção primária em saúde	160 horas mensais. 16 profissionais mensais	R\$ 81,25

2	MÉDICO CLÍNICO	<p>O serviço médico especializado em clínica geral será prestado para atendimento nas Equipes de Atenção Primária (EAP) de Itacaré e Taboquinhas, com carga horária de 30 horas semanais. O médico clínico geral será responsável por realizar atendimentos básicos de saúde, incluindo consultas médicas, diagnóstico e manejo de condições agudas e crônicas, acompanhamento de pacientes, encaminhamentos especializados quando necessário, e ações de promoção da saúde preventiva. Além disso, o profissional deverá atuar nos programas do EAP, como o acompanhamento de gestantes e puérperas no Pré-Natal, monitoramento de crianças e adolescentes, manejo de doenças crônicas como diabetes e hipertensão, visitas domiciliares e desenvolvimento de ações educativas e de imunização. O trabalho será realizado em conformidade com os protocolos do SUS, promovendo ações integradas com as equipes multiprofissionais para atender às necessidades da comunidade de forma humanizada, eficaz e resolutiva, ampliando o acesso e fortalecendo a atenção primária em saúde.</p>	120 horas semanais. 4 profissionais mensal	R\$ 81.25
3	MÉDICO CLÍNICO	<p>O serviço médico especializado em clínica geral será prestado de forma itinerante nos postos de saúde da zona rural de Itacaré e Taboquinhas, com carga horária de 30 horas semanais, integrando-se aos serviços dos Programas de Saúde da Família (PSF). O médico clínico geral será responsável por realizar consultas médicas, diagnóstico e manejo de condições agudas e crônicas, além de desenvolver ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento de grupos prioritários, como gestantes, crianças, idosos e pacientes com doenças crônicas. O atendimento será conduzido conforme os protocolos do SUS e os princípios da Atenção Primária à Saúde (APS), garantindo qualidade, resolutividade e cuidado humanizado. A atuação do profissional visa ampliar o acesso aos serviços de saúde, fortalecer a continuidade do cuidado e atender de forma integral às necessidades da população das áreas rurais.</p>	120 horas semanais. 4 profissionais mensal	R\$ 81.25

**LOTE 2 – HOSPITAIS**

ITEM	ESPECIALIDADE	DESCRIÇÃO/ APRESENTAÇÃO	HORAS TRABALHADAS QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	VALOR POR HORA TRABALHADA
1	MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA	O serviço médico plantonista será prestado no Hospital Municipal de Itacaré, com regime de plantão de 24 horas, garantindo atendimento contínuo e de qualidade aos usuários. O profissional será responsável por realizar atendimentos de pronto atendimento, incluindo triagem, diagnóstico e manejo de urgências e emergências clínicas, pediátricas e traumáticas, além de prestar assistência integral à saúde da mulher, com a realização de partos naturais. Quando necessário, o médico também deverá acompanhar transferências de pacientes realizadas via SAMU ou ambulância do hospital, assegurando a continuidade e a segurança do cuidado durante o transporte. O serviço incluirá ainda o acompanhamento de pacientes internados, garantindo a monitorização constante de sua evolução clínica. O serviço será conduzido de acordo com os protocolos do SUS e as diretrizes hospitalares, promovendo um atendimento humanizado, resolutivo e eficiente, visando à melhoria da saúde e bem-estar da comunidade atendida.	24 horas o plantão. 14 profissionais por semana	R\$ 88,34
2	MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA	O serviço médico plantonista será prestado no Hospital Municipal de Itacaré, com regime de plantão de 12 horas, garantindo atendimento contínuo e de qualidade aos usuários. O profissional será responsável por realizar atendimentos de pronto atendimento, incluindo triagem, diagnóstico e manejo de urgências e emergências clínicas, pediátricas e traumáticas, além de prestar assistência integral à saúde da mulher, com a realização de partos naturais.	12 horas o plantão. 14 profissionais por semana.	R\$ 93,33
3	MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA	O serviço médico plantonista será prestado no Hospital Municipal Gabriel Motta Barros em Taboquinhas, com regime de plantão de 24 horas, de segunda a sexta-feira, garantindo atendimento contínuo e de qualidade aos usuários. O profissional será responsável por realizar atendimentos de pronto atendimento, incluindo triagem, diagnóstico e manejo de urgências e emergências clínicas, pediátricas e traumáticas, além de prestar assistência integral à saúde da mulher, com a realização de partos	24 horas o plantão. 10 profissionais por semana	R\$ 75,08



		naturais. Quando necessário, o médico também deverá acompanhar transferências de pacientes realizadas via SAMU ou ambulância do hospital, assegurando a continuidade e a segurança do cuidado durante o transporte. O serviço incluirá ainda o acompanhamento de pacientes internados, garantindo a monitorização constante de sua evolução clínica. O serviço será conduzido de acordo com os protocolos do SUS e as diretrizes hospitalares, promovendo um atendimento humanizado, resolutivo e eficiente, visando à melhoria da saúde e bem-estar da comunidade atendida.		
4	MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA	O serviço médico plantonista será prestado no Hospital Municipal Gabriel Motta Barros em Taboquinhas, com regime de plantão de 24 horas, aos sábados e domingos, garantindo atendimento contínuo e de qualidade aos usuários. O profissional será responsável por realizar atendimentos de pronto atendimento, incluindo triagem, diagnóstico e manejo de urgências e emergências clínicas, pediátricas e traumáticas, além de prestar assistência integral à saúde da mulher, com a realização de partos naturais. Quando necessário, o médico também deverá acompanhar transferências de pacientes realizadas via SAMU ou ambulância do hospital, assegurando a continuidade e a segurança do cuidado durante o transporte. O serviço incluirá ainda o acompanhamento de pacientes internados, garantindo a monitorização constante de sua evolução clínica. O serviço será conduzido de acordo com os protocolos do SUS e as diretrizes hospitalares, promovendo um atendimento humanizado, resolutivo e eficiente, visando à melhoria da saúde e bem-estar da comunidade atendida.	24 horas o plantão. 4 profissionais por semana	R\$ 88,34
5	MÉDICO PEDIATRA	O serviço médico pediátrico plantonista será prestado no Hospital Municipal de Itacaré, com regime de plantão de 24 horas, de segunda a domingo, garantindo atendimento contínuo e de qualidade aos usuários. O profissional será responsável por realizar atendimentos de pronto atendimento pediátrico, incluindo triagem, diagnóstico e manejo de urgências e emergências clínicas, pediátricas e traumáticas. Além disso, o médico pediatra atuará também na sala de parto, prestando assistência integral à	24 horas o plantão. 7 profissionais por semana.	R\$ 95,00

		saúde da mulher, realizando partos naturais e acompanhando os recém-nascidos nas primeiras horas de vida. Quando necessário, o pediatra deverá acompanhar transferências de pacientes realizadas via SAMU ou ambulância do hospital, assegurando a continuidade e a segurança do cuidado durante o transporte. O serviço incluirá ainda o acompanhamento de pacientes internados, especialmente os pediátricos, garantindo a monitorização constante de sua evolução clínica. O atendimento será realizado de acordo com os protocolos do SUS e as diretrizes hospitalares, promovendo um atendimento humanizado, resolutivo e eficiente, visando à melhoria da saúde e bem-estar da comunidade <b>atendida</b> .		
6	MEDICO CLÍNICO PLANTONISTA	O serviço médico plantonista sobre aviso será prestado no Hospital Municipal de Itacaré em regime de plantão 24h de segunda a domingo, conforme a necessidade da unidade. O profissional estará disponível para atender prontamente quaisquer situações de urgência e emergência que possam surgir durante o período de aviso, garantindo cobertura médica contínua. A carga horária do plantão será definida de acordo com as demandas e necessidades específicas da unidade, assegurando o atendimento eficaz e de qualidade aos usuários. O serviço será realizado de acordo com os protocolos do SUS e as diretrizes hospitalares, promovendo a continuidade e a segurança no atendimento à saúde da população, com foco em um atendimento humanizado e resolutivo.	Horas sobre aviso a depender da demanda da Secretaria de saúde. 7 profissionais por semana.	R\$ 100,00
7	MÉDICO ANESTESISTA	O serviço médico anestesista será prestado no Hospital Municipal de Itacaré, com o objetivo de garantir a assistência especializada em anestesia para os procedimentos cirúrgicos realizados na unidade, incluindo colonoscopia, endoscopia e pequenas cirurgias, quando necessário. O profissional será responsável pela avaliação pré-operatória dos pacientes, administração de anestesia geral ou local conforme a necessidade do procedimento, monitoramento contínuo durante a cirurgia e recuperação pós-anestésica. Além disso, o anestesista deverá garantir a estabilidade hemodinâmica e o conforto do paciente durante todo o processo. O serviço será	A depender da demanda da Secretaria de saúde. Até 7 profissionais por semana.	R\$ 95,00

		oferecido conforme a demanda e os protocolos hospitalares, assegurando a qualidade e a segurança dos atendimentos realizados, com foco na promoção do bem-estar e na saúde da comunidade atendida.		
--	--	--	--	--

**LOTE 3 – PROFISSIONAIS LIBERAIS**

ITEM	ESPECIALIDADE	DESCRIÇÃO/ APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE DE ATENDIMENTO	VALOR UNITÁRIO DA CONSULTA / EXAME OU PROCEDIMENTO
1	MÉDICO ESPECIALIZADO	O serviço médico especializado em ortopedia com realização de ultrassonografia ortopédica (MMSS, MMII, partes moles, articulações e ETC) sendo que o profissional deverá disponibilizar o equipamento necessário. Visa atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde, prestando atendimento nas unidades de saúde de Itacaré e de Taboquinhas. O ortopedista será responsável pela execução de até 25 exames por atendimento, garantindo precisão diagnóstica por meio de laudos técnicos detalhados que embasem as condutas terapêuticas	25 exames por atendimento. 4 vezes ao mês. 2 médicos.	R\$ 100,00
2	MÉDICO ESPECIALIZADO	O serviço de atendimento médico especializado em ortopedia será realizado nas unidades de saúde de Itacaré e Taboquinhas, com a oferta de 50 consultas por atendimento. O ortopedista será responsável por realizar avaliações clínicas detalhadas, diagnósticos precisos e orientações terapêuticas para condições musculoesqueléticas, conforme protocolos técnicos e diretrizes do SUS.	50 consultas por atendimento. 4 vezes ao mês. 2 profissionais.	R\$ 100,00
3	MÉDICO ESPECIALIZADO	O serviço médico especializado em Medicina do Trabalho será realizado nas unidades de saúde de Itacaré e Taboquinhas com a oferta de até 30 consultas por atendimento, abrangendo atividades como avaliação clínica, emissão de atestados de saúde ocupacional (ASO), acompanhamento de condições relacionadas à saúde laboral e orientações preventivas. O médico do trabalho será responsável por assegurar conformidade com as normas regulamentadoras (NRs), promovendo a saúde e a segurança dos trabalhadores da Prefeitura Municipal de Itacaré e pacientes que são atendidos pelo SUS.	30 consultas por atendimento. 4 vezes por semana. 2 profissionais.	R\$ 87,50

4	MÉDICO ESPECIALIZADO	O serviço médico especializado em ginecologia obstetra será prestado nas unidades de saúde da sede, em Itacaré, e do distrito, em Taboquinhas, com a realização de até 50 consultas por atendimento, incluindo acompanhamento clínico integral à saúde da mulher, com foco em gestantes. O atendimento abrangerá consultas ginecológicas e obstétricas, prevenção, diagnóstico e tratamento de patologias, além do acompanhamento pré-natal de baixo e alto risco. Todas as ações seguirão protocolos técnicos e diretrizes do SUS, assegurando qualidade, acessibilidade e cuidado humanizado às mulheres e gestantes atendidas.	50 consultas por atendimento. 2 atendimentos no mês. 2 profissionais.	R\$ 114,40
5	MÉDICO ESPECIALIZADO	O serviço médico especializado em ginecologia será prestado nas unidades de saúde da sede, em Itacaré, e do distrito, em Taboquinhas, com a realização de até 30 consultas que incluirá a realização do exame de colposcopia, sendo que o profissional deverá disponibilizar o equipamento necessário. Todas as ações seguirão protocolos técnicos e diretrizes do SUS, assegurando qualidade, acessibilidade e cuidado humanizado às mulheres e gestantes atendidas.	30 consultas com exames por atendimento. 2 atendimentos no mês. 2 profissionais.	R\$ 100,00
6	MÉDICO ESPECIALIZADO	O serviço médico especializado em ultrassonografia será realizado nas unidades de saúde da sede, em Itacaré, e do distrito, em Taboquinhas, com a oferta de até 50 exames por atendimento. O serviço abrangerá a realização de ultrassonografias de mama, abdômen, próstata, vias urinárias, transvaginal, pélvica, bolsa escrotal, tireoide, cervical, inguinal, próstata via retal, articulações, obstétrica, translucência nuchal, parede abdominal e partes moles, conforme solicitações médicas e critérios clínicos estabelecidos. O profissional será responsável por fornecer laudos técnicos detalhados que embasem diagnósticos e condutas terapêuticas, utilizando equipamentos próprios para garantir precisão e qualidade. Todas as atividades seguirão protocolos técnicos e diretrizes do SUS, assegurando acessibilidade, eficiência e atendimento humanizado à população.	50 ultrassonografias por atendimento. 6 vezes ao mês. 2 profissionais.	R\$ 80,00
7	MÉDICO ESPECIALIZADO	O serviço médico especializado em ultrassonografia será realizado nas unidades de saúde da sede, em Itacaré, e do distrito, em Taboquinhas, com a oferta de até 10 exames por atendimento. O serviço abrangerá a realização de ultrassonografias morfológica.	10 ultrassonografias por atendimento. 2 vezes ao mês. 2 profissionais.	R\$ 160,00

8	MÉDICO ESPECIALIZADO	O serviço médico especializado em cardiologia será prestado nas unidades de saúde de Itacaré e Taboquinhas, com a realização de até 30 consultas por atendimento, abrangendo a avaliação clínica completa para prevenção, diagnóstico e manejo de doenças cardiovasculares. O cardiologista será responsável por realizar exames clínicos detalhados, interpretar resultados de exames complementares e orientar condutas terapêuticas adequadas, priorizando o cuidado integral e individualizado dos pacientes. O atendimento seguirá protocolos técnicos e diretrizes do SUS, garantindo qualidade, acessibilidade e humanização no cuidado à saúde cardiovascular da população de Itacaré.	30 consultas por atendimento. 2 atendimentos no mês. 2 profissionais.	R\$ 100,00
9	MÉDICO ESPECIALIZADO	O serviço médico especializado em cardiologia será prestado nas unidades de saúde de Itacaré e Taboquinhas, com a realização de até 30 exames por atendimento, incluindo ecocardiograma, ecodoppler de carótidas, vértebras. O profissional deverá utilizar equipamentos próprios para a realização de ecocardiograma, será responsável pela avaliação detalhada da estrutura e função do coração, incluindo o diagnóstico de condições como insuficiência cardíaca, doenças valvulares e cardiopatias congênitas. Além disso, o profissional realizará exames de doppler para análise da circulação sanguínea, com a devida interpretação dos resultados e emissão de laudos precisos. O atendimento seguirá os protocolos técnicos e diretrizes do SUS, garantindo qualidade, precisão e humanização no cuidado cardiovascular à população de Itacaré.	30 exames por atendimento. 2 atendimentos no mês. 2 profissionais.	R\$ 160,00
10	MÉDICO ESPECIALIZADO	O serviço médico especializado em cardiologia ou angiologia será prestado nas unidades de saúde de Itacaré e Taboquinhas, com a realização de até 50 exames por atendimento, incluindo doppler de membros inferiores (MMII). O profissional será responsável por realizar esses exames não invasivos para avaliação da circulação sanguínea, diagnóstico de doenças vasculares, aterosclerose e outros problemas relacionados à saúde cardiovascular. O profissional utilizará o próprio equipamento adequado e assegurará a qualidade e precisão dos laudos, contribuindo para o diagnóstico e manejo adequado das condições cardiovasculares. Todo o atendimento seguirá os protocolos técnicos e diretrizes do SUS, garantindo acesso de qualidade e humanização para a população de Itacaré e Taboquinhas.	50 exames por atendimento. 2 atendimentos no mês. 2 profissionais.	R\$ 120,00

11	MÉDICO ESPECIALIZADO	O serviço médico especializado em pediatria será prestado nas unidades de saúde de Itacaré e Taboquinhas, com a realização de até 30 consultas por atendimento, abrangendo o acompanhamento completo da saúde infantil de 0 a 15 anos, 11 meses e 29 dias. O pediatra será responsável por realizar consultas de avaliação clínica, diagnóstico e tratamento de condições comuns da infância e adolescência, como doenças respiratórias, infecciosas, problemas de crescimento e desenvolvimento, além de fornecer orientações sobre cuidados preventivos, vacinação, nutrição e saúde mental. O atendimento será conduzido com equipamentos adequados, seguindo os protocolos técnicos e diretrizes do SUS, garantindo qualidade, precisão e cuidado humanizado para o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes atendidos	30 consultas por atendimento. 4 atendimentos no mês. 2 profissionais.	R\$ 100,00
12	MÉDICO ESPECIALIZADO	O serviço médico especializado em psiquiatria será prestado na unidade de Atenção Psicossocial (CAPS) em Itacaré, com realização de até 16 consultas dia, conforme as necessidades da Secretaria de Saúde. O psiquiatra será responsável por realizar consultas de avaliação clínica, diagnóstico e tratamento de transtornos mentais, proporcionando cuidados especializados em saúde mental. O profissional orientará sobre terapias medicamentosas, acompanhamento psicológico e encaminhamentos para tratamentos adequados, com base nas diretrizes do SUS. O atendimento seguirá os protocolos técnicos, garantindo um atendimento de qualidade, acessível e humanizado, promovendo o cuidado integral à saúde mental da população.	16 consultas por atendimento. 4 vezes na semana. 3 profissionais.	R\$ 50,79
13	MÉDICO ESPECIALIZADO	O serviço médico especializado em psiquiatria será prestado nas unidades de saúde de Itacaré e Taboquinhas, com realização de até 16 consultas dia, conforme as necessidades da Secretaria de Saúde. O psiquiatra será responsável por realizar consultas de avaliação clínica, diagnóstico e tratamento de transtornos mentais, proporcionando cuidados especializados em saúde mental. O profissional orientará sobre terapias medicamentosas, acompanhamento psicológico e encaminhamentos para tratamentos adequados, com base nas diretrizes do SUS. O atendimento seguirá os protocolos técnicos, garantindo um atendimento de qualidade, acessível e humanizado, promovendo o cuidado integral à saúde mental da população.	16 consultas por atendimento. 4 vezes na semana. 3 profissionais.	R\$ 50,79

14	MÉDICO ESPECIALIZADO	O serviço médico especializado em angiologia será prestado nas unidades de saúde de Itacaré e Taboquinhas, com a realização de até 40 consultas por atendimento. O angiologista será responsável por realizar consultas clínicas para avaliação, diagnóstico e acompanhamento de condições vasculares, com foco no tratamento de varizes dos membros inferiores. O tratamento esclerosante não estético será realizado para pacientes com varizes, visando o controle e a melhora da circulação sanguínea. Além das consultas, serão realizados exames de doppler dos membros inferiores (MMII) para avaliação detalhada da circulação vascular. O atendimento será conduzido com equipamentos adequados e conforme os protocolos técnicos e diretrizes do SUS, assegurando qualidade, precisão e cuidado humanizado à população.	40 consultas por atendimento. 2 vezes no mês. 2 profissionais.	R\$ 350,00
15	MÉDICO ESPECIALIZADO	O serviço médico especializado em neurologia clínica será prestado nas unidades de saúde de Itacaré e Taboquinhas, com a realização de até 35 consultas por atendimento, atendendo tanto a pacientes pediátricos quanto adultos. O neurologista clínico será responsável por realizar consultas de avaliação e diagnóstico de condições neurológicas, incluindo distúrbios do sistema nervoso central e periférico, como epilepsia, cefaleias, doenças neuromusculares, entre outras. O atendimento incluirá a análise detalhada de histórico médico, exames clínicos, orientação sobre tratamentos medicamentosos e terapias, com base nas diretrizes do SUS. O atendimento será realizado com foco na qualidade, precisão e cuidado humanizado para todas as faixas etárias, garantindo acesso à saúde neurológica integral.	35 consultas por atendimento. 3 vezes no mês. 3 profissionais.	R\$ 361,00
16	MÉDICO ESPECIALIZADO	O serviço médico especializado em cirurgia geral será prestado nos hospitais municipais de Itacaré (HMI e HGMB), com a realização de até 25 atendimentos por consulta, envolvendo a execução de pequenos procedimentos cirúrgicos de baixa e média complexidade. O cirurgião geral será responsável pela realização de intervenções como remoção de lipomas, cistos, vasectomia, entre outros procedimentos cirúrgicos comuns. Os procedimentos serão realizados com o devido cuidado, utilizando técnicas adequadas e em conformidade com as orientações do SUS, visando à recuperação rápida e segura dos pacientes. O atendimento será realizado com base em protocolos técnicos, garantindo qualidade, precisão e humanização no cuidado aos pacientes.	25 procedimentos por atendimento. 2 vezes ao mês. 2 profissionais.	R\$ 240,00



0000 31

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS



17	MÉDICO ESPECIALIZADO	O serviço médico especializado em gastroenterologia será prestado nas unidades hospitalares de Itacaré (HMI e HGMB), com a realização de até 30 consultas por atendimento, conforme a demanda da Secretaria de Saúde. O gastroenterologista será responsável pela avaliação clínica de doenças do sistema digestivo, conforme necessidade do diagnóstico. O profissional utilizará equipamentos próprios para a realização desses exames, garantindo precisão na avaliação e diagnóstico de condições como úlceras, refluxo gastroesofágico, câncer gastrointestinal, entre outros. O atendimento será conduzido de acordo com os protocolos técnicos do SUS, assegurando qualidade, segurança e cuidado humanizado aos pacientes.	30 procedimentos por atendimento. 2 vezes ao mês. 2 profissionais.	R\$ 100,00
18	MÉDICO ESPECIALIZADO	O serviço médico especializado em gastroenterologia será prestado para a realização de exames de endoscopia digestiva alta, atendendo a demanda da Secretaria de Saúde, em Itacaré e Taboquinhas. O profissional será responsável pela execução de até 15 exames por atendimento, utilizando seu próprio equipamento, garantindo a precisão diagnóstica e a qualidade do procedimento. A endoscopia será realizada conforme os protocolos clínicos e diretrizes do SUS, incluindo avaliação, diagnóstico e, quando necessário, biópsia para investigação de patologias gastrointestinais. O serviço visa proporcionar um atendimento seguro, humanizado e resolutivo, contribuindo para a detecção precoce e o manejo adequado de doenças do trato digestivo, assegurando a continuidade da assistência aos pacientes.	15 exames por atendimento. 2 vezes ao mês. 2 profissionais.	R\$ 250,00
19	MÉDICO ESPECIALIZADO	O serviço médico especializado em gastroenterologia será prestado para a realização de exames de colonoscopia, atendendo à demanda da Secretaria de Saúde em Itacaré e Taboquinhas. O profissional será responsável pela execução de até 10 exames por atendimento, utilizando seu próprio equipamento, garantindo precisão diagnóstica e qualidade no procedimento. A colonoscopia será realizada conforme os protocolos clínicos e diretrizes do SUS, incluindo avaliação, diagnóstico e, quando necessário, biópsia para investigação de patologias intestinais. O serviço tem como objetivo a detecção precoce e o manejo adequado de doenças do cólon e reto, proporcionando um atendimento seguro, humanizado e resolutivo, assegurando a continuidade da assistência aos pacientes.	10 exames por atendimento. 2 vezes ao mês. 2 profissionais.	R\$890,00



000032



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS



20	MÉDICO ESPECIALIZADO	O serviço médico especializado em endocrinologia será prestado nas unidades de saúde de Itacaré e Taboquinhas, com a realização de até 30 consultas por atendimento, conforme a demanda da Secretaria de Saúde. O endocrinologista será responsável pela avaliação, diagnóstico e tratamento de doenças hormonais e metabólicas, como diabetes, distúrbios da tireoide, obesidade, doenças da hipófise, entre outras condições endocrinológicas. O atendimento incluirá orientação sobre terapias medicamentosas, controle de doenças crônicas e prevenção de complicações associadas aos distúrbios hormonais. O serviço seguirá os protocolos técnicos do SUS, garantindo qualidade, precisão e cuidado humanizado, com foco na saúde integral dos pacientes.	30 consultas por atendimento. 2 vezes ao mês. 2 profissionais.	R\$ 100,00
21	MÉDICO ESPECIALIZADO	O serviço médico especializado em dermatologia será prestado nas unidades de saúde de Itacaré e Taboquinhas, com a realização de até 30 consultas por atendimento. O dermatologista será responsável pela avaliação clínica, diagnóstico e tratamento de doenças da pele, cabelo e unhas, incluindo condições como acne, eczema, psoríase, doenças infecciosas e câncer de pele. Além das consultas, o profissional realizará pequenos procedimentos dermatológicos, como remoção de lesões benignas, biópsias e tratamentos de condições de pele de baixa e média complexidade. O atendimento será realizado conforme os protocolos técnicos do SUS, garantindo qualidade, precisão e cuidado humanizado aos pacientes.	30 consultas por atendimento. 2 vezes ao mês. 2 profissionais.	R\$ 100,00
22	MÉDICO ESPECIALIZADO	O serviço médico especializado em urologia será prestado nas unidades de saúde de Itacaré e Taboquinhas, com a realização de 20 consultas por atendimento. O urologista será responsável pela avaliação, diagnóstico e tratamento de doenças do trato urinário e sistema reprodutor masculino, incluindo condições como infecções urinárias, cálculo renal, doenças da próstata, disfunções sexuais, entre outras. O profissional oferecerá acompanhamento clínico, orientação sobre prevenção e terapias, além de realizar exames urológicos quando necessário. O atendimento será realizado conforme os protocolos técnicos do SUS, assegurando qualidade, precisão e cuidado humanizado aos pacientes.	20 consultas por atendimento. 2 vezes ao mês. 2 profissionais.	R\$ 100,00

23	MÉDICO ESPECIALIZADO	O serviço médico especializado em geriatria será prestado nas unidades de saúde de Itacaré e Taboquinhas, atendendo à demanda da Secretaria de Saúde. O profissional será responsável pela realização de 20 consultas por atendimento, focando na avaliação integral da saúde do idoso, incluindo diagnóstico, tratamento e acompanhamento de doenças crônicas, síndromes geriátricas e prevenção de agravos. O atendimento será conduzido de forma humanizada e interdisciplinar, em conformidade com os protocolos do SUS, priorizando a promoção da qualidade de vida, a funcionalidade e a autonomia dos pacientes idosos. O serviço visa garantir uma assistência especializada e resolutive, contribuindo para o bem-estar e a melhoria da saúde da população idosa do município.	20 consultas por atendimento. 2 vezes ao mês. 2 profissionais.	R\$ 100,00
24	MÉDICO ESPECIALIZADO	O serviço médico especializado em pneumologia será prestado nas unidades de saúde do município de Itacaré, incluindo a localidade de Taboquinhas, com o objetivo de ampliar o acesso à assistência especializada e qualificada aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). A prestação do serviço ocorrerá mediante a realização de consultas médicas especializadas, de até 20 atendimentos por dia de atividade. As consultas incluirão anamnese detalhada, exame físico específico, solicitação e análise de exames complementares conforme necessidade clínica, além da prescrição e acompanhamento terapêutico adequado para cada paciente. O atendimento será pautado nas diretrizes clínicas da pneumologia, seguindo os protocolos e fluxos assistenciais do Ministério da Saúde, bem como as recomendações da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT). O serviço atenderá casos de patologias respiratórias agudas e crônicas, como asma, doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), tuberculose, infecções respiratórias recorrentes, entre outras condições que exijam acompanhamento especializado.	20 consultas por atendimento. 2 vezes ao mês. 2 profissionais.	R\$100,00

25	MÉDICO ESPECIALIZADO	<p>O serviço médico especializado em reumatologia será prestado nas unidades de saúde do município de Itacaré, incluindo a localidade de Taboquinhas, com o objetivo de garantir acesso qualificado ao diagnóstico, tratamento e acompanhamento de doenças reumatológicas aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). A prestação do serviço ocorrerá por meio da realização de até 20 consultas por dia de atendimento, abrangendo anamnese detalhada, exame físico especializado, solicitação e interpretação de exames complementares conforme necessidade clínica, além da prescrição e acompanhamento terapêutico adequado a cada paciente.</p> <p>O atendimento seguirá os protocolos assistenciais do Ministério da Saúde e as diretrizes da Sociedade Brasileira de Reumatologia (SBR), contemplando o manejo de patologias como artrite reumatoide, lúpus eritematoso sistêmico, espondiloartrites, osteoporose, gota, fibromialgia, entre outras doenças autoimunes e inflamatórias do sistema musculoesquelético.</p>	20 consultas por atendimento. 2 vezes ao mês. 2 profissionais.	R\$100,00
26	MÉDICO ESPECIALIZADO	<p>O exame de polissonografia será disponibilizado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Itacaré, com a realização de até 2 exames mensais, visando o diagnóstico preciso de distúrbios do sono e a definição do tratamento mais adequado para cada paciente. A polissonografia é um exame não invasivo e de alta complexidade, que monitora variáveis fisiológicas durante o sono, incluindo atividade cerebral, frequência cardíaca, movimentos respiratórios, oxigenação sanguínea, ronco e atividade muscular. O procedimento é fundamental para a identificação de condições como apneia obstrutiva do sono, insônia, síndrome das pernas inquietas, narcolepsia e outros distúrbios que afetam a qualidade do sono e a saúde geral do indivíduo. O procedimento será realizado com equipamento próprio do médico responsável, seguindo os protocolos clínicos e diretrizes da Sociedade Brasileira do Sono (SBS) e do Ministério da Saúde, garantindo precisão diagnóstica e direcionamento terapêutico adequado. O exame contará com laudo profissional emitido pelo especialista, assegurando a interpretação qualificada dos</p>	2 exames por mês. 2 profissionais.	R\$500,00



		resultados e a condução adequada do tratamento dos pacientes atendidos pelo SUS.		
--	--	--	--	--

### DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços médicos nos Programas de Saúde da Família (PSF), nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e nos hospitais do município de Itacaré será realizada de forma planejada e integrada, garantindo a continuidade e a qualidade da assistência à população. A contratação dos profissionais seguirá o modelo de prestação de serviços via Pessoa Jurídica (PJ), assegurando a conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e os princípios da Atenção Primária à Saúde (APS).

Nos Programas de Saúde da Família (PSF), os médicos desempenharão um papel central na promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento contínuo dos pacientes. Atuando em equipes multiprofissionais, os profissionais serão responsáveis pela realização de consultas clínicas, acompanhamento de gestantes, crianças, idosos e pacientes com doenças crônicas, além de visitas domiciliares para atendimento de pacientes acamados ou com dificuldades de locomoção. A execução dos serviços também incluirá atividades de educação em saúde, visando à promoção de hábitos saudáveis e ao fortalecimento do vínculo entre profissionais e comunidade. O registro adequado das informações no e-SUS PEC e nos demais sistemas de informação em saúde será obrigatório, garantindo a rastreabilidade dos atendimentos e a qualificação dos dados epidemiológicos do município.

Nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), os médicos atuarão na atenção primária, realizando consultas, exames clínicos, avaliações preventivas e encaminhamentos para serviços de média e alta complexidade quando necessário. A distribuição dos atendimentos será feita conforme a demanda de cada unidade, priorizando o acesso equitativo da população aos serviços de saúde. Além das consultas individuais, os médicos também participarão de ações coletivas, como palestras, grupos de educação em saúde e campanhas de vacinação, reforçando a importância da atenção primária como porta de entrada do sistema de saúde.

No Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), os médicos psiquiatras serão responsáveis pelo atendimento especializado de pacientes com transtornos mentais severos e persistentes, além de casos de dependência química. O serviço incluirá consultas individuais, prescrição e acompanhamento do uso de psicofármacos, participação em grupos terapêuticos, suporte às famílias e articulação com a rede intersetorial para garantir o cuidado integral dos pacientes. A execução dos serviços seguirá os princípios da Reforma Psiquiátrica, priorizando a desinstitucionalização e o tratamento humanizado.

Nos hospitais municipais, os médicos atuarão em regime de plantão, prestando assistência nas áreas de urgência e emergência, internações clínicas, obstetrícia, apoio a procedimentos cirúrgicos e atendimento de pacientes em observação. A atuação hospitalar incluirá diagnóstico clínico, solicitação e interpretação de exames complementares, condução de tratamentos e participação em protocolos assistenciais específicos. Os profissionais trabalharão de forma integrada às equipes de enfermagem, fisioterapia e outros profissionais de saúde, assegurando um atendimento qualificado e resolutivo.

Para garantir a efetividade da execução dos serviços, serão adotados mecanismos de monitoramento e avaliação contínuos, incluindo supervisão técnica, auditorias médicas, análise de produtividade e acompanhamento de indicadores de qualidade. A Secretaria Municipal de Saúde estabelecerá critérios rigorosos para o cumprimento das obrigações contratuais, assegurando que a prestação dos serviços médicos nos PSF, UBS, CAPS e hospitais ocorra de maneira eficiente, humanizada e em consonância com as necessidades da população de Itacaré.



**ANEXO III**  
**PROTOCOLO DE ENTREGA E HABILITAÇÃO**  
**CREDENCIAMENTO Nº ..../2025**  
**Processo Administrativo nº .../2025**

Prezados Senhores,

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., sediada à ....., bairro ....., município de ....., Estado de ....., por seu representante legal o Sr (a) ....., inscrito (a) sob o CPF nº ..... e RG nº: ....., domiciliado (a) na ....., e-mail ....., telefone para contato, Vem por meio deste, solicitar o Credenciamento, junto à Prefeitura Municipal de Itacaré, para o contratação de empresa **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025.**

DECLARA, sob as penas da lei, que:

- a) Conhece os termos do edital de credenciamento e que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto do credenciamento, com os quais concorda;
- b) Está de acordo com as normas e tabela de valores definidos no edital;
- c) Realizará todas as atividades a que se propõe;
- d) Não se encontra suspensa, nem declarada inidônea para participar de licitações ou contratar com órgão ou entidades da Administração Pública;
- e) Não se enquadra nas situações de impedimentos previstos no edital do credenciamento;
- f) Não há qualquer fato impeditivo do seu credenciamento;
- g) Compromete-se a declarar qualquer fato superveniente impeditivo de credenciamento ou de contratação;
- h) Os serviços pleiteados para credenciamento são compatíveis com o objeto social da pessoa jurídica, a experiência, a capacidade instalada, a infra-estrutura adequada à prestação dos serviços conforme exigidos no edital de credenciamento e nos seus anexos;
- i) As informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras.

DECLARO QUE ESTAMOS REMETENDO OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO DIA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

**PARTE EXCLUSIVA PARA PREENCHIMENTO DO SETOR COMPETENTE**

RECEBIDO PELO SETOR COMPETENTE NO DIA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS



**ANEXO IV**  
**CARTA DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO (MODELO)**

Referência: CREDENCIAMENTO Nº 006/2025

Prezado (A) Senhores,

A empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita com o CNPJ de nº \_\_\_\_\_,  
através do seu representante legal o senhor \_\_\_\_\_,  
portadora do RG de nº \_\_\_\_\_-SSP/BA, e do CPF de nº \_\_\_\_\_,  
vem apresentar toda a documentação visando o  
CREDENCIAMENTO e futura contratação desta empresa, para a prestação de serviços para o  
item \_\_\_\_\_ do \_\_\_\_\_ lote \_\_\_\_\_.

DECLARA que cumpre todas as exigências de habilitação e especificações do edital de chamamento público mencionado nesta carta, assim como que aceitamos os valores estabelecidos pelo município para pagamento dos serviços prestados.

O(s) procedimento(s) a serem realizados deverá ser descritos exatamente conforme Tabela constante no Anexo I. Descrições fora do padrão não serão consideradas.

ITEM	Nº TABELA	DESCRIÇÃO DO SERVICO/PROCEDIMENTO (CONFORME TABELAS – ANEXO 01)	HORAS TRABALHADAS POR MÊS/ QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS

- **DISPONIBILIDADE PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NO DISTRITO DE TABOQUINHAS:**  
( ) SIM ( ) NÃO

Local, data

\_\_\_\_\_  
EMPRESA:  
CNPJ :  
REPRESENTANTE LEGAL:  
RG Nº:  
CPF :



000038

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS





**ANEXO V**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº .../2025**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CREDENCIAMENTO Nº .../2025**  
**CONTRATO nº \_\_\_\_\_ 2025**

O **Município de Itacaré**, com sede no(a) ....., na cidade de .... /Estado BA inscrito (a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) seu prefeito Municipal Sr. ...., portador do RG nº ... e do CPF nº ...., residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CREDENCIANTE**, e a empresa ...., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., neste ato representado(a) por ....., portador do RG nº ... e do CPF nº ...., residente e domiciliado na rua ....., doravante designado **CREDENCIADA**, nos termos nos termos do art. 74, IV e 79 da Lei Federal nº 14.133/2022, Decreto Municipal nº 1.143/23, e demais normas complementares, de acordo com o edital de CREDENCIAMENTO Nº .../2025, resolvem firmar o presente CONTRATO, em conformidade com as condições e cláusulas que se seguem:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação por **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025.....**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência/ Projeto Básico (anexo I).

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. O interesse de credenciamento do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, prorrogável para até 5 (cinco) anos, contados da data de sua assinatura, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência da contratação é .../.../20... contado da data de assinatura registrado no extrato de contrato publicado no PNCP e diário oficial do Município, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato

2.4. O termo de credenciamento poderá ser rescindido a qualquer tempo pela Administração Pública, mediante notificação formal, sem prejuízo da manutenção das obrigações contraídas durante a vigência do contrato.

2.5. A vigência do contrato poderá ser prorrogada por períodos sucessivos, desde que haja necessidade de continuidade dos serviços e que atenda os termos do art. 107 da Lei 14.133/21.

2.6. A(s) prorrogação(ões) do(s) prazo(s) de vigência do contrato deve(m) ser instrumentalizada(s) através de aditivo contratual, instruído conforme definido nas legislações vigentes.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**  
**(art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato, e devendo observar quanto a execução:

3.2. O termo de credenciamento poderá ser rescindido a qualquer tempo pela Administração Pública, mediante notificação formal, sem prejuízo da manutenção das obrigações contraídas durante a vigência do contrato.





000040

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS



3.3. O início da execução do bem ocorrerá após a emissão da Ordem de Fornecimento e deverá obedecer ao termo de referência, observando os locais, prazos e quantidades. A empresa contratada fica responsável por toda a logística de execução conforme o objeto, fornecendo todos os equipamentos e mão de obra necessários.

3.4. A Contratada fica responsável ainda pela observância de todas as Normas e legislações pertinentes ao ramo de atividade.

3.5. O prazo deve seguir conforme o termo de referência logo autorizado o fornecimento, podendo ser prorrogado de acordo com a justificativa do contratado e autorização da secretaria responsável.

3.6. Deverá seguir conforme o termo de referência.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....).

5.2.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. As despesas serão computadas da seguinte forma: 60% despesa com pessoal e 40% serão computados em insumos, conforme o art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal

#### 6. CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

##### Recebimento

6.1. Deverá seguir conforme o termo de referência:

6.2. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

##### Da Emissão e Liquidação da Nota Fiscal

6.6. A nota fiscal somente poderá ser emitida após faturamento a execução mensal do bem.

6.7. a nota fiscal deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta de preço, bem como da nota de empenho, não se admitindo notas fiscais emitidas com outros CNPJ's, oportunidade em que deverá indicar, na própria nota fiscal, o código de serviço ou fornecimento da tabela da EFD – REINF, adequado ao objeto da contratação, devendo destacar nas notas fiscais o Imposto de Renda na Fonte, em observância as regras de retenção do IR dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e o RIR/2018, para fins de retenção quando do pagamento.

6.8. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: prazo de validade, data de emissão, dados do contrato e do órgão Contratante, período respectivo da execução do contrato, valor a pagar, eventual



000041.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS



destaque do valor de retenções tributárias cabíveis, além de averiguar se a mesma está acompanhada com as devidas certidões de regularidade vigentes.

6.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante;

6.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

6.11. A Administração deverá solicitar as certidões fiscais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.12. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal ou trabalhista.

#### **Prazo de pagamento**

6.16. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal ou após a execução do objeto, mediante a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, através de ordem bancária, para crédito em conta bancária de titularidade da empresa contratada.

6.17. O valor dos pagamentos eventualmente antecipados, nos moldes descritos no parágrafo primeiro do artigo 145 da lei, será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada pro rata die, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da entidade. Na hipótese de inexecução do objeto, fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado e no caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.

6.18. O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à Contratada, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicáveis à mora da Administração Pública, limitados a 12% ao ano.

#### **Forma de pagamento**

6.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.21.1. A Contratada no ato do envio de suas notas fiscais deverá apresentar também a "Declaração do regime tributário" ao qual a empresa está submetida e em caso de alteração do regime tributário, fica a empresa Contratada na obrigação de imediatamente informar à Contratante nova Declaração.

6.21.2. A Contratada, em sendo optante do Simples Nacional, está obrigada a enviar em anexo à nota fiscal, o extrato do Simples Nacional ou o recibo do PGDAS da última competência para conferência da alíquota aplicada/informada na Nota Fiscal, de acordo com art. 21 da Lei Complementar 123/2006, em seu § 4º.

6.21.3. A Contratada que seja beneficiada com o regime de CPRB – Contribuição Patronal sobre a Receita Bruta, deverá apresentar a Declaração em anexo à Nota Fiscal.

6.21.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



6.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DE PREÇO

8.1. Poderá haver alteração dos preços contratados para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou **fato** do príncipe ou **em** decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, **que inviabilizem a execução do contrato** tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de **risco estabelecida no contrato**.

8.2. Os preços contratados serão alterados, para **mais** ou para **menos**, **conforme** o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção **de quaisquer tributos ou encargos legais** ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

8.3. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada **pela última** variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice **definitivo**. **Fica a contratada** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de **preços** do valor remanescente, **sempre** que este ocorrer.

8.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.7. Caso o índice **estabelecido** para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.8. Na ausência de previsão **legal** quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para **reajustamento do preço** do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

### DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados
- b) Prestar os serviços contratados na Unidade de Saúde ou local designado pela Secretaria de Saúde, no horário determinado pela própria secretaria, conforme detalhado no objeto;
- c) Realizar atenção à saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade;
- d) Encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico deles;
- e) Indicar, de forma compartilhada com outros pontos de atenção, a necessidade de internação hospitalar, mantendo o acompanhamento do usuário;
- f) Contribuir, realizar e participar das atividades de educação permanente de todos os membros da



000043

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS



equipe;

- g) Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS, quando for o caso;
- h) Seguir as diretrizes e portarias do SUS (Sistema Único de Saúde) e do Ministério da Saúde;
- i) Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência do edital que fundamenta a contratação;
- j) Arcar com os custos inerentes a execução dos serviços objeto do contrato;
- k) Notificar a Administração, através da Secretaria de Saúde, imediatamente e por escrito de quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução dos serviços;
- l) Não transferir a outrem o objeto do Contrato;
- m) Manter sempre a qualidade na prestação do serviço executado;
- n) Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão da pessoa física contratada ou, sendo empresa, dos seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Secretaria Municipal de Saúde de Itacaré ou a terceiros;
- o) Assegurar ao Município as condições necessárias ao acompanhamento, a supervisão, ao controle, a fiscalização e auditoria da execução do objeto contratado, permitindo o livre acesso dos servidores do Município, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos relacionados direta e indiretamente ao contratado, quando no desempenho das atividades de acompanhamento e controle;
- p) Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, em observância ao princípio da urbanidade;
- q) Substituir imediatamente, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;
- r) Responder por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento da obrigação constante do item anterior;
- s) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Município de Itacaré;
- t) Relatar à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE do município toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- u) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, apresentando com a fatura mensal os comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista;
- v) Apresentar os documentos de cobrança exigidos no edital, inclusive nota fiscal, enviando ao setor de Administrativo da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE do município;
- w) Executar os serviços conforme proposto pela Contratante durante o prazo de vigência do contrato respeitando suas Cláusulas;
- x) Responder por erro de qualquer natureza relativo aos métodos utilizados seja na esfera administrativa, civil ou penal;
- y) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados de correntes do cumprimento deste Contrato, cabendo também a pessoa física contratada;
- z) Permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria Municipal de Saúde do município, em qualquer tempo, e mantê-la permanentemente informada a respeito do andamento dos mesmos;
- aa) Adotar fluxos, protocolos e sistemas informatizados quando implantado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE do município na execução do objeto do contrato, sem custo para a contratante;
- bb) Manter absoluto sigilo sobre quaisquer documentos, informações ou dados que tiver conhecimento ou acesso em decorrência da execução do serviço;
- cc) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

**9.1.1.** Fica proibida a cobrança de qualquer quantia, a qual quer título, dos serviços prestados aos usuários do SUS, ficando a contratada responsabilizada por qualquer cobrança indevida feita a usuário

**DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**9.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Credenciado, de acordo com o



0000 44

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS



contrato e seus anexos:

- 9.3. Cumprir o que consta no termo de referência;
- 9.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, fixando-lhe prazo para as devidas correções.
- 9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 9.6. Efetuar os pagamentos/repasses na forma e prazo estabelecidos;
- 9.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 9.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 9.9. Publicar os extratos do contrato e de seus aditivos, se houver, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou no Diário Oficial do Município em até 10 (dez) dias úteis, contados da referida assinatura.
- 9.10. expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos municipais;
- 9.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.12. E seguir os pontos :
  - a) Disponibilizar o local para atendimento dentro da Unidade de Saúde, sempre que for o caso, bem como acesso ao sistema eletrônico de registro das atividade de prontuário médico.
  - b) Proporcionar todas as condições para que o(a) Contratado(a) possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
  - c) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), de acordo com as cláusulas contratuais e o Termo de Referência do edital que fundamenta a contratação;
  - d) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
  - e) Notificar o(a) Contratado(a) por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades;
  - f) Pagar ao(a) Contratado(a) o valor resultante da prestação do serviço, na formado contrato;
  - g) Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
  - h) Compete a contratante o recebimento, conferência e atestado das notas fiscais emitidas pelo(a) contratado(a);
  - i) Organizar e regular os fluxos dos usuários do SUS/Itacaré/BA;
  - j) Providenciar as inspeções da execução dos serviços, com vistas ao cumprimento dos prazos pelo(a) Contratado(a), fiscalização da qualidade dos serviços que estão sendo prestados;
  - k) Declarar os serviços efetivamente prestados

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A forma da fiscalização e o fiscal e gestor ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, observados os seguintes termos:

10.1.1. A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização, sendo que a atuação fiscalizadora do Município em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

10.2. A execução do presente Contrato será avaliada pelo fiscal de contrato mediante procedimentos de supervisão local direta ou indireta, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições ora estabelecidas e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados, respeitados o contraditória e a ampla defesa.



000045

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS



- 10.3. A fiscalização da execução do objeto será efetuada pelo servidor \_\_\_\_\_, conforme Portaria nº \_\_\_\_\_, atendendo aos termos do artigo 117 da Lei 14.133/21.
- 10.4. A fiscalização da Prefeitura Municipal de Itacaré não diminui nem substitui a responsabilidade da Contratada, decorrente das obrigações assumidas.
- 10.5. Deverá ser comunicado por escrito (preferencialmente por meio de e-mail) à contratada, sempre que necessário, a ocorrência de qualquer medida que demande comunicação formal entre as partes contratantes;
- 10.6. A contratada, pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no ajuste, sem a devida justificativa aceita por este órgão, e sem prejuízo das demais sanções aplicáveis, ficará sujeita, a critério deste mesmo órgão, às penalidades de Sanção Administrativa previstas no Contrato;
- 10.7. A contratada facilitará o acompanhamento e o controle permanente, pela contratante, dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos auditores designados para tal fim;
- 10.8. A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.
- 10.9. Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.
- 10.10. O Gestor do Contrato será o Secretário da Pasta da referida contratação, autoridade competente para o gerenciamento das atividades relacionadas à execução do contrato, à fiscalização técnica e administrativa e dos atos necessários à formalização do contrato, da prorrogação, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro, alteração, acréscimo, supressão, pagamento, requerer aplicação de sanções, extinção dos contratos, entre outros.
- 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD.**
- 11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 11.6. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados, quando for o caso, o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 11.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 11.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 11.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 11.10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável e estruturado (LGPD, art. 25)
- 11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados



000046

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS



peçoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**11.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**11.13.** O Contratado deverá, caso receba qualquer comunicação de qualquer pessoa em relação ao Processamento de Dados Pessoais do Contratante (incluindo Titulares dos Dados ou autoridades de proteção de dados): (i) notificar o Contratante no prazo de 1 dia útil após o seu recebimento; (ii) fornecer toda assistência razoavelmente solicitada pelo Contratante para permitir que este responda a respectiva solicitação; e (iii) não responder solicitações diretamente sem autorização por escrito do Contratante.

**11.14.** O Fornecedor deverá implementar e manter as medidas técnicas e organizacionais necessárias para a proteção dos Dados Pessoais do Contratante, contra destruição acidental ou ilegal, danos, perdas, alterações, divulgação ou acesso não autorizados, sem prejuízo do cumprimento de qualquer outra medida exigida pelas leis de proteção de dados aplicáveis.

**11.15.** O Contratado deverá assegurar que qualquer pessoa autorizada a Processar os Dados Pessoais do Cliente esteja vinculada a obrigações contratuais de confidencialidade.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

**12.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**13.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**iv. Multa:**

**§1º** - A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 0,5% (meio por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS



garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

- f) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.  
g) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com a legislação vigente.

**13.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**13.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**13.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021**, para as penalidades de **impedimento de licitar e contratar** e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para o Contratante;
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.7.** Os atos previstos como **infrações administrativas** na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**13.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**13.11.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

**13.12.** A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas do caput desta Cláusula é da competência do Secretário Municipal de Finanças.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)





0000 48

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS



**14.1.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**14.2.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**14.3.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**14.4.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**14.5.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

**14.6** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.7** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

**15.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 1.066/2022 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

**16.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**16.2.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

**17.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

**18.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Itacaré, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

**16.2** Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Cidade-BA, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20....

\_\_\_\_\_  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
REPRESENTANTE – .....  
AUTORIDADE COMPETENTE

\_\_\_\_\_  
EMPRESA  
REPRESENTANTE - .....CONTRATADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

00005n-



**MODELO ANEXO VI  
DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS**

DECLARAÇÃO \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, por  
intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) \_\_\_\_\_, portador (a) do  
RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, declara:

- a) Que não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21;
- b) Que atende aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;
- c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;
- d) Que está ciente do edital e concorda com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei Federal nº 14.133/21, que **não** emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e **não** emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88;
- f) Que não possui, na cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/ 88.

\_\_\_\_\_  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome e número do documento de Identidade do Declarante)



**MODELO ANEXO VII**  
**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

**CREDENCIAMENTO Nº .../2025**

\_\_\_\_\_(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), \_\_\_\_\_(CNPJ Nº), sediada no  
(a) \_\_\_\_\_  
(ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos  
no procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros  
de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes  
de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incursa em nenhum  
dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa  
e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20....

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).



**ANEXO VIII**  
**DECLARAÇÃO CONJUNTA**

[PARA PESSOAS JURÍDICAS]

[Nome da Razão Social], inscrito no CNPJ nº [número do CNPJ], por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) [nome completo do representante legal], portador(a) da Carteira de Identidade nº [número do RG] e do CPF nº [número do CPF], **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins da [Concorrência ou Licitação] nº [número da licitação, dispensa ou inexigibilidade], a **inexistência** no quadro da empresa, de pessoas físicas ou de dirigentes ou sócios com vínculo de servidor(a) ou empregado(a) público, ou agente político na esfera federal, estadual ou municipal, ou seu cônjuge ou companheiro(a), ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, além da **inexistência** de dirigentes ou sócios em comum com as demais empresas participantes.

OU

[PARA PESSOAS FÍSICAS]

Eu, [nome completo], portador(a) da Carteira de Identidade nº [número do RG] e do CPF nº [número do CPF], **DECLARO**, sob as penas da lei, para fins da [Concorrência ou Licitação] nº [número da licitação, dispensa ou inexigibilidade], **que não** sou servidor(a) ou empregado(a) público, ou agente político na esfera federal, estadual ou municipal, ou seu cônjuge ou companheiro(a), ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, além **de não** ser dirigente ou sócio das demais empresas participantes.

[Local e Data]

.....  
[Assinatura]



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ.  
CNPJ: 13.846.902/0001-95  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS.

# AVISOS DE PUBLICAÇÃO

000053

## Edital



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ: 13.846.902/0001-95  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



### AVISO

#### CHAMADA PÚBLICA Nº 006/2025 - CREDENCIAMENTO Nº 006/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO 062/2025

O Município de Itacaré/BA comunica a abertura da **CHAMADA PÚBLICA Nº 006/2025- PROCESSO ADMINISTRATIVO 062/2025.OBJETIVANDO:** CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025, e demais condições descritas no edital e em seus anexos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 1.143/2023, Lei Municipal nº 426/2022. Conforme item 15, deste instrumento de convocação, os interessados têm até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, para impugnar ou solicitar esclarecimentos deste Edital, Só após esse prazo legal, dar-se-á início a recepção dos documentos para o credenciamento a partir do dia **21/02//2025, horário das 9:00hs às 16:00hs. TÉRMINO DO CREDENCIAMENTO:** Nos termos do art. 5, da Lei Municipal nº 426/2022, o Chamamento Público para credenciamento estará aberto pelo período de 12 (doze) meses. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), endereço eletrônico no link de licitações (<https://itacare.ba.gov.br/>). **Informações** através do e-mail [itacare.licitacoes@gmail.com](mailto:itacare.licitacoes@gmail.com). Envio dos documentos para o setor de licitação no endereço: Rua Heraldo de Melo Lopes, s/n, Centro – Itacaré – Bahia CEP – 45.530-000. **14/02/2025. Jocélia Soares de Araújo- SuperIntendente de licitação.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
Rua Heraldo de Melo Lopes, Centro – Itacaré – Bahia CEP – 45.530-000.  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS



**EDITAL**

**CREDENCIAMENTO Nº 006/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 062/2025**

**O MUNICÍPIO DE ITACARÉ**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 13.846.902/0001-95 com sede na Rua Heraldo de Melo Lopes, s/n, Centro – Itacaré – Bahia CEP – 45.530-000, representado pelo prefeito municipal, o Sr. **EDSON ARANTE SANTOS MENDES**, inscrito no CPF nº 004.875.375-05. Carteira de Identidade nº 08.398.663-48 SSP-BA, no uso de suas prerrogativas legais, torna público para conhecimento de quantos possam se interessar que está aberto o **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025**, e demais condições descritas no edital e em seus anexos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 1.143/2023, Lei Municipal nº 426/2022.

**INÍCIO DO CREDENCIAMENTO:** A partir das 10:00 horas do dia 21/02/2025

**TÉRMINO DO CREDENCIAMENTO:** Nos termos do art. 5, da Lei Municipal nº 426/2022, o Chamamento Público para credenciamento estará aberto pelo período de 12 (doze) meses, sendo que o(s) contrato(s) terá vigência pelo mesmo prazo de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo, caso haja interesse da administração e com anuência da credenciada, ser prorrogado por igual período, observados os prazos previstos nos artigos 105, 106 e 107 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, através de Termo Aditivo.

**LOCAL PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO:** Deverá apresentar os documentos de habilitação com o pedido de credenciamento e protocolo no Setor de Licitação no endereço: Rua Heraldo de Melo Lopes, s/n, Centro – Itacaré – Bahia CEP – 45.530-000.

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES:** No Departamento de Compras e Licitações de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 16h00min, na Rua Heraldo de Melo Lopes, s/n, Centro – Itacaré – Bahia CEP – 45.530-000 ou pelo e-mail: itacare.licitacoes@gmail.com.

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Conforme item 15, deste instrumento de convocação, os interessados têm até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, para impugnar ou solicitar esclarecimentos deste Edital, por irregularidade na aplicação da Lei 14.133 de 2021, Lei Municipal nº 426 de dezembro de 2022 e do Decreto nº 1.143, de 25 de janeiro de 2023 Municipal. Só após esse prazo legal, dar-se-á início a recepção dos documentos para o credenciamento a partir do dia 21/02/2025

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), endereço eletrônico no link de licitações (<https://itacare.ba.gov.br/>).

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente edital de **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025**, de acordo com o Anexo I do presente Edital.

1.2. As especificações e demais condições do **CREDENCIAMENTO** constam dos Anexos a este Edital, partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

**2. DO ACESSO**

Rua Heraldo de Melo Lopes, s/n, Centro – Itacaré – Bahia CEP – 45.530-000.  
Telefone (73) 3251-2130 – e-mail: itacare.licitacoes@gmail.com



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

Em 27/02/25, às 11h. Objeto: aquisição de peixe inteiro tipo corvina, a serem distribuídos as famílias durante o período da semana santa, já cadastradas junto a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania. No horário de Brasília. Demais publicações: <http://www.ibirataia.ba.gov.br>.

Ibirataia/BA, 14 de fevereiro de 2025.

MARCELO DE OLIVEIRA LIMA  
Setor de Licitação.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBOTIRAMA

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPECIE: Termo Aditivo nº. 001 do Contrato nº. 115/2024 - Processo Administrativo nº. 051/2024 - Pregão Eletrônico Nº. 011/2024-PM/BA - CONTRATANTE: Município de Ibotirama; CONTRATADA: MECÂNICA E AUTO PEÇAS DAMASCENO EIRELI; OBJETO: Renovar o valor total do contrato com renúncia a revisão e/ou reajustamento e alterar as dotações orçamentárias; FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/21 e Decreto Municipal nº. 007/2024; SIGNATÁRIOS: Pela Contratante, Secretário Mun. de Educação: Edcarlos A. de Queiroz, e pela Contratada, Sócia Administradora: Aline Alves da C. Damasceno.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ

## AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 6/2025

O Município de Itacaré/BA comunica a abertura da CHAMADA PÚBLICA Nº 006/2025- PROCESSO ADMINISTRATIVO 062/2025.OBJETIVANDO: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025, e demais condições descritas no edital e em seus anexos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 1.143/2023, Lei Municipal nº 426/2022. Conforme item 15, deste instrumento de convocação, os interessados têm até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, para impugnar ou solicitar esclarecimentos deste Edital. Só após esse prazo legal, dar-se-á início a recepção dos documentos para o credenciamento a partir do dia 21/02/2025, horário das 9:00hs às 16:00hs. TÉRMINO DO CREDENCIAMENTO: Nos termos do art. 5, da Lei Municipal nº 426/2022, o Chamamento Público para credenciamento estará aberto pelo período de 12 (doze) meses. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), endereço eletrônico no link de licitações (<https://itacare.ba.gov.br/>). Informações através do e-mail [itacare.licitacoes@gmail.com](mailto:itacare.licitacoes@gmail.com). Envio dos documentos para o setor de licitação no endereço: Rua Heraldo de Melo Lopes, s/n, Centro - Itacaré - Bahia CEP - 45.530-000.

Em 14 de fevereiro de 2025  
JOCELIA SOARES DE ARAUJO  
Superintendente de Licitação

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHÊM

## AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 3/2025

A Prefeitura Municipal de Itanhêm-Bahia, TORNA PÚBLICO, que está aberto o CREDENCIAMENTO, SEM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA, DESTINADA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, CLÍNICAS ESPECIALIZADAS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES E LABORATÓRIOS PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES ESPECÍFICAS DE PATOLOGIAS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITANHÊM (SUS MUNICIPAL), SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, COM VALORES BASEADOS NA TABELA SUS E NA TABELA DE DESONERAÇÃO APROVADA PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, destinado ao atendimento da Secretaria Municipal de Saúde do município de Itanhêm/Bahia. O Edital de credenciamento encontra-se publicado na íntegra no endereço eletrônico: <https://www.municipionline.com.br/ba/prefeitura/itanhem/cidadao/diarioofical>. Os esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desse edital serão prestados pela Secretaria Municipal de Saúde, diariamente, das 8:00hs às 12:00hs, na sede da Secretaria, sito a Rua Padre Roma, s/nº, Bairro São João, Itanhêm/BA ou telefone (73) 3295-2062.

Itanhêm - BA, 11 de fevereiro de 2025.  
MILTON FERREIRA GUIMARÃES  
Prefeito

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPARICA

## AVISO DE LICITAÇÃO

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2025 - SRP

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30/2025

A Pregoeira e equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Itaparica/Bahia, devidamente autorizados pelo Decreto Nº 123/2025, torna público para conhecimento dos interessados a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 005/2025. Objeto: Registro de preço para futura e eventual prestação dos serviços de organização, planejamento, promoção e execução de eventos, mormente no que diz respeito catering e realização de atividades de assistência palco, som, camarim, receptivo e assistência técnica, para os festejos relativos ao calendário municipal, assim como, as demandas da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura do Município de Itaparica/BA. Data e horário de realização: Sessão de disputa no dia 06/03/2025 às 10h00min horas/Brasília. Edital e Anexos estão disponíveis no site: [www.bicompas.com](http://www.bicompas.com), <https://pnpc.gov.br/ou> através do site <http://pmitaparicaba.imprensaoficial.org/>. Informações: [itaparcalicitacao@gmail.com](mailto:itaparcalicitacao@gmail.com).

Itaparica (BA), 14 de fevereiro de 2025  
MAYANE CRISTINA SILVA DO NASCIMENTO  
Pregoeira

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUARA

## AVISO DE LICITAÇÃO

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2025 - SRP

Objeto: Contratação de empresa de confecção de uniformes e aquisição de acessórios (FPI's) para atender a necessidade das diversas secretarias do município de Itaquara-BA, através do sistema de registro de preços, conforme Termo de Referência (ANEXO IV), para atender as demandas dos serviços do Município de Itaquara/BA. Os interessados, obter informações e adquirir o edital no site <https://bnc.org.br/>, e no diário oficial do município: <https://itaquara.ba.gov.br/diario.html>. Recebimento das propostas a partir do dia 17/02/2025 às 10h. Abertura das propostas 27/02/2025 às 14:00h. Início da sessão de disputa no dia 27.02.2025 às 14:10h.

Itaquara -BA, 14 de fevereiro de 2025  
RAMON ALMEIDA SANTOS  
Agente de Contratação

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2025 - SRP

Objeto: Contratação de empresa para eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios perecíveis e não-perecíveis, para atender as necessidades das secretarias deste Município de Itaquara/Bahia, por registro de preços, conforme, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO II), para atender as demandas dos serviços do Município de Itaquara/BA. Os interessados, obter informações e adquirir o edital no site <https://bnc.org.br/>, e no diário oficial do município: <https://itaquara.ba.gov.br/diario.html>. Recebimento das propostas a partir do dia 17/02/2025 às 10h. Abertura das propostas 27/02/2025 às 10:00h. Início da sessão de disputa no dia 27.02.2025 às 10:10h.

Itaquara -BA, 14 de fevereiro de 2025  
RAMON ALMEIDA SANTOS  
Agente de Contratação

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIPE

## AVISO DE DISPENSA ELETRONICA DE LICITAÇÃO Nº 2/2025

A Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Jaguaripe/Bahia, devidamente autorizados pela portaria nº 019/2025, em atendimento às disposições legais, torna público, para conhecimento de todos, a realização da Dispensa de Licitação acima especificada, e mediante informações a seguir: OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE JAGUARIPE. DATA DA DISPUTA: 21/02/2025 de 09h30min até às 15h30min. Endereço eletrônico para cadastro das propostas e participação da disputa: [www.bicompas.com](http://www.bicompas.com). BASE LEGAL: Art. 75, II e § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

Jaguaripe-BA, 14 de Janeiro de 2025  
MAIANE ALMEIDA CALDAS BARRITO  
Agente de Contratação

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÊ

## AVISO DE LICITAÇÃO

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Jequiê, torna público, que realizará em 28/2/2025, às 09:30h (Horário de Brasília), P.E 011/2025 Contratação de empresa especializada, para o fornecimento de material necessário para o cascalhamento das estradas vicinais, a serem executados em atendimento da demanda do município de Jequiê/BA. As demais publicações serão realizadas no Diário Oficial no site: <https://www.jequie.ba.gov.br/transparencia/diariooficial> e <https://bnc.compras.com/>.

Jequiê, 14 de fevereiro de 2025  
JULIANA BISPO  
Pregoeira

## AVISOS DE LICITAÇÃO

## CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2024 - SMS

## Repúblicação

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DO CAPS ADI INFANTIL, NA LOCALIDADE ALGAROBAS/JEQUIÊ-BA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JEQUIÊ-BA. Abertura das Propostas: 08:00hs do dia 17 de fevereiro de 2025 (Horário de Brasília). Abertura da sessão eletrônica: dia 27 de março de 2025 às 09:30h (Horário de Brasília). Acontecerá no site: <https://bnc.compras.com/>. O Edital e os anexos ficarão disponíveis gratuitamente no Diário Oficial do Município endereço eletrônico, em PDF: <https://saio.org.br/ba/jequie/site/diariooficial>, ou no Departamento de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Saúde de Jequiê, situado à Rua D. Pedro II, nº 88, CEP 45.200-263 - Centro/Jequiê/BA. Claudio Emanuel Santos Gomes - Agente de Contratação

## CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 12/2024 SMS

## Repúblicação

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS) PORTE I, NA LOCALIDADE RESIDENCIAL SEGREGO/JEQUIÊ-BA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JEQUIÊ-BA. Abertura das Propostas: 08:00hs do dia 17 de fevereiro de 2025 (Horário de Brasília). Abertura da sessão eletrônica: dia 28 de março de 2025 às 09:00h (Horário de Brasília). Acontecerá no site: <https://bnc.compras.com/>. O Edital e os anexos ficarão disponíveis gratuitamente no Diário Oficial do Município endereço eletrônico, em PDF: <https://saio.org.br/ba/jequie/site/diariooficial>, ou no Departamento de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Saúde de Jequiê, situado à Rua D. Pedro II, nº 88, CEP 45.200-263 - Centro/Jequiê/BA.

CLAUDIO EMANUEL SANTOS GOMES  
Agente de Contratação

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

## AVISO DE LICITAÇÃO

## PREGÃO ELETRÔNICO 11/2025

PA 48/25. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios (peixes) para atender demanda da Secretaria de Assistência Social. Sessão pública: às 9h, 27/02/25. Local: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Informações e edital: <http://www.joaojourdado.ba.gov.br/licitacoes>. Demais atos: <http://www.joaojourdado.ba.gov.br/diario>.

João Dourado/BA, 13 de fevereiro de 2025.  
DIEGO CARDOSO DOURADO.  
Secretário de Administração.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPÃO

## EXTRATO DE CONTRATO

Credenciamento nº 003/2024 - Contrato nº 079/2024. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPÃO, CNPJ: 13.891.528/0001-40. Contratado: ALEX SANDRO LOPES LTDA ME CNPJ nº 58.845.335/0001-90. Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA DIVULGAÇÃO COM PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, EM SITE TIPO BANNER, GRAVAÇÕES PARA DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS, E SERVIÇO DE CARRO DE SOM PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO. Valor global de R\$ 27.768,00 (vinte e sete mil setecentos e sessenta e oito). Data de assinatura 14/02/2025. Vigência do contrato: 14/02/2024 a 31/12/2025.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS

## AVISOS DE LICITAÇÃO

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada em desenvolvimento e locação de sistema próprio e integrado voltado para soluções corporativas de gestão pública, abrangendo planejamento, desenvolvimento de artefatos de planejamento com inteligência artificial, processos de licitação e contratos, compras municipais e frotas. Inclui também serviços de implantação, capacitação e treinamentos necessários para atender às demandas do município de LENÇÓIS-BA. Recebimento das propostas até 08:30h, Início da disputa às 09:00h do dia 27/02/2025



# NASCE UM NOVO ÍDOLO

Fonseca  
venceu  
Cerúndolo por  
2 a 0, parciais  
de 6/4 e 7/6  
(7/1) em  
1h45min



## **Tênis** João Fonseca é campeão em Buenos Aires e atinge marcas de precocidade

### Estado Controlado

REPORTAGEM

Na chamada Catedral do tênis argentino, o brasileiro João Fonseca enfrentou neste domingo a torcida e o melhor jogador local da atualidade, Francisco Cerundolo, 28º do ranking, e demonstrando personalidade conquistou seu primeiro título do circuito principal da Associação dos Tenistas Profissionais (ATP), confirmando sua ascensão meteórica, atingindo várias marcas de precocidade e dando um salto de 31 posições no

ranking mundial

Ao vencer Cerundolo por 2 a 0, parciais de 6/4 e 7/6 (7-1) em 1h45min, Fonseca se tornou, aos 18 anos, cinco meses e 26 dias, o mais jovem sul-americano a conquistar um título na era ATP Tour (a partir de 1990).

Ele também entrou no top 10 dos mais jovens campeões e tirou da lista o americano Pete Sampras, ex-número um do mundo e ex-recordista de títulos de Grand Slams. Entre os integrantes desta relação estão o australiano Lleyton Hewitt, o ucraniano Andrei Medvedev, o japonês Kei Nishikori, os espanhóis Rafael Nadal e Carlos Alcaraz e o norte-americano Michael Chang, que alcançaram ao menos a quarta posição no ranking.

Cerundolo, aos 26 anos, é

muito mais experiente do que o brasileiro. Ele já foi o 19º do mundo e, com três títulos e outras duas finais no currículo, disputou neste domingo sua 200ª partida no circuito, enquanto Fonseca jogou apenas pela 27ª vez em eventos deste porte. Com o título, ele avançou 31 posições no ranking e aparece nesta segunda-feira no 68º posto, o melhor brasileiro no ranking.

Há menos de um ano, Fonseca conquistou sua primeira vitória no circuito principal da ATP ao aproveitar muito bem o convite oferecido pelo Rio Open e chegar às quartas de final do evento, derrotado pelo argentino Mariano Navone, rival que foi eliminado pelo brasileiro nesta semana na capital argentina. Na ocasião, Fonseca era apenas o 655º colocado do ranking mundial.

[illegible]

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ**

**CNPJ Nº 13.844.002/001-65**

**AVISO:** CHAMADA PÚBLICA Nº 068/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 364-2025  
do Município de Itacaré para contratação de serviços de TI sob o nº do Edital Nº 003/2025.  
O processo administrativo nº 068/2025 OBJETIVANDO CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS  
HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO  
DE MANUTENÇÃO E ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DE TI DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA  
SAÚDE. EXERCÍCIO DE 2025 e demais condições descritas no edital e em suas alterações,  
em termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 1.149/2023. Os interessados  
podem acessar o Edital e obter informações adicionais no endereço eletrônico:  
[www.municipoalitacaré.ba.gov.br](http://www.municipoalitacaré.ba.gov.br), até as 17 horas, das 9h às 17h, das  
sextas-feiras, da data de publicação do Edital, para impugnação. Os licitantes deverão  
enviar o Edital. Se após esse prazo, der-se o início à recepção dos documentos de  
habilitação, os interessados poderão apresentar recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis,  
contados a partir do término do prazo de recebimento dos documentos de habilitação.  
CREDENCIAMENTO Nos termos do art. 5º da Lei Municipal nº 426/2022 e Chamamento Público  
de credenciamento estará aberto pelo período de 12 (doze) meses. O Edital e suas altera-  
ções estão disponíveis na Internet, no site Municipal de Contratações Públicas (MCP), endereço  
eletrônico: [www.mcp.itacaré.ba.gov.br](http://www.mcp.itacaré.ba.gov.br). Para mais informações consulte o Edital ou o site  
Municipal de Contratações Públicas. O envio dos documentos para o setor de seleção no endereço: Rua Heitor  
Alves Lopes s/nº, Centro - Itacaré - Bahia - CEP: 45.590-000 1400/2025 Jackson Soares

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAVELAS**

[illegible]

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETITÉ**

[illegible]

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO**

[illegible]

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUINÉ**

[illegible]

ENSAIO DO  
CORTEJO  
AFRO

† ~~aggravated~~ Soil structure

**PRACA**  
**das**  
**ARTES**  
PELOURINHO

**21h**  
Segunda-feira  
**17/FEV**

**Abertura dos Portões 20h**

**CONVIDADOS:**

**BANDA  
MEL**

**EDU**

**JAMMIL**

### REALIZAÇÃO:

**VENDAS:**

~~ticket~~

**APC/O:**

50%

Editar

# Edital de Chamamento Público nº 000006/2025

Última atualização 28/03/2025

**Local:** Itacaré/BA **Órgão:** MUNICIPIO DE ITACARÉ

**Unidade compradora:** 13846902000195-001 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ

**Modalidade da contratação:** Credenciamento **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 79, II

**Tipo:** Edital de Chamamento Público **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

**Fonte orçamentária:** Não informada

**Data de divulgação no PNCP:** 14/02/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

**Data de início de recebimento de propostas:** 12/03/2025 14:15 (horário de Brasília)

**Data fim de recebimento de propostas:** 12/03/2025 14:15 (horário de Brasília)

**Id contratação PNCP:** 13846902000195-1-000041/2025 **Fonte:** E & L PRODUCOES DE SOFTWARE LTDA

**Objeto:**

CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE. EXERCÍCIO DE 2025.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 312.000,00	R\$ 4.056.000,00

Itens   Arquivos   Contratos/Empenhos   Histórico

Nome	Data	Tipo
AVISO • EDITAL CREDENCIAMENTO 006-2025 PROFISSIONA	14/02/2025	Edital
AVISO DE RESULTADO NO 01- CREDENCIAMENTO 006-2025	28/03/2025	Outros Documentos
ADJUDICACAO E HOMOLOGACAO N? 01- CREDENCIAMENTO 00	28/03/2025	Outros Documentos
RETIFICACAO - ADJUDICACAO E HOMOLOGACAO- CREDENCIA	28/03/2025	Outros Documentos
AVISO DE RESULTADO NO 02- CREDENCIAMENTO 006-2025	05/05/2025	Outros Documentos

Exibir 5 1-5 de 10 itens

Página 1 < >

< Voltar



707 6th Ave. ☎  
 212 693 6600

CONSEJO DE PARCELOS

10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100  
101  
102  
103  
104  
105  
106  
107  
108  
109  
110  
111  
112  
113  
114  
115  
116  
117  
118  
119  
120  
121  
122  
123  
124  
125  
126  
127  
128  
129  
130  
131  
132  
133  
134  
135  
136  
137  
138  
139  
140  
141  
142  
143  
144  
145  
146  
147  
148  
149  
150  
151  
152  
153  
154  
155  
156  
157  
158  
159  
160  
161  
162  
163  
164  
165  
166  
167  
168  
169  
170  
171  
172  
173  
174  
175  
176  
177  
178  
179  
180  
181  
182  
183  
184  
185  
186  
187  
188  
189  
190  
191  
192  
193  
194  
195  
196  
197  
198  
199  
200  
201  
202  
203  
204  
205  
206  
207  
208  
209  
210  
211  
212  
213  
214  
215  
216  
217  
218  
219  
220  
221  
222  
223  
224  
225  
226  
227  
228  
229  
230  
231  
232  
233  
234  
235  
236  
237  
238  
239  
240  
241  
242  
243  
244  
245  
246  
247  
248  
249  
250  
251  
252  
253  
254  
255  
256  
257  
258  
259  
260  
261  
262  
263  
264  
265  
266  
267  
268  
269  
270  
271  
272  
273  
274  
275  
276  
277  
278  
279  
280  
281  
282  
283  
284  
285  
286  
287  
288  
289  
290  
291  
292  
293  
294  
295  
296  
297  
298  
299  
300  
301  
302  
303  
304  
305  
306  
307  
308  
309  
310  
311  
312  
313  
314  
315  
316  
317  
318  
319  
320  
321  
322  
323  
324  
325  
326  
327  
328  
329  
330  
331  
332  
333  
334  
335  
336  
337  
338  
339  
340  
341  
342  
343  
344  
345  
346  
347  
348  
349  
350  
351  
352  
353  
354  
355  
356  
357  
358  
359  
360  
361  
362  
363  
364  
365  
366  
367  
368  
369  
370  
371  
372  
373  
374  
375  
376  
377  
378  
379  
380  
381  
382  
383  
384  
385  
386  
387  
388  
389  
390  
391  
392  
393  
394  
395  
396  
397  
398  
399  
400  
401  
402  
403  
404  
405  
406  
407  
408  
409  
410  
411  
412  
413  
414  
415  
416  
417  
418  
419  
420  
421  
422  
423  
424  
425  
426  
427  
428  
429  
430  
431  
432  
433  
434  
435  
436  
437  
438  
439  
440  
441  
442  
443  
444  
445  
446  
447  
448  
449  
450  
451  
452  
453  
454  
455  
456  
457  
458  
459  
460  
461  
462  
463  
464  
465  
466  
467  
468  
469  
470  
471  
472  
473  
474  
475  
476  
477  
478  
479  
480  
481  
482  
483  
484  
485  
486  
487  
488  
489  
490  
491  
492  
493  
494  
495  
496  
497  
498  
499  
500  
501  
502  
503  
504  
505  
506  
507  
508  
509  
510  
511  
512  
513  
514  
515  
516  
517  
518  
519  
520  
521  
522  
523  
524  
525  
526  
527  
528  
529  
530  
531  
532  
533  
534  
535  
536  
537  
538  
539  
540  
541  
542  
543  
544  
545  
546  
547  
548  
549  
550  
551  
552  
553  
554  
555  
556  
557  
558  
559  
560  
561  
562  
563  
564  
565  
566  
567  
568  
569  
570  
571  
572  
573  
574  
575  
576  
577  
578  
579  
580  
581  
582  
583  
584  
585  
586  
587  
588  
589  
590  
591  
592  
593  
594  
595  
596  
597  
598  
599  
600  
601  
602  
603  
604  
605  
606  
607  
608  
609  
610  
611  
612  
613  
614  
615  
616  
617  
618  
619  
620  
621  
622  
623  
624  
625  
626  
627  
628  
629  
630  
631  
632  
633  
634  
635  
636  
637  
638  
639  
640  
641  
642  
643  
644  
645  
646  
647  
648  
649  
650  
651  
652  
653  
654  
655  
656  
657  
658  
659  
660  
661  
662  
663  
664  
665  
666  
667  
668  
669  
670  
671  
672  
673  
674  
675  
676  
677  
678  
679  
680  
681  
682  
683  
684  
685  
686  
687  
688  
689  
690  
691  
692  
693  
694  
695  
696  
697  
698  
699  
700  
701  
702  
703  
704  
705  
706  
707  
708  
709  
710  
711  
712  
713  
714  
715  
716  
717  
718  
719  
720  
721  
722  
723  
724  
725  
726  
727  
728  
729  
730  
731  
732  
733  
734  
735  
736  
737  
738  
739  
740  
741  
742  
743  
744  
745  
746  
747  
748  
749  
750  
751  
752  
753  
754  
755  
756  
757  
758  
759  
760  
761  
762  
763  
764  
765  
766  
767  
768  
769  
770  
771  
772  
773  
774  
775  
776  
777  
778  
779  
780  
781  
782  
783  
784  
785  
786  
787  
788  
789  
790  
791  
792  
793  
794  
795  
796  
797  
798  
799  
800  
801  
802  
803  
804  
805  
806  
807  
808  
809  
810  
811  
812  
813  
814  
815  
816  
817  
818  
819  
820  
821  
822  
823  
824  
825  
826  
827  
828  
829  
830  
831  
832  
833  
834  
835  
836  
837  
838  
839  
840  
841  
842  
843  
844  
845  
846



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ.  
CNPJ: 13.846.902/0001-95  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS.

# PORTARIA/COMISSÃO



**Prefeitura Municipal de Itacaré**  
**Estado da Bahia**  
**GABINETE DO PREFEITO**



**DECRETO Nº 0062, DE 03 DE JANEIRO DE 2025.**

**EMENTA:** Dispõe sobre a equipe de apoio para auxiliar na condução dos atos das licitações e contratações do Município de Itacaré-Ba, derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021 e, dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITACARÉ**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais prevista na Lei Orgânica do Município de Itacaré, ainda, Lei Federal nº 14.133/2021 e Decretos Municipais de 1.067 de 13 de dezembro de 2022 e 1.066 de 12 de dezembro de 2022.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Designar os servidores que comporão a equipe de apoio, responsável por auxiliar Agente de Contratação nos processos de contratação direta e licitações derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021:

- I – Jocélia Soares de Araújo
- II – Glauber Souza dos Santos
- III – Edilane Santos Araújo
- IV – Nadine Gomes dos Santos

**Parágrafo único.** O Agente de Contratação ou Pregoeiro convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delega as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

**Art. 2º.** Nas licitações na modalidade pregão, a agente de contratação será designada pregoeira.

**Art. 3º.** Fica designada como Agente Contratação e Pregoeira substituta a servidora **JOCELIA SOARES DE ARAUJO**, ocupante do cargo em comissão de Superintendente de Licitação e Contratos.

**Parágrafo único.** A Agente de Contratação e Pregoeira substituta somente deverá atuar, de forma motivada, em caso de impedimentos legais e ausências temporárias da titular.

**Art. 4º.** Nas contratações diretas, abrangendo as dispensas e inexigibilidades de licitação, também será o agente de contratação responsável por impulsionar, conduzir e

Rua 31 de março, 57, Centro, Itacaré - BA / CEP 45.530-000  
CNPJ/MF 13.846.902/0001-95



**Prefeitura Municipal de Itacaré**  
**Estado da Bahia**  
**GABINETE DO PREFEITO**



executar os respectivos processos em todas as suas fases, com o auxílio da equipe de apoio.

**Art. 5º.** Os órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno deverão prestar assistência ao agente de contratação, pregoeiro e respectiva equipe de apoio e à atuação de fiscais de contratos.

**Art. 6º.** Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

**Art. 7º.** Ficam revogadas as disposições em sentido contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITACARÉ,** Estado Federado da Bahia,  
em 03 de janeiro de 2025.

**EDSON ARANTE SANTOS MENDES**  
Prefeito

Rua 31 de março, 57, Centro, Itacaré - BA / CEP 45.530-000  
CNPJ/MF 13.846.902/0001-95

## Portarias



Prefeitura Municipal de Itacaré  
Estado da Bahia  
GABINETE DO PREFEITO



**PORTARIA Nº0001 DE 03 DE JANEIRO DE 2025.**

**EMENTA:** designa servidor efetivo como  
AGENTE DE CONTRATAÇÕES e, dá outras  
providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITACARÉ, ESTADO FEDERADO DA BAHIA** no uso  
das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do  
Município de Itacaré;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar a servidora Municipal **LAMARTHINNA DE JESUS DOS SANTOS**, integrante do quadro de servidores efetivos do Município de Itacaré, para desempenhar a função gratificada de **AGENTE DE CONTRATAÇÕES**, símbolo FG-1, vinculado à **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, devendo assumir suas funções após preenchida as formalidades legais.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**Art. 3º** - Ficam revogadas todas as disposições em sentido contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITACARÉ**, Estado Federado da Bahia,  
em 03 de janeiro de 2025.

**EDSON ARANTE SANTOS MENDES**  
Prefeito

**MARILIA GOMES ALMEIDA**  
Secretária de Administração  
Decreto nº0010/2025

**REPUBLICADO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÃO TEXTUAL NA EDIÇÃO DO DIÁRIO  
OFICIAL DE Nº 4981, DE 03.01/2024.**

Rua 31 de março, 57, Centro, Itacaré - BA / CEP 45.530-000  
CNPJ/MF 13.846.902/0001-95





**JOCÉLIA SOARES DE ARAÚJO**

Salvador / BA, 01 de agosto de 2023



Rafael Logrado | Presidente do IMAP

Evento: **ETP e suas Peculiaridades na Nova Lei de Licitações**

Local: **Evento online**

Participante: **Jocélia Soares De Araújo**

Data: **01/08/2023 - 01/08/2023**

**Programação:**

01/08/2023 - 14:00 - Abertura

01/08/2023 - 14:15 - Importância do Planejamento das Contratações e apresentação das Etapas e a Fase[...]

01/08/2023 - 14:30 - Conceito do Estudo Técnico Preliminar; Objetivo do ETP

01/08/2023 - 15:10 - ETP e sua importância nas Contratações Públicas

01/08/2023 - 15:40 - Obrigatoriedade e Exceções à elaboração do ETP

01/08/2023 - 16:00 - Encerramento

590000

# CERTIFICADO

## SEMINÁRIO AVANÇADO

### LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DIRETAS

*Jocélia Soares de Araújo*

Participou do **Seminário Avançado: Licitações e Contratações Diretas**, realizado pela Multitreine nos dias 23, 24 e 25 de abril de 2025, no Museu de Arte Moderna da Bahia – MAM, em Salvador/BA, com carga horária de 20 horas.

O seminário contou com a participação dos renomados especialistas **Ministro Antonio Anastasia, Ronny Charles e Alessandro Macedo**, que abordaram as principais atualizações doutrinárias e jurisprudenciais sobre a Nova Lei de Licitações e os regimes de contratação direta na Administração Pública.




RAULSON PINHO  
(DIRETOR GERAL)



**JOCÉLIA SOARES DE ARAÚJO**

 **IMAP**  
Instituto Municipal de Administração Pública  
DESDE 2002

  
Rafael Logrado | Presidente do IMAP

# CERTIFICADO



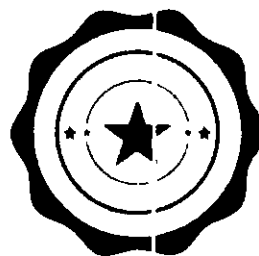
O Instituto Brasileiro de Educação em Gestão Pública

certifica que

**JOCÉLIA SOARES DE ARAÚJO**

*concluiu com êxito o Minicurso: Nova Lei de Licitações, em 01/03/2023, com Carga Horária de 04 horas, por meio da Plataforma EAD [ibegesp.eadplataforma.com](http://ibegesp.eadplataforma.com)*

  
Alessandra B. Barbosa Gaspari  
Diretora Presidente



# REGISTRO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ALUNO  
JOCÉLIA SOARES DE ARAÚJO

CURSO  
Minicurso: Nova Lei de Licitações

DATA DE CONCLUSÃO  
01/03/2023


CARGA HORÁRIA  
04 horas

CÓDIGO  
003171

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Aspectos gerais da nova lei;
- Vigência e período de convivência entre os regimes;
- Fases da Licitação;
- Modalidades de licitação;
- Outras curiosidades da nova lei.

## REGISTRO

  
Alessandra B. Barboza Gaspari  
Diretora Presidente

IBEGESP  
15591685000137



000069

0000070



# Atestado de comparecimento

O Instituto Municipal de Administração Pública – IMAP declara que

**GLAUBER SOUSA DOS SANTOS**

Participou do **Curso "Agente de contratação e Pregoeiro na Nova Lei de Licitações"**, realizado pelo Instituto Municipal de Administração Pública – IMAP, CNPJ: 05.277.208/0001-76, nos dias 16 e 17 de janeiro de 2024, no Auditório do Edifício CEO Salvador Shopping.

Salvador/BA, 18 de janeiro de 2024



Rafael Logrado | Presidente do IMAP

# Certificado de Conclusão

O Centro de Capacitação em Gestão Pública - ACOM, certifica **GLAUBER SOUSA DOS SANTOS** pela participação no **CURSO FORMAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO**, realizado nos dias 23 e 24 de Janeiro de 2014 com duração de 16 horas.

Salvador/BA, 24 de Janeiro de 2014.

  
Manuela Purificação  
Diretora da Acom

  
Aizineide Borges de Lima Dantas  
Instrutora

  
Ana Paula Abade  
Diretora da Acom

**Acom**  
Centro de Capacitação em Gestão Pública



## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### 1ª Parte - Teórica

- Base Legal
  - o que é pregão
- Definição
- Escolha da modalidade
- Distinção do pregão presencial e pregão eletrônico
- O que pode e não pode ser licitado
- Quem pode participar
- Peculiaridades

### Pregueiro e Equipe de Apoio

- Designação
- Formação para atuar
- Atribuições
- Perfil recomendável
- Funções da Autoridade Superior

### Procedimentos do pregão presencial

- Fase Interna (preparatória)
  - edital
  - requisitos necessários
- Fase externa
  - divulgação
  - credenciamento
  - recebimento das propostas
  - classificação das propostas para lances
  - disputa de lances
  - habilitação
  - adjudicação
  - homologação

### Impugnações e Recursos Administrativos

- Momento para manifestação do interesse
- Recebimento, instrução e julgamento

### Lei Complementar 123/06 – Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP)

- Qual a diretriz do governo federal em relação as micro e pequenas empresas?
- Noções gerais das inovações introduzidas pela Lei Complementar 123/06
- Quem é considerada Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
- Participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas licitações
- O que vem a ser tratamento diferenciado e favorecido para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
- Na Proposta de Preços – O que é considerado empate ficto
- Critérios de desempate
- Na Habilitação - Regularidade Fiscal
- Como conceder prazo para regularizar documento
- Como garantir a participação de Microempresas nos pregões

### Procedimentos do pregão eletrônico

- Credenciamento
  - da autoridade superior do órgão ou entidade promotor da licitação
  - do servidor responsável pela formalização do processo
  - dos operadores do sistema
  - do pregoeiro e da equipe de apoio
  - dos licitantes
- Recebimento das propostas eletrônicas fechadas
  - Garantia da imutabilidade das propostas
- Seleção das propostas para lances
- Recebimento de lances eletrônicos
- Encerramento automático ou por decisão do pregoeiro da sessão
- Definição da proposta vencedora
- Habilitação da empresa vencedora
- Adjudicação do objeto
- Homologação no sistema pela Autoridade Superior

### Sanções

- Motivação
- Consequências

### 2ª Parte - Prática

- Questões práticas

Instrutora: Alzineide Borges de Lima Dantas

Graduada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica do Salvador; Curso de especialização em Direito Administrativo pela Fundação Faculdade de Direito da UFBA; Curso de especialização em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da UFBA; Curso de especialização no Programa de Desenvolvimento Gerencial Integrado – PDGI, pela UNEB/FAPEX, Servidora Pública do Estado da Bahia, integrante do quadro permanente do Departamento de Infra-Estrutura de Transportes – DERBA, Consultora Jurídica de entidades privadas; Professora da Universidade Salvador – UNIFACS das disciplinas: Direito Tributário, Direito Empresarial, Legislação em Comunicação e Planejamento Tributário nos cursos de graduação e pós-graduação; Professora da Faculdade Castro Alves – FCA das disciplinas: Direito I, Direito II e Direito Tributário nos cursos de graduação e pós-graduação; Professora da FTC das disciplinas: Licitações, Contratos Administrativos e Convênios, Direito Constitucional do curso de Pós-graduação em Gestão Pública



*A Escola Nacional de Administração Pública - Enap certifica que*

**LAMARTHINNA DE JESUS DOS SANTOS**

*concluiu o curso **Contratações Diretas na Nova Lei de Licitações (Turma JAN/2025)**, com carga-horária de 30 horas, início em 08/01/2025, término em 04/02/2025 e nota final 66.67.*

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'B. Lemos', is positioned above the printed name of the president.

**Betânia Lemos**  
Presidenta

## Histórico

Nome:

**LAMARTHINNA DE JESUS DOS SANTOS**

Curso:

**Contratações Diretas na Nova Lei de Licitações**

Disponibilidade:

**08/01/2025 a 07/02/2025**

Carga Horária:

**30 horas**

Nota Final:

**66.67**

## Conteúdo

Módulo 1: Contratação direta - Introdução

Módulo 2: Inexigibilidade de licitação

Módulo 3: Dispensa de licitação

Módulo 4: Licitação dispensada



Certificado registrado na Escola Virtual Gov - EV.G sob o código: **VHHy15610516GeHQ**

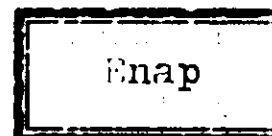
Este certificado foi gerado em 04/02/2025.

O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção Validação de Documentos no endereço <https://www.escolavirtual.gov.br/validacao>.

A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.

**ENAP**

Escola Nacional de  
Administração Pública



000075

# CERTIFICADO

A BLL Compras certifica que:

**Lamarthinna de Jesus dos**  
**Santos**

Concluiu o curso **INEXIGIBILIDADE**, realizado no dia 15/01/2024.

Carga Horária: **45 MIN.**



Rubie Olivera



**BLL COMPRAS**

CNPJ 10.518.847/0002-08

000076

# CERTIFICADO

A BLL Compras certifica que:

**Lamarthinna de Jesus dos**  
**Santos**

Concluiu o curso **DISPENSA ELETRÔNICA**, realizado no dia 15/01/2024.

Carga Horária: 1h.



Rubia Oliveira



**BLL COMPRAS**

CNPJ: 11.508.943/0001-78

440000

# CERTIFICADO

A BLL Compras certifica que:

**Lamarthinna de Jesus dos**  
**Santos**

Concluiu o curso de **PUBLICAÇÃO**, realizado no dia 14/01/2025.

Carga Horária: **45 MIN.**



Rubie Olivera

Resumo



**BLL COMPRAS**

CNPJ: 10.508.843/0001-78

870000

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### TREINAMENTO DE PUBLICAÇÃO

- Publicação do Edital / Explicar cada ícone - inclusive editar processo e suas funções.
- Explicar todos os itens ao lado direito.
- Mostrar CADASTRO > PROMOTORES
- Calendário



000079

# CERTIFICADO

A BLL Compras certifica que:

**Lamarthinna de Jesus dos**  
**Santos**

Concluiu o curso DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, realizado no dia  
14/01/2025.

Carga Horária: 1HORA E 30MIN.



Rúbia Oliveira



**BLL COMPRAS**

EMPRESA DE LICITAÇÃO E COMISSÃO DE PREÇOS



**TREINAMENTO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**

- Mostrar PUBLICAÇÃO e DISPUTA da modalidade.
- Publicação do Edital / Explicar cada ícone - inclusive editar processo e suas funções
- Explicar as principais diferenças sobre as outras modalidades.
- Cadastrar um processo SEM DISPUTA e outro COM DISPUTA, pois é a grande diferença do pregão e dispensa e de como realizar a configuração da técnica e preço.



180000

# CERTIFICADO

A BLL Compras certifica que:

**Lamarthinna de Jesus dos**  
**Santos**

Concluiu o curso DE **DISPUTA**, realizado no dia 14/01/2025.

Carga Horária: **45 MIN.**



Rubia Oliveira

Realizado



**BLL COMPRAS**

CNPJ: 10.508.843/0001-18

000082

#### **TREINAMENTO DE DISPUTA**

- Cadastrar um processo e também proposta (parte fornecedor) e deixar pronto para análise. (14.133/2021);
- Fazer a análise de propostas e mostrar todas as variáveis: Desclassificação e arquivo/informação requeridos; marca e modelo/ valor de proposta inicial.
- Ofertar lances para identificação do pregoeiro.
- Solicitar cancelamento e cancelar o lance.
- Explicar detalhadamente todas as fases e ícones da disputa.
- Detalhar a fase recursal



# COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

**CURSO**

Licitação por concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo

**ALUNO**

LAMARTHINNA DE JESUS DOS SANTOS

**DADOS DO CURSO****Data da Inscrição**

04/02/2025 22:22:09

**Nome da Oferta**

Turma FEV/2025

**Instituição Ofertante**

Escola Nacional de Administração Pública - Enap

**Data para Terminar do Curso**

06/03/2025

**Carga Horária da Oferta**

20

**Nota Mínima**

60

**Modalidade**

Educação a distância - SEM TUTORIA

**Duração da oferta**

30 dias

**EV.G | Escola Virtual.Gov**

Uma proposta de solução para a oferta de capacitação a distância no serviço público brasileiro.



O presente documento pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código IDPg15948716XJf na página da EV.G, opção "Validação de Documentos".



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ.  
CNPJ: 13.846.902/0001-95  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS.

# SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

**ANEXO III**  
**PROTOCOLO DE ENTREGA E HABILITAÇÃO**  
**CREDENCIAMENTO Nº 006/2025**  
**Processo Administrativo nº 062/2025**

Prezados Senhores,

A empresa GABRIEL PENA MACHADO inscrita no CNPJ sob o nº. 50.515.850/0001-09, sediada à Rua Leonardo Magalhães, bairro Centro, município de Itacaré, Estado da Bahia, por seu representante legal o Sr (a). GABRIEL PENA MACHADO, inscrito (a) sob o CPF nº. 009.155.618-36 e RG nº4834333 SSP/GO: domiciliado (a) na Rua Leonardo Magalhães, bairro Centro, município de Itacaré, Estado da Bahia, telefone para contato (61) 9 8365-2004, Vem por meio deste, solicitar o Credenciamento, junto à Prefeitura Municipal de Itacaré, para o contratação de empresa **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025.**

DECLARA, sob as penas da lei, que:

- a) Conhece os termos do edital de credenciamento e que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto do credenciamento, com os quais concorda;
- b) Está de acordo com as normas e tabela de valores definidos no edital;
- c) Realizará todas as atividades a que se propõe;
- d) Não se encontra suspensa, nem declarada inidônea para participar de licitações ou contratar com órgão ou entidades da Administração Pública;
- e) Não se enquadra nas situações de impedimentos previstos no edital do credenciamento;
- f) Não há qualquer fato impeditivo do seu credenciamento;
- g) Compromete-se a declarar qualquer fato superveniente impeditivo de credenciamento ou de contratação;
- h) Os serviços pleiteados para credenciamento são compatíveis com o objeto social da pessoa jurídica, a experiência, a capacidade instalada, a infra-estrutura adequada à prestação dos serviços conforme exigidos no edital de credenciamento e nos seus anexos;
- i) As informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras.

DECLARO QUE ESTAMOS REMETENDO OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO DIA:25/07/2025

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

**PARTE EXCLUSIVA PARA PREENCHIMENTO DO SETOR COMPETENTE**

RECEBIDO PELO SETOR COMPETENTE NO DIA: 28 / 07 / 2025.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS

**ANEXO IV**  
**CARTA DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO**

Referência: CREDENCIAMENTO Nº 006/2025

Prezado (A) Senhores,

A empresa GABRIEL PENA MACHADO, inscrita com o CNPJ de nº 50.725.069/0001-50, , através do seu representante legal o senhor GABRIEL PENA MACHADO, portadora do RG de nº4834333 SSP/GO, e do CPF de nº 009.155.618-36, vem apresentar toda a documentação visando o CREDENCIAMENTO e futura contratação desta empresa, para a prestação de serviços para o item do lote 2.

DECLARA que cumpre todas as exigências de habilitação e especificações do edital de chamamento público mencionado nesta carta, assim como que aceitamos os valores estabelecidos pelo município para pagamento dos serviços prestados.

O(s) procedimento(s) a serem realizados deverá ser descritos exatamente conforme Tabela constante no Anexo I. Descrições fora do padrão não serão consideradas.

ITEM	Nº TABELA	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/PROCEDIMENTO (CONFORME TABELAS – ANEXO 01)	HORAS TRABALHADAS POR MÊS/ QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS
1	2	O serviço médico plantonista será prestado no Hospital Municipal de Itacaré, com regime de plantão de 24 horas, garantindo atendimento contínuo e de qualidade aos usuários. O profissional será responsável por realizar atendimentos de pronto atendimento, incluindo triagem, diagnóstico e manejo de urgências e emergências clínicas, pediátricas e traumáticas, além de prestar assistência integral à saúde da mulher, com a realização de partos naturais. Quando necessário, o médico também deverá acompanhar transferências de pacientes realizadas via SAMU ou ambulância do hospital, assegurando a continuidade e a segurança do cuidado durante o transporte. O serviço incluirá ainda o acompanhamento de pacientes internados, garantindo a monitorização constante de sua evolução clínica. O serviço será conduzido de acordo com os protocolos do SUS e as diretrizes hospitalares, promovendo um atendimento humanizado, resolutivo e eficiente, visando à	24 horas o plantão. 14 profissionais por semana

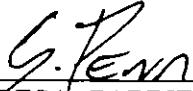
2	2	<p>melhoria da saúde e bem-estar da comunidade atendida.</p> <p>O serviço médico plantonista será prestado no Hospital Municipal de Itacaré, com regime de plantão de 12 horas, garantindo atendimento contínuo e de qualidade aos usuários. O profissional será responsável por realizar atendimentos de pronto atendimento, incluindo triagem, diagnóstico e manejo de urgências e emergências clínicas, pediátricas e traumáticas, além de prestar assistência integral à saúde da mulher, com a realização de partos naturais.</p>	12 horas o plantão. 14 profissionais por semana.
3	MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA	<p>O serviço médico plantonista será prestado no Hospital Municipal Gabriel Motta Barros em Taboquinhas, com regime de plantão de 24 horas, de segunda a sexta-feira, garantindo atendimento contínuo e de qualidade aos usuários. O profissional será responsável por realizar atendimentos de pronto atendimento, incluindo triagem, diagnóstico e manejo de urgências e emergências clínicas, pediátricas e traumáticas, além de prestar assistência integral à saúde da mulher, com a realização de partos naturais. Quando necessário, o médico também deverá acompanhar transferências de pacientes realizadas via SAMU ou ambulância do hospital, assegurando a continuidade e a segurança do cuidado durante o transporte. O serviço incluirá ainda o acompanhamento de pacientes internados, garantindo a monitorização constante de sua evolução clínica. O serviço será conduzido de acordo com os protocolos do SUS e as diretrizes hospitalares, promovendo um atendimento humanizado, resolutivo e eficiente, visando à melhoria da saúde e bem-estar da comunidade atendida.</p>	24 horas o plantão. 10 profissionais por semana



4	MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA	O serviço médico plantonista será prestado no Hospital Municipal Gabriel Motta Barros em Taboquinhas, com regime de plantão de 24 horas, aos sábados e domingos, garantindo atendimento contínuo e de qualidade aos usuários. O profissional será responsável por realizar atendimentos de pronto atendimento, incluindo triagem, diagnóstico e manejo de urgências e emergências clínicas, pediátricas e traumáticas, além de prestar assistência integral à saúde da mulher, com a realização de partos naturais. Quando necessário, o médico também deverá acompanhar transferências de pacientes realizadas via SAMU ou ambulância do hospital, assegurando a continuidade e a segurança do cuidado durante o transporte. O serviço incluirá ainda o acompanhamento de pacientes internados, garantindo a monitorização constante de sua evolução clínica. O serviço será conduzido de acordo com os protocolos do SUS e as diretrizes hospitalares, promovendo um atendimento humanizado, resolutivo e eficiente, visando à melhoria da saúde e bem-estar da comunidade atendida.	24 horas o plantão. 4 profissionais por semana
---	----------------------------------	--	--

- DISPONIBILIDADE PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NO DISTRITO DE TABOQUINHAS:  
( X ) SIM ( ) NÃO

Itacaré-BA 25 de Julho de 2025

  
EMPRESA: GABRIEL PENA MACHADO  
CNPJ nº. 50.515.850/0001-09

REPRESENTANTE LEGAL: GABRIEL PENA MACHADO  
CPF nº. 009.155.618-36  
RG Nº: 4834333

**ANEXO III**  
**PROTOCOLO DE ENTREGA E HABILITAÇÃO**  
**CREDENCIAMENTO Nº 006/2025**  
**Processo Administrativo nº 006/2025**

Prezados Senhores,

A empresa NEUROMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 30.066.429/0001-42, sediada à Avenida Dr. Guilherme Dias, nº 171-A, Sala 03, bairro Centro, município de Brumado, Estado da Bahia, por seu representante legal o Sr. ALCIONE MENDES DE SOUSA, inscrito sob o CPF nº. 497.725.113-04 e CRM-BA nº: 15051, domiciliado no Rua Cardeal, Casa nº 204, Condomínio Jardim das Hortências – Itabuna - Bahia, vem por meio deste, solicitar o Credenciamento, junto à Prefeitura Municipal de Itacaré, para o contratação de empresa **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025.**

DECLARA, sob as penas da lei, que:

- a) Conhece os termos do edital de credenciamento e que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto do credenciamento, com os quais concorda;
- b) Está de acordo com as normas e tabela de valores definidos no edital;
- c) Realizará todas as atividades a que se propõe;
- d) Não se encontra suspensa, nem declarada inidônea para participar de licitações ou contratar com órgão ou entidades da Administração Pública;
- e) Não se enquadra nas situações de impedimentos previstos no edital do credenciamento;
- f) Não há qualquer fato impeditivo do seu credenciamento;
- g) Compromete-se a declarar qualquer fato superveniente impeditivo de credenciamento ou de contratação;
- h) Os serviços pleiteados para credenciamento são compatíveis com o objeto social da pessoa jurídica, a experiência, a capacidade instalada, a infra-estrutura adequada à prestação dos serviços conforme exigidos no edital de credenciamento e nos seus anexos;
- i) As informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras.

DECLARO QUE ESTAMOS REMETENDO OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO DIA:  
30/07/2025

ALCIONE MENDES DE  
SOUSA:49772511304

Assinado de forma digital por ALCIONE  
MENDES DE SOUSA:49772511304  
Dados: 2025.08.01 12:22:02 -03'00'

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

**PARTE EXCLUSIVA PARA PREENCHIMENTO DO SETOR COMPETENTE**

RECEBIDO PELO SETOR COMPETENTE NO DIA: 31 / 07 / 2025

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS

**ANEXO IV**  
**CARTA DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO (MODELO)**

Referência: CREDENCIAMENTO Nº 006/2025

Prezados Senhores,

A empresa NEUROMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita com o CNPJ de nº 30.066.429/0001-42, através do seu representante legal o senhor ALCIONE MENDES DE SOUSA, portador da Carteira de Identidade Profissional de nº 15051 CRM-BA, e do CPF de nº 497.725.113-04, vem apresentar toda a documentação visando o CREDENCIAMENTO e futura contratação desta empresa, para a prestação de serviços para o item do lote 03.

DECLARA que cumpre todas as exigências de habilitação e especificações do edital de chamamento público mencionado nesta carta, assim como que aceitamos os valores estabelecidos pelo município para pagamento dos serviços prestados.

O(s) procedimento(s) a serem realizados deverá ser descritos exatamente conforme Tabela constante no Anexo I. Descrições fora do padrão não serão consideradas.

ITEM	Nº TABELA	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/PROCEDIMENTO (CONFORME TABELAS – ANEXO 01)	HORAS TRABALHADAS POR MÊS/ QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS
15	03	O serviço médico especializado em neurologia clínica será prestado nas unidades de saúde de Itacaré e Taboquinhas, com a realização de até 35 consultas por atendimento, atendendo tanto a pacientes pediátricos quanto adultos. O neurologista clínico será responsável por realizar consultas de avaliação e diagnóstico de condições neurológicas, incluindo distúrbios do sistema nervoso central e periférico, como epilepsia, cefaleias, doenças neuromusculares, entre outras. O atendimento incluirá a análise detalhada de histórico médico, exames clínicos, orientação sobre tratamentos medicamentosos e terapias, com base nas diretrizes do SUS. O atendimento será realizado com foco na qualidade, precisão e cuidado humanizado para todas as faixas etárias, garantindo acesso à saúde neurológica integral.	35 consultas por atendimento. 03 vezes no mês. 01 Profissional.

- DISPONIBILIDADE PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NO DISTRITO DE TABOQUINHAS:  
☒ (X) SIM    ☐ ( ) NÃO

Brumado, 30 de julho de 2025.

ALCIONE MENDES DE SOUSA  
Assinado de forma digital por ALCIONE MENDES DE SOUSA/49772511304  
 Dados: 2025.08.01 12:23:42 -03'00'

**NEUROMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**  
 30.066.429/0001-42  
**ALCIONE MENDES DE SOUSA**  
 CPF Nº 497.725.113-04

**NEUROMED**  
**SERVICOS**  
**MEDICOS**  
 LTDA:30066429000142  
 429000142  
 Assinado de forma digital por NEUROMED SERVICOS MEDICOS LTDA:30066429000142  
 Dados: 2025.08.01 12:23:42 -03'00'

**ANEXO IV**  
**CARTA DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO**  
**Referência: CREDENCIAMENTO Nº 006/2025**

Prezado (A) Senhores,

A empresa **QUEDIMA SOUZA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, inscrita com o CNPJ de nº **61.489.814/0001-26**, através do seu representante legal a senhora **Quedima Isabela Chaves de Souza**, portadora da CNI de nº **011.118.715-07-SSP/BA**, vem apresentar toda a documentação visando o **CREDENCIAMENTO** e futura contratação desta empresa, para a prestação de serviços para os itens do **lote 01**.

**DECLARA** que cumpre todas as exigências de habilitação e especificações do edital de chamamento público mencionado nesta carta, assim como que aceitamos os valores estabelecidos pelo município para pagamento dos serviços prestados.

ITEM	Nº TABELA	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	HORAS TRABALHADAS POR MÊS / QUANTIDADES DE PROFISSIONAIS
1	<b>LOTE 1 - ATENÇÃO BÁSICA</b>  <b>MÉDICO CLÍNICO</b>	O serviço médico especializado em clínica geral será prestado nas unidades de Saúde da Família (PSF) de Itacaré e Taboquinhas, com carga horária de 40 horas semanais, de segunda a sexta- feira. O médico clínico geral será responsável por realizar atendimentos básicos de saúde, incluindo consultas médicas, diagnóstico e manejo de condições agudas e crônicas, acompanhamento de pacientes, encaminhamentos especializados quando necessário, e ações de promoção da saúde preventiva. Além disso, o profissional deverá atuar nos programas do PSF, como o acompanhamento de gestantes e puérperas no Pré-Natal, monitoramento de crianças e adolescentes, manejo de doenças crônicas como diabetes e hipertensão, visitas domiciliares e desenvolvimento de ações educativas e de imunização. O trabalho será realizado em conformidade com os protocolos do SUS, promovendo ações integradas com as equipes multiprofissionais para atender às necessidades da comunidade de forma humanizada, eficaz e resolutiva, ampliando o acesso e fortalecendo a atenção primária em saúde	160 horas mensais, 16 profissionais mensal

2	<b>LOTE 1 - ATENÇÃO BÁSICA</b>  <b>MÉDICO CLÍNICO</b>	<p>O serviço médico especializado em clínica geral será prestado para atendimento nas Equipes de Atenção Primária (EAP) de Itacaré e Taboquinhas, com carga horária de 30 horas semanais. O médico clínico geral será responsável por realizar atendimentos básicos de saúde, incluindo consultas médicas, diagnóstico e manejo de condições agudas e crônicas, acompanhamento de pacientes, encaminhamentos especializados quando necessário, e ações de promoção da saúde preventiva. Além disso, o profissional deverá atuar nos programas do EAP, como o acompanhamento de gestantes e puérperas no Pré-Natal, monitoramento de crianças e adolescentes, manejo de doenças crônicas como diabetes e hipertensão, visitas domiciliares e desenvolvimento de ações educativas e de imunização. O trabalho será realizado em conformidade com os protocolos do SUS, promovendo ações integradas com as equipes multiprofissionais para atender às necessidades da comunidade de forma humanizada, eficaz e resolutive, ampliando o acesso e fortalecendo a atenção primária em saúde.</p>	120 horas semanais, 4 profissionais mensal
3	<b>LOTE 1 - ATENÇÃO BÁSICA</b>  <b>MÉDICO CLÍNICO</b>	<p>O serviço médico especializado em clínica geral será prestado de forma itinerante nos postos de saúde da zona rural de Itacaré e Taboquinhas, com carga horária de 30 horas semanais, integrando-se aos serviços dos Programas de Saúde da Família (PSF). O médico clínico geral será responsável por realizar consultas médicas, diagnóstico e manejo de condições agudas e crônicas, além de desenvolver ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento de grupos prioritários, como gestantes, crianças, idosos e pacientes com doenças crônicas. O atendimento será conduzido conforme os protocolos do SUS e os princípios da Atenção Primária à Saúde (APS), garantindo qualidade, resolutividade e cuidado humanizado. A atuação do profissional visa ampliar o acesso aos serviços de saúde, fortalecer a continuidade do cuidado e atender de forma integral às necessidades da população das áreas rurais.</p>	120 horas semanais. 4 profissionais mensal
4	<b>LOTE 1 - ATENÇÃO BÁSICA</b>	<p>O serviço médico plantonista será prestado no Hospital Municipal Gabriel Motta Barros em Taboquinhas, com regime de plantão de 24 horas, aos sábados e domingos, garantindo</p>	24 horas o plantão. 4 profissionais por semana

	<b>MÉDICO PLANTONISTA</b>	atendimento contínuo e de qualidade aos usuários. O profissional será responsável por realizar atendimentos de pronto atendimento, incluindo triagem, diagnóstico e manejo de urgências e emergências clínicas, pediátricas e traumáticas, além de prestar assistência integral à saúde da mulher, com a realização de partos naturais. Quando necessário, o médico também deverá acompanhar transferências de pacientes realizadas via SAMU ou ambulância do hospital, assegurando a continuidade e a segurança do cuidado durante o transporte. O serviço incluirá ainda o acompanhamento de pacientes internados, garantindo a monitorização constante de sua evolução clínica. O serviço será conduzido de acordo com os protocolos do SUS e as diretrizes hospitalares, promovendo um atendimento humanizado, resolutivo e eficiente, visando à melhoria da saúde e bem-estar da comunidade atendida.	
6	<b>LOTE 1 - ATENÇÃO BÁSICA</b> <b>MÉDICO PLANTONISTA</b>	O serviço médico plantonista sobre aviso será prestado no Hospital Municipal de Itacaré em regime de plantão 24h de segunda a domingo, conforme a necessidade da unidade. O profissional estará disponível para atender prontamente quaisquer situações de urgência e emergência que possam surgir durante o período de aviso, garantindo cobertura médica contínua. A carga horária do plantão será definida de acordo com as demandas e necessidades específicas da unidade, assegurando o atendimento eficaz e de qualidade aos usuários. O serviço será realizado de acordo com os protocolos do SUS e as diretrizes hospitalares, promovendo a continuidade e a segurança no atendimento à saúde da população, com foco em um atendimento humanizado e resolutivo.	Horas sobre aviso a depender da demanda da Secretaria de saúde. 7 profissionais por semana

- DISPONIBILIDADE PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NO DISTRITO DE TABOQUINHAS:

( x ) SIM ( ) NÃO

Itabuna, 01 de agosto de 2025

g vb

Documento assinado digitalmente

QUEDIMA ISABELA CHAVES DE SOUZA

Data: 01/08/2025 20:09:19-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**EMPRESA: QUEDIMA SOUZA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**

**CNPJ: 61.489.814/0001-26**

**REPRESENTANTE LEGAL: Quedima Isabela Chaves de Souza**

**CNI: 011.118.715-07**



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ.  
CNPJ: 13.846.902/0001-95  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS.

# HABILITAÇÃO

000004

ANEXO VIII  
DECLARAÇÃO CONJUNTA

000035

GABRIEL PENA MACHADO inscrita no CNPJ sob o nº. 50.515.850/0001-09, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) GABRIEL PENA MACHADO, inscrito (a) sob o CPF nº. 009.155.618-36 e RG nº4834333 SSP/GO , sob as penas da lei, para fins da Licitação nº 006/2025, a **inexistência** no quadro da empresa, de pessoas físicas ou de dirigentes ou sócios com vínculo de servidor(a) ou empregado(a) público, ou agente político na esfera federal, estadual ou municipal, ou seu cônjuge ou companheiro(a), ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, além da **inexistência** de dirigentes ou sócios em comum com as demais empresas participantes.

Itacaré 25 de Julho de 2025

.....





## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

## CREDENCIAMENTO Nº 006/2025

GABRIEL PENA MACHADO inscrita no CNPJ sob o nº. 50.515.850/0001-09. nº 4834333 SSP/GO sediada à Rua Leonardo Magalhães, bairro Centro, município de Itacaré, Estado da Bahia, declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Itacaré 25 de Julho 2025

---

GABRIEL PENA MACHADO  
CPF nº. 009.155.618-36



## DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

DECLARAÇÃO **GABRIEL PENA MACHADO**, inscrita com o CNPJ de nº 50.725.069/0001-50, , através do seu representante legal o senhor **GABRIEL PENA MACHADO**, portadora do RG de nº 4834333 SSP/GO, e do CPF de nº 009.155.618-36, , declara:

- a) Que não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21;
- b) Que atende aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;
- c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;
- d) Que está ciente do edital e concorda com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88;
- f) Que não possui, na cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/ 88.

Documento assinado digitalmente

g v.b

GABRIEL PENA MACHADO

Data: 25/07/2025 16:57:08 -0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Itacaré 25 de Julho 2025

GABRIEL PENA MACHADO

CPF nº. 009.155.618-36

INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO  
GABRIEL PENA MACHADO

000098



http://assinador.pes.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=cf04zzf0t0dtuw91ftt25QeChave2=BT-06aCCpMpeIH2nMncfRg  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 99825627549-JOSE ALOISIO ANDRADE NASCIMENTO JUNIOR

GABRIEL PENA MACHADO, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 25/11/1993, SOLTEIRO, MEDICO, CPF nº 009.155.681-36, CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO nº 05777621117, órgão expedidor DEPARTAMENTO NACIONAL DO TRABALHO - GO, residente e domiciliado(a) no(a) RUA LEONARDO MAGALHAES, 38, CENTRO, ITACARE, BA, CEP 45530000, BRASIL.

Resolve constituir-se como Empresário Individual, mediante as seguintes cláusulas:

**DO NOME EMPRESARIAL**

Cláusula Primeira - O Empresário Individual adotará como nome empresarial a seguinte firma GABRIEL PENA MACHADO.

**DO CAPITAL**

Cláusula Segunda - O capital é de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais) totalmente subscrito e integralizado, neste ato, da seguinte forma: 10.000,00 (dez mil reais) em moeda corrente do país.

**DA SEDE**

Cláusula Terceira - O Empresário Individual terá sua sede no seguinte endereço: RUA LEONARDO MAGALHÃES, 38, CENTRO, ITACARE, BA, CEP 45.530-000.

**DO OBJETO**

Cláusula Quarta - O Empresário Individual terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas:

ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS, ATIVIDADES DE ATENCAO AMBULATORIAL, ATIVIDADE MEDICAS AMBULATORIA COM RECURSO PARA A REALIZACAO DE EXAMES COMPLEMENTARES. TODAS AS ATIVIDADES DA EMPRESA SAO PRESTADAS EXCLUSIVAMENTE EM CONSULTORIOS DE TERCEIROS OU UNIDADES HOSPITALARES..

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será (ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS, ATIVIDADES DE ATENCAO AMBULATORIAL, ATIVIDADE MEDICAS AMBULATORIA COM RECURSO PARA A REALIZACAO DE EXAMES COMPLEMENTARES. TODAS AS ATIVIDADES DA EMPRESA SAO PRESTADAS EXCLUSIVAMENTE EM CONSULTORIOS DE TERCEIROS OU UNIDADES HOSPITALARES.

P

81300000138038



**Junta Comercial do Estado da Bahia**

Certifico o Registro sob o nº 98366414 em 02/05/2023

Protocolo 233931082 de 02/05/2023

Nome da empresa GABRIEL PENA MACHADO NIRE 29105790642

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 317825617111570

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/05/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

02/05/2023

000099

INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO  
GABRIEL PENA MACHADO

ATIVIDADE ECONÔMICA

8630-5/03 - atividade médica ambulatorial restrita a consultas.  
8630-5/02 - atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares.  
8630-5/99 - atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Cláusula Quinta - O empresário declara, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária e não possuir outro registro como Empresário Individual no País.

DO ENQUADRAMENTO

Cláusula Sexta - O empresário declara que a atividade se enquadra em Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

E, por estar assim constituído, assino o presente instrumento.

ITACARE/BA, 25 de janeiro de 2023.

  
GABRIEL PENA MACHADO

g v.b

Documento assinado digitalmente  
GABRIEL PENA MACHADO  
Data: 25.07.2025 15:49:26 0300  
Verifique em <https://validar.jti.gov.br>

81300000138038



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98366414 em 02/05/2023

Protocolo 233931082 de 02/05/2023

Nome da empresa GABRIEL PENA MACHADO NIRE 29105790642

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 31782561711570

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/05/2023  
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

02/05/2023



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=c04zZf0b0b0u91fT750&chave2=BT-06aCCpMpeIH2mncfRg  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 99825627549-JOSE ALOISIO ANDRADE NASCIMENTO JUNIOR

000100



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=cf04zzf0b8n1g5v51f1y6n1m1n1j0w1j1k1w7JAHXc  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 99825627549-JOSE ALOISIO ANDRADE NASCIMENTO JUNIOR

**DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS ANEXADOS AO REGISTRO DIGITAL  
NA JUCEB**

Eu, JOSE ALOISIO ANDRADE NASCIMENTO JUNIOR, CPF 99825627549, profissional contabilista, inscrito(a) no CRC/ BA sob nº 021611, declaro, sob as penas da lei, que os documentos apresentados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial do Estado da Bahia são verdadeiros e estão estritamente de acordo com os respectivos documentos emitidos e/ou assinados originalmente pelo(s) signatário(s).

**DOCUMENTOS APRESENTADOS**

ABERTURA DE EMPRESARIO INDIVIDUAL GABRIEL PENA MACHADO - 2(DUAS) PÁGINAS; DBE - 1 (UMA) PÁGINA; VIABILIDADE - 6 (SEIS) PÁGINAS; CNH DO TITULAR GABRIEL PENA MACHADO - 1 (UMA) PÁGINA; DISPENSA DA VIABILIDADE - 1(UMA) PÁGINA

ITACARE/BA, 12 de abril de 2023.

\_\_\_\_\_  
JOSE ALOISIO ANDRADE NASCIMENTO JUNIOR

***Assinado Digitalmente***



**Junta Comercial do Estado da Bahia**

Certifico o Registro sob o nº 98366414 em 02/05/2023

Protocolo 233931082 de 02/05/2023

Nome da empresa GABRIEL PENA MACHADO NIRE 29105790642

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 317825617111570

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/05/2023  
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

02/05/2023

**TERMO DE AUTENTICAÇÃO**

NOME DA EMPRESA	GABRIEL PENA MACHADO
PROTOCOLO	233931082 - 02/05/2023
ATO	080 - INSCRIÇÃO
EVENTO	080 - INSCRIÇÃO

**MATRIZ**

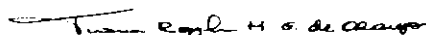
NIRE 29105790642  
CNPJ 50.515.850/0001-09  
CERTIFICO O REGISTRO EM 02/05/2023  
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 29105790642 DE 02/05/2023 DATA AUTENTICAÇÃO 02/05/2023

**EVENTOS**

315 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA ARQUIVAMENTO: 98366414

**REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE**

Cpf: 99825627549 - JOSE ALOISIO ANDRADE NASCIMENTO JUNIOR - Assinado em 02/05/2023 às 14:16:46



TIANA REGILA M G DE ARAÚJO


Secretária-Geral

1

000102

**GABRIEL PENA MACHADO**

P-16



REPOS. LA FUERZA NACIONAL

COMANDO EN JEFE

~~7~~





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

000103

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 50.515.850/0001-09 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 02/05/2023
NOME EMPRESARIAL GABRIEL PENA MACHADO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares 86.30-5-99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)		
LOGRADOURO R LEONARDO MAGALHAES	NÚMERO 38	COMPLEMENTO *****
CEP 45.530-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ITACARE
UF BA		
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@ITACARECONTABILIDADE.COM		TELEFONE (73) 3251-2781
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 02/05/2023
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 07/07/2025 às 16:29:47 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





000104

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA  
BAHIA**  
**Certidão de Inscrição**

Certificamos, a pedido da parte interessada, que o(a) Dr.(a) **GABRIEL PENA MACHADO**, é médico(a) inscrito(a) perante o **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA**, sob o nº. **40399** desde **18/10/2022**, estando habilitado(a) a exercer a medicina neste Estado.

Sem mais para o momento, firmamos o presente.



**Esta certidão tem validade até o dia 28/10/2025.**

Chave de validação **e5eeed47d4570318e47ee90a5bd618ba88cb0d78**

Emitida eletronicamente via internet em **28/07/2025**.

Sua autenticidade poderá ser confirmada no site do **CREMEB**:

<http://www.cremeb.org.br>



CREMEB

000105

### CERTIDÃO DE INSCRIÇÃO

Certificamos, para os devidos fins, que o (a) **Dr(a). GABRIEL PENA MACHADO**, CPF **009.155.681-36**, encontra-se inscrito(a) neste Conselho Regional de Medicina, sob o número 40399, desde **18/10/2022**, estando habilitado(a) a exercer a medicina neste Estado.

Salvador, 04 de julho de 2025.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (<https://portal.cremeb.org.br/websemc/home/VerificaAutenticidade>), através do código:

4791a0b8-8222-4bb9-9f20-9109de98bef0



CREMEB

000106

### **CERTIDÃO DE ANTECEDENTES ÉTICOS**

Certificamos que, dos arquivos do Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia, nada consta que desabone a conduta ético-profissional do(a) Dr(a). GABRIEL PENA MACHADO, inscrito(a) neste Conselho sob o nº 40399.

Salvador, sexta-feira, 4 de julho de 2025.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (<https://portal.cremeb.org.br/websemc/home/VerificaAutenticidade>), através do código:

f7c23c2a-329b-49d2-a8f6-5a652d14ab45



# Universidade de Brasília

A Reitora da Universidade de Brasília confere o título de  
Médico  
a

**Gabriel Pena Machado**

de nacionalidade brasileira, nascido no Estado de Goiás,  
no dia 25 de Novembro de 1993, CPF 009.155.681-36,  
tendo em vista a conclusão do Curso de MEDICINA,

no dia 4 de Agosto de 2021, e colação de grau no dia 18 de Agosto de 2021

e lhe outorga o presente diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Brasília, 20 de Agosto de 2021.

Reitora

Secretária de Administração  
Acadêmica Substituta

ÇÃO  
SILIA

o § 1º do

21

*Tattiane Ribeiro Moraes*

Tattiane Ribeiro Moraes

Secretária de Administração Acadêmica Substituta

**Reconhecimento do Curso**

Habilitação reconhecida por Decreto/Portaria  
Nº: 1014

Publicação: 27/09/2017 (D.O.U)

Márcia Abrahão Moura

Reitora

Código de Validação: 67E81F42E329A9224939BE54252EAFB6

Validação em: <https://servicos.unb.br/publico/#/validardiploma>

**APOSTILA DE SEGURANÇA**

Gabriel Pena Machado

CPF 009.155.681-36

MEDICINA

20 de Agosto de 2021.

000108

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS 000109

# ALVARÁ

DE LICENÇA Nº 382/2025

PARA

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO, FISCALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

NOME/RAZÃO SOCIAL

GABRIEL PENA MACHADO

NOME FANTASIA

XXXXXXXXXX

ENDEREÇO

RUA LEONARDO MAGALHÃES 38 CENTRO - ITACARÉ - BA

ATIVIDADE

atividade médica ambulatorial restrita e consultas

ATIVIDADES SECUNDÁRIAS

## INSCRIÇÃO

CÓDIGO CONTRIBUINTE

8530503

CAD. ECONÔMICO

993979

CPF/CNPJ

50.515.850/0001-09

## OBSERVAÇÕES

Este alvará carece da emissão de CLCB / AVCB do Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia, para sua validação.

DATA EMISSÃO

11/03/2025

VALIDADE

31/12/2025

*Ivone Maria*  
Ivone Maria Carvalho Teixeira de Matos

DIRETORA DE TRIBUTOS

DECRETO Nº 721/2021

O alvará de funcionamento deverá obrigatoriamente ser fixado em lugar visível ao público



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: GABRIEL PENA MACHADO**  
**CNPJ: 50.515.850/0001-09**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 11:58:47 do dia 22/04/2025 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 19/10/2025.

Código de controle da certidão: **D8B8.CD02.0DDE.63CE**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº 000688/2025

Contribuinte: **GABRIEL PENA MACHADO**  
Inscrição Municipal: **993979** CPF/CNPJ: **50.515.850/0001-09**  
Endereço: **RUA LEONARDO MAGALHÃES, 38 CENTRO, ITACARÉ - BA**

RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR QUAISQUER DÉBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS POSTERIORMENTE, É CERTIFICADO QUE, ATÉ A PRESENTE DATA, **NÃO CONSTAM DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DO CONTRIBUINTE ACIMA CITADO PARA COM ESTE MUNICÍPIO.**

Esta Certidão foi emitida em 04/06/2025 com base no Código Tributário Nacional, lei nº 5.172/66.

Validade: **60 (SESSENTA DIAS)** .....

Código de controle da certidão: **9100059840**

**MARILIA GOMES DOS SANTOS**  
Funcionário do Setor de Tributos



MARILIA

Atenção: Qualquer rasura tornará o presente documento nulo.

g v.b

Documento assinado digitalmente  
**GABRIEL PENA MACHADO**  
Data: 25-07-2025 15:49:26-0300  
Verifique em <https://validar.br.gov.br>



**Certidão Negativa de Débitos Tributários**

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20253568164**

RAZÃO SOCIAL	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX:	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	50.515.850/0001-09

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 07/07/2025, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIA  
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

g v.b

Documento assinado digitalmente  
GABRIEL PENA MACHADO  
Data: 25/07/2025 15:49:26 -0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

000113

**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 50.515.850/0001-09  
**Razão Social:** GABRIEL PENA MACHADO  
**Endereço:** RUA LEONARDO MAGALHAES 38 / CENTRO / ITACARE / BA / 45530-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 22/07/2025 a 20/08/2025

**Certificação Número:** 2025072207306067339557

Informação obtida em 25/07/2025 15:47:45

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO  
COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: GABRIEL PENA MACHADO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 50.515.850/0001-09

Certidão nº: 9307459/2025

Expedição: 18/02/2025, às 17:44:04

Validade: 17/08/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **GABRIEL PENA MACHADO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **50.515.850/0001-09**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia



**CERTIDÃO ESTADUAL**  
**CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU**

**CERTIDÃO Nº: 00886741E**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (<https://portalcertidoes.tjba.jus.br/#/primeirograu>).

CERTIFICO que, pesquisando os registros dos sistemas eletrônicos de distribuição de processos deste Estado da Bahia, anteriores à data de 25/07/2025, verifiquei **NÃO CONSTAR** em nome da parte abaixo indicada:

**Razão Social:** GABRIEL PENA MACHADO

**CNPJ:** 50.515.850/0001-09

**Endereço:** RUA LEONARDO MAGALHÃES 38 CENTRO ITACARÉ-BA CEP 45530-000

Esta certidão abrange as ações ativas de falência e recuperação judicial e extrajudicial, em que a pessoa pesquisada figure no pólo passivo, para as ações de falência e pólo ativo, para as ações de recuperação judicial / extrajudicial, com exceção dos processos em segredo de justiça.

Em caso de inconformidade, entrar em contato com a Seção de Certidões - SEDEC através do endereço eletrônico [sedec@tjba.jus.br](mailto:sedec@tjba.jus.br).

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário, tendo em vista que a base de dados pesquisada para a emissão desta certidão não possui conexão com nenhuma outra base de dados de outra instituição pública ou da Receita Federal.

Esta certidão é emitida sem custas e tem validade de 30 dias, a partir da sua data de emissão. Após este prazo, será necessária a emissão de nova certidão.

Salvador/BA, sexta-feira, 25 de julho de 2025



**Prefeitura Municipal de Itacaré**  
**Estado da Bahia**  
**Secretaria de Saúde**



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **GABRIEL PENA MACHADO**, inscrita no CNPJ 50.515.850/0001-09, prestou serviços de MÉDICO PLANTONISTA, apresenta desempenho operacional satisfatório e cumpriu fielmente com suas obrigações contratuais, demonstrando competência técnica e comercial. Não constam pendências ou irregularidades até a presente data. Serviço prestado pelo profissional **GABRIEL PENA MACHADO**, CRM Nº 40399.

Itacaré, 25 julho de 2025

Atenciosamente,

*Andréia Santos Palafoz*  
Secretaria Municipal de Saúde  
*Andréia Santos Palafoz*  
Secretaria Municipal de Saúde  
Itacaré

---

Andréia Palafoz  
Secretária de Saúde de Itacaré  
Decreto nº 012/2025

**ANEXO VI**  
**DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS**

000117

A empresa **NEUROMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, CNPJ nº. **30.066.429/0001-42**, por intermédio de seu representante legal o Senhor **ALCIONE MENDES DE SOUSA**, portador da Carteira de Identidade Profissional nº 15051 CRM-BA e CPF nº 497.725.113-04, declara:

- a) Que não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21;
- b) Que atende aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;
- c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;
- d) Que está ciente do edital e concorda com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88;
- f) Que não possui, na cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/ 88.

Brumado, 30 de julho de 2025.

**ALCIONE MENDES DE  
SOUSA:49772511304**

Assinado de forma digital por ALCIONE  
MENDES DE SOUSA:49772511304  
Dados: 2025.08.01 12:24:24 -03'00'

Alcione Mendes de Sousa  
CPF nº 497.725.113-04

000118

**ANEXO VII**  
**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

**CREDENCIAMENTO Nº 006/2025**

A empresa NEUROMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 30.066.429/0001-42, sediada na Avenida Dr. Guilherme Dias, nº 171-A, Sala 03, Centro, Brumado-BA, CEP 46.100-051, declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incurso em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Brumado, 30 de julho de 2025.

**ALCIONE MENDES DE  
SOUSA:49772511304**

Assinado de forma digital por ALCIONE  
MENDES DE SOUSA:49772511304  
Dados: 2025.08.01 12:24:52 -03'00'

**Alcione Mendes de Sousa**  
**CPF nº 497.725.113-04**



**ANEXO VIII**  
**DECLARAÇÃO CONJUNTA**

000119

**NEUROMEDSERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **30.066.429/0001-42**, por intermédio de seu representante legal o Sr. **ALCIONE MENDES DE SOUSA**, portador da Carteira de Identidade Profissional nº **15051 CRM-BA** e do CPF nº **497.725.113-04**, **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins do Credenciamento nº **006/2025**, a **inexistência** no quadro da empresa, de pessoas físicas ou de dirigentes ou sócios com vínculo de servidor(a) ou empregado(a) público, ou agente político na esfera federal, estadual ou municipal, ou seu cônjuge ou companheiro(a), ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, além da **inexistência** de dirigentes ou sócios em comum com as demais empresas participantes.

Brumado, 30 de julho de 2025.

**ALCIONE MENDES DE**  
**SOUSA:49772511304**

Assinado de forma digital por  
ALCIONE MENDES DE  
SOUSA:49772511304  
Dados: 2025.08.01 12:26:00 -03'00'

.....  
**Alcione Mendes de Sousa**





**ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE  
LIMITADA  
NEUROMED SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI**

Pelo presente Instrumento Particular de ato Constitutivo:

**ALCIONE MENDES DE SOUSA**, nacionalidade brasileira, nascido em 12/04/1968, casado em comunhão parcial de bens, médico, CPF nº 497.725.113-04, Carteira de Identidade Profissional nº 15051, Órgão expedidor CRM - BA, residente e domiciliado no Loteamento Jardim União, 96, Apt. 501, Bairro Jardim Vitória, Itabuna - BA, CEP 46.605-535, Brasil.

Resolve por este ato **CONSTITUIR**, como de fato constitui, uma empresa do tipo jurídico, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada-EIRELI, nos termos do art. 980-A da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

**DO ENQUADRAMENTO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** Declara, sob as penas da lei, que se enquadra na condição de **MICROEMPRESA - ME** nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/10/2006.

**DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS**

**CLÁUSULA SEGUNDA.** A empresa girará sob o nome empresarial **NEUROMED SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI** e nome fantasia **NEUROMED**.

**CLÁUSULA TERCEIRA.** A empresa terá sede: Avenida DR. Guilherme Dias, 171-A, sala 03, Centro, Brumado - BA, CEP 46.100-000.

**CLÁUSULA QUARTA.** A empresa poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração do ato constitutivo.

**DO OBJETO E DA DURAÇÃO**

**CLÁUSULA QUINTA.** A empresa terá por objeto(s):

Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos;  
Atividade de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências;

Atividade de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências;

Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares;  
Atividade médica ambulatorial restrita a consultas.

**CODIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS**

8630-5/01 - atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos

Req: 81800000071717 DBE: BA7688483900049772511304

Página 1



Certifico o Registro sob o nº 29600268564 em 28/03/2018

Protocolo 189849380 de 19/03/2018

Nome da empresa **NEUROMED SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI NIRE 29600268564**

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>  
Chancela 274014920278477

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/03/2018  
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

**ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE  
LIMITADA  
NEUROMED SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI**

cirúrgicos.

8610-1/01 - atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências.

8610-1/02 - atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências.

8630-5/02 - atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares.

8630-5/03 - atividade médica ambulatorial restrita a consultas.

**CLÁUSULA SEXTA.** A empresa iniciará suas atividades a partir da data do arquivamento e seu prazo de duração é indeterminado.

**DO CAPITAL**

**CLÁUSULA SÉTIMA.** A empresa terá o capital de R\$ 96.000,00 (Noventa e Seis Mil Reais), totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional, de responsabilidade do titular.

**CLÁUSULA OITAVA.** A responsabilidade do titular é restrita ao valor do capital integralizado.

**DA ADMINISTRAÇÃO**

**CLÁUSULA NONA.** A administração da empresa caberá ISOLADAMENTE a ALCIONE MENDES DE SOUSA com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto, sempre de interesse da empresa, autorizado o uso do nome empresarial.

**DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS**

**CLÁUSULA DÉCIMA.** Ao término de cada exercício da empresa, em 31 de dezembro, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao titular, os lucros ou perdas apurados.

**DO FALECIMENTO**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.** Falecendo ou interditado o titular, a empresa continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Req: 8180000071717 DBE: BA7688483900049772511304

Página 2



Certifico o Registro sob o nº 29600268564 em 28/03/2018

Protocolo 189849380 de 19/03/2018

Nome da empresa NEUROMED SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI NIRE 29600268564

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 274014920278477

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/03/2018

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

**ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE  
LIMITADA  
NEUROMED SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI  
DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

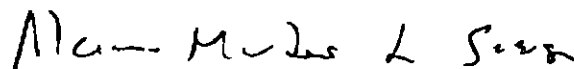
**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.** O Administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.** O titular da empresa declara, sob as penas da lei, que não participa de outra empresa da mesma modalidade, estando desimpedido para constituir a presente EIRELI.

**DO FORO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.** Fica eleito o foro de Brumado - BA para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste ato constitutivo

BRUMADO - BA, 25 de janeiro de 2018.



\_\_\_\_\_  
ALCIONE MENDES DE SOUSA  
CPF: 497.725.113-04

Req: 81800000071717 DBE: BA7688483900049772511304

Página 3



Certifico o Registro sob o nº 29600268564 em 28/03/2018

Protocolo 189849380 de 19/03/2018

Nome da empresa NEUROMED SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI NIRE 29600268564

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>  
Chancela 274014920278477

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/03/2018  
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	NEUROMED SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI
PROTOCOLO	189849380 - 19/03/2018
ATO	091 - ATO CONSTITUTIVO
EVENTO	091 - ATO CONSTITUTIVO

### MATRIZ

NIRE 29600268564  
CNPJ 30.066.429/0001-42  
CERTIFICO O REGISTRO EM 28/03/2018

### EVENTOS

315 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA



HÉLIO PORTELA RAMOS  
Secretário Geral

### Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 29600268564 em 28/03/2018

Protocolo 189849380 de 19/03/2018

Nome da empresa NEUROMED SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI NIRE 29600268564

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>  
Chancela 274014920278477

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/03/2018  
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

"DOADOR GENÉRICO"

IDENTIFICAÇÃO

790703 SSP-PI 02/08/1985

497 725 113 04

CERTIFICADO VETERINÁRIO

CDI 261132405406 MD-Exército

TÍTULO CLIFORAL Nº

10664115/20 PI

63

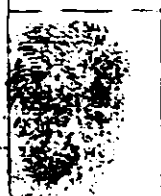
297

LOCAL E DATA  
Salvador-Ba. 09/11/2001

ASSINATURA DO PORTADOR



COLEGAR DIREITO



DOCUMENTO DE IDENTIDADE CONFORME LEI Nº 8.206/75

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO

ESTADO DA BAHIA 000124

CÉDULA DE IDENTIDADE DE MÉDICO

NOME

ALCIONE MENDES DE SOUSA

CRM Nº

15051

DATA DE INSCRIÇÃO

09/11/2001

NACIONALIDADE

BRASILEIRA

DATA DE NASCIMENTO

12/04/1968

FILIAÇÃO

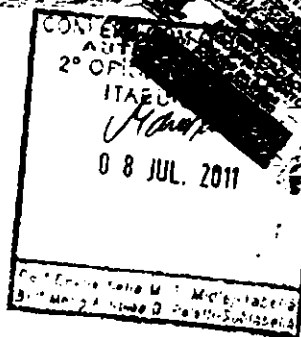
FRANCISCO MENDES DE SOUSA

MARIA DOS MILAGRES SOUSA

ASSINATURA DO PRESIDENTE

*Francisco Mendes de Sousa*

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL





000126



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>30.066.429/0001-42</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>28/03/2018</b>
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL <b>NEUROMED SERVICOS MEDICOS LTDA</b>
---

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>NEUROMED</b>	PORTE <b>ME</b>
---	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos</b>
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>86.10-1-01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências</b> <b>86.10-1-02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências</b> <b>86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares</b> <b>86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas</b>
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>
---

LOGRADOURO <b>AV DR. GUILHERME DIAS</b>	NÚMERO <b>171 A</b>	COMPLEMENTO <b>SALA 03</b>
--	------------------------	-------------------------------

CEP <b>46.100-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>BRUMADO</b>	UF <b>BA</b>
--------------------------	----------------------------------	-----------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>CONTABILIDADESUDOESTE@HOTMAIL.COM</b>	TELEFONE <b>(77) 3441-1913</b>
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>28/03/2018</b>
------------------------------------	---

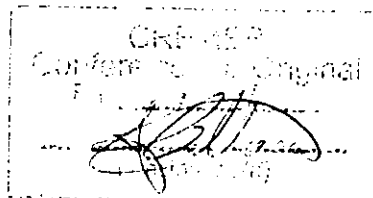
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 20/01/2025 às 10:40:43 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

O Reitor da Universidade Federal do Piauí,  
no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de  
Medicina em 07. 01. 1994

confere o título de MÉDICO **FUFPI** Alcione Mendes de Sousa filho de  
Francisco Mendes de Sousa e Maria dos Milagres Sousa  
nascido a 12. 04. 1968 natural de Teresina - Piauí  
e outorga-lhe o presente Diploma a fim de que possa gozar de todos os  
direitos e prerrogativas legais.

Teresina, 06 de janeiro de 1994

Antônio de Pádua Evaristo  
Diretor de Assuntos Acadêmicos



Alcione Mendes de Sousa  
Reitor  
Diplomado

000127



Associação Médica Brasileira



Associação Médica Brasileira  
Sociedade Brasileira de Neurocirurgia



conferem o

TÍTULO DE ESPECIALISTA EM NEUROCIRURGIA

ao

Dr. Alcione Mendes de Sousa

por ter obtido aprovação em concurso realizado segundo as normas estabelecidas pela  
Associação Médica Brasileira e a Sociedade Brasileira de Neurocirurgia.

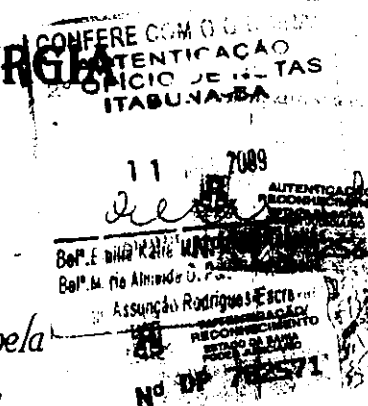
São Paulo, 18 de novembro de 1999

Dr. Ezequias Vieira de Paiva  
Presidente da AMB

Dr. Altemir Humberto Soares  
Secretário Geral da AMB

Dr. Cid Celso Jayme Carvalhães  
Presidente da SBN

Dr. Benedito Oscar Colli  
Secretário Geral da SBN



000128



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins, que o **Dr. ALCIONE MENDES DE SOUSA** encontra-se inscrito no CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA, sob o número 15051, desde 09/11/2001, estando quite com o exercício de 2025 e habilitado legalmente para o exercício da medicina, tendo registrada(s) a(s) seguinte(s) especialidade(s): **NEUROCIRURGIA - RQE Nº 5028**.

Salvador, 08 de julho de 2025

Certidão emitida no dia 08 de julho de 2025. Válida até o dia 04 de janeiro de 2026.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Portal Médico, na Internet, no endereço: <http://www.portalmedico.org.br>, por meio do código **X8K8BM**.

Assinatura manuscrita curta e estilizada.

Assinatura manuscrita longa e fluida.



000130

### **CERTIDÃO DE ANTECEDENTES ÉTICOS**

Certificamos que, dos arquivos do Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia, o(a) Dr(a). **ALCIONE MENDES DE SOUSA**, inscrito(a) neste Conselho sob o nº 15051 está apto(a) ao exercício da medicina no Estado da Bahia.

Salvador, segunda-feira, 4 de agosto de 2025.

**A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (<https://portal.cremeb.org.br/websemc/home/VerificaAutenticidade>), através do código:**

17f7dfce-e519-4f5c-a0e2-aa69c69f144b

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

000131

Praça Coronel Zeca Leite - N° 415 Prédio Centro - Brumado - BA CEP: 46100-045

**ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO PROVISÓRIO****INSCRIÇÃO: 4125665****N° ALVARA: 2595/2025**

CONCEDIDO A

NOME / RAZÃO SOCIAL: **NEUROMED SERVICOS MEDICOS EIRELI**NOME COMERCIAL / FANTASIA: **NEUROMED**NATUREZA: **Pessoa Jurídica**

DATA ABERTURA : 17/04/2018

C.N.P.J / C.P.F

R.G

INSCRIÇÃO ESTADUAL

30.066.429/0001-42

ENDEREÇO

RUA / AVN / TRV: **AVN DOUTOR GUILHERME DIAS, 171A**COMPLEMENTO: **SALA 03**BAIRRO: **CENTRO**CIDADE: **Brumado - BA**CEP: **46100-051****ATIVIDADES**

Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos

8630501

Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências

8610101

**ATIVIDADES SECUNDÁRIAS**

Atividade médica ambulatorial restrita a consultas

8630503

Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências

8610102

Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares

8630502

Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos

8630501

HORÁRIO NORMAL: 08:00 às 18:00 de 08:00 às 18:00

**RESTRIÇÕES**DATA DE EMISSÃO: **04/06/2025**VALIDADE: **03/08/2025**

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

**AVISO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO

www.brumado.ba.gov.br ZAP (77) 9.9999-2878 , Opção 3

Emissão via WEB:



336227.2025.2595.101.04062025.03082025



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO  
SEFAZ - SECRETARIA DA FAZENDA MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

000132

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO**  
**Nº 3703/2025**

**Empresa:**

**NEUROMED SERVICOS MEDICOS EIRELI**

**CNPJ/CPF: 30.066.429/0001-42**

**Endereço: DOUTOR GUILHERME DIAS**

**Número: 171A    Bairro: CENTRO**

**Cidade: Brumado**

**Estado: BA**

**Insc. Cadastral: 4125665**

**Atividade:**

EM CUMPRIMENTO A SOLICITAÇÃO DO(A) CONTRIBUINTE ACIMA ESPECIFICADO(A), E RESSALVANDO O DIREITO DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE PESQUISAR, INSCREVER E COBRAR A QUALQUER TEMPO AS DÍVIDAS QUE VENHAM A SER APURADAS, CERTIFICAMOS PARA TODOS OS FINS EM DIREITO PERMITIDOS QUE, MANDANDO REVER OS REGISTROS TRIBUTÁRIOS, CONSTATAMOS NÃO EXISTIREM DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA EM NOME DO(A) MESMO(A).

**Observação:** Esta certidão tem validade de 90 (NOVENTA) dias.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço [www.brumado.ba.gov.br](http://www.brumado.ba.gov.br).

Conforme código de controle informado abaixo.

Certidão emitida via internet em:

[sefaz.brumado.ba.gov.br/portalsefaz](http://sefaz.brumado.ba.gov.br/portalsefaz)

Certidão Emitida em: 05/05/2025

Certidão Válida até: 03/08/2025

Certidão de Controle da Certidão:

336829.3703.20250505.S62.8607983





Tribunal Superior do Trabalho

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: NEUROMED SERVICOS MEDICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 30.066.429/0001-42

Certidão nº: 40844671/2025

Expedição: 17/07/2025, às 09:56:31

Validade: 13/01/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **NEUROMED SERVICOS MEDICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **30.066.429/0001-42**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Assinatura manuscrita.

Assinatura manuscrita.

000134

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 30.066.429/0001-42  
**Razão Social:** NEUROMED SERVICOS MEDICOS LTDA  
**Endereço:** AV DOUTOR GUILHERME DIAS 171A SALA03 / CENTRO / BRUMADO / BA / 46100-051

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 20/07/2025 a 18/08/2025

**Certificação Número:** 2025072001235027834848

Informação obtida em 30/07/2025 15:43:40

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: NEUROMED SERVICOS MEDICOS LTDA**  
**CNPJ: 30.066.429/0001-42**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:37:53 do dia 29/04/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 26/10/2025.

Código de controle da certidão: **B34A.B5FC.BDDD.57AD**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20253562579

RAZÃO SOCIAL	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	30.066.429/0001-42

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 07/07/2025, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS  
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



**Empresa e Dados Gerais**

Cadastro: 8607983 Inscrição Municipal: 4125665  
Razão Social: NEUROMED SERVICOS MEDICOS EIRELI  
Contador: GILMAR DE JESUS PEREIRA  
Nome Fant.: NEUROMED Nat. Jurid.: Jurídica  
C.N.P.J.: 30.066.429/0001-42 INSC. EST.: C.P.F.: R.G.: CAD.CONTR: 8607983

**Endereço**

Insc. Imob.: Endereço: AVN DOUTOR GUILHERME DIAS Nº: 171A  
Compl.: SALA 03 Bairro: CENTRO CEP: 46.100-051  
Tel.: ( ) - Fax: E-mail: Municipio: Brumado - BA

**Características Gerais**

Prop. Estabelecido no Município.: NÃO 01 - MATRIZ Optante Simples: NÃO  
Imune ou Isento de ISS: NÃO Data Abertura: 17/04/18 Imóvel Próprio: NÃO  
Imune de TLL: NÃO Nº Processo Abertura: Junta Comercial:  
Porte Empresa: 01 - Microempresas Reg. na Junta: 01/01/1900 Emite NF.: SIM  
Natureza Jurídica: 59 - EMPRESA INDIVIDUAL DE Situação: Ativa Constr. Cível Estab. no Município.: NÃO  
Tipo Prof. Autonomo: Data Situação: Nº Empregados:  
Distrito: Nº Processo Baixa:

**Atividades Exercidas**

TFF/TLF: 8630501 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos  
TLL: 8630501 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos  
ISS Fixo: -  
ISSQN: 8630501 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos  
CNAE: 8610101 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências

**Atividades Secundárias - CNAE**

Código	Descrição	Dt.Início	Dt.Fim.
8630503	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas		
8610102	Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências		
8630502	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares		
8630501	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos		

**Atividades secundárias TFF**

8630502 Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares  
8630503 Atividade médica ambulatorial restrita a consultas  
8610102 Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências  
8610101 Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências  
2058 OUTRAS ATIVIDADES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

**SÓCIOS**

Nome.: ALCIONE MENDES DE SOUSA CPF/CNPJ: 497.\*\*\*-\*\*-04 Tel.: ( ) -  
Cargo.: Registro. Conselho: Participação: 100,00 %  
End.: LOT JARDIM UNIAO, 96 Compl.: CEP: 46.605-535  
Bairro.: JARDIM VITORIA Cidade.: Itabuna UF.: BA

**INFORMAÇÕES DO CADASTRO**

Responsável: Data:  
Processo Nº: Data do Processo: 19/04/18

**OBSERVAÇÃO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO**  
SECRETARIA DA FAZENDA  
DEPTO DE ADMINISTRACAO TRIBUTARIA

000138

**BOLETIM DO CADASTRO ECONÔMICO**

Emissão.: 30/07/2025 15:41:15

Emissão.: Web/Portal

--

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*



CERTIDÃO ESTADUAL  
CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU

CERTIDÃO Nº: 00891781E

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (<https://portalcertidoes.tjba.jus.br/#/primeirograu>).

CERTIFICO que, pesquisando os registros dos sistemas eletrônicos de distribuição de processos deste Estado da Bahia, anteriores à data de 30/07/2025, verifiquei **NÃO CONSTAR** em nome da parte abaixo indicada:

Razão Social: NEUROMED SERVICOS MEDICOS LTDA

CNPJ: 30.066.429/0001-42

Endereço: Avenida Dr. Guilherme Dias, nº 171A, Sala 03, Centro, Brumado-BA, CEP 46.100-051

Esta certidão abrange as ações ativas de falência e recuperação judicial e extrajudicial, em que a pessoa pesquisada figure no pólo passivo, para as ações de falência e pólo ativo, para as ações de recuperação judicial / extrajudicial, com exceção dos processos em segredo de justiça.

Em caso de inconformidade, entrar em contato com a Seção de Certidões - SEDEC através do endereço eletrônico [sedec@tjba.jus.br](mailto:sedec@tjba.jus.br).

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário, tendo em vista que a base de dados pesquisada para a emissão desta certidão não possui conexão com nenhuma outra base de dados de outra instituição pública ou da Receita Federal.

Esta certidão é emitida sem custas e tem validade de 30 dias, a partir da sua data de emissão. Após este prazo, será necessária a emissão de nova certidão.

Salvador/BA, quarta-feira, 30 de julho de 2025



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa NEUROMED SERVIÇOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ 30.066.429/0001-42, prestou serviços de NEUROLOGIA, apresenta desempenho operacional satisfatório e cumpriu fielmente com suas obrigações contratuais, demonstrando competência técnica e comercial. Não constam pendências ou irregularidades até a presente data.

Data: 30/07/2025

Assinatura:

Nome: ALCIONE MENDES DE SOUSA

Cargo: MÉDICO NEUROLOGISTA

Atenciosamente,

*Andréia Santos Palafoz*  
Secretária Municipal de Saúde  
*Andréia Santos Palafoz*  
Secretária Municipal de Saúde  
de Itacaré

---

Andréia Palafoz  
Secretária de Saúde de Itacaré  
Decreto nº 012/2025

**ANEXO III**  
**PROTOCOLO DE ENTREGA E HABILITAÇÃO**  
**CREDENCIAMENTO Nº 006/2025**  
**Processo Administrativo nº 062/2025**

Prezados Senhores,

A empresa **QUEDIMA SOUZA SERVIÇOS MEDICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. **61.489.814/0001-26**, sediada à R. São Marcelo, 237, 2º andar, bairro Zildolândia, município de Itabuna, Estado de Bahia, por seu representante legal o Sr (a). **Quedima Isabela Chaves de Souza**, inscrito (a) sob a CNI nº. **011.118.715-07**, domiciliado (a) na Rua São Marcelo, 227, Ap 202 - Zildolândia. Itabuna/Ba, e-mail **quedimamed@gmail.com**, telefone para contato (73) 98197-8339, Vem por meio deste, solicitar o Credenciamento, junto à Prefeitura Municipal de Itacaré, para o contratação de empresa **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025.**

**DECLARA**, sob as penas da lei, que:

- a) Conhece os termos do edital de credenciamento e que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto do credenciamento, com os quais concorda;
- b) Está de acordo com as normas e tabela de valores definidos no edital;
- c) Realizará todas as atividades a que se propõe;
- d) Não se encontra suspensa, nem declarada inidônea para participar de licitações ou contratar com órgão ou entidades da Administração Pública;
- e) Não se enquadra nas situações de impedimentos previstos no edital do credenciamento;
- f) Não há qualquer fato impeditivo do seu credenciamento;
- g) Compromete-se a declarar qualquer fato superveniente impeditivo de credenciamento ou de contratação;
- h) Os serviços pleiteados para credenciamento são compatíveis com o objeto social da pessoa jurídica, a experiência, a capacidade instalada, a infra-estrutura adequada à prestação dos serviços conforme exigidos no edital de credenciamento e nos seus anexos;
- i) As informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras.

**DECLARO QUE ESTAMOS REMETENDO OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO DIA:**  
**01/08/2025.**

**g vb**  
Documento assinado digitalmente  
QUEDIMA ISABELA CHAVES DE SOUZA  
Data: 01.08/2025 20:09:19-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

**PARTE EXCLUSIVA PARA PREENCHIMENTO DO SETOR COMPETENTE**

RECEBIDO PELO SETOR COMPETENTE NO DIA: 04.08.2025

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS

**ANEXO VIII**  
**DECLARAÇÃO CONJUNTA**  
**CREDENCIAMENTO Nº 006/2025**

000142

A empresa **QUEDIMA SOUZA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, inscrita no **CNPJ 61.489.814/0001-26**, por intermédio de seu representante legal a Sra **Quedima Isabela Chaves de Souza**, portadora da **Carteira de Identidade Nacional nº 011.118.715-07**, **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins do **Credenciamento nº006/2025**, a inexistência no quadro da empresa, de pessoas físicas ou de dirigentes ou sócios com vínculo de servidor(a) ou empregado(a) público, ou agente político na esfera federal, estadual ou municipal, ou seu cônjuge ou companheiro(a), ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, além da inexistência de dirigentes ou sócios em comum com as demais empresas participantes.

Itabuna, 01 de agosto de 2025

g v.b

Documento assinado digitalmente  
QUEDIMA ISABELA CHAVES DE SOUZA  
Data: 01/08/2025 20:09:19 -0300  
Verifique em <https://validar.rr.gov.br>

**EMPRESA: QUEDIMA SOUZA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**  
**CNPJ: 61.489.814/0001-26**  
**REPRESENTANTE LEGAL: Quedima Isabela Chaves de Souza**  
**CNI: 011.118.715-07**



**ANEXO VII**  
**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**  
**CREDENCIAMENTO Nº 006/2025**

A empresa **QUEDIMA SOUZA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, CNPJ Nº **61.489.814/0001-26**, sediada no R. São Marcelo, nº 237, 2º andar, Zildolândia. Itabuna - Ba, declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento credenciamento referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Itabuna, 01 de agosto de 2025.

g v.b

Documento assinado digitalmente  
**QUEDIMA ISABELA CHAVES DE SOUZA**  
Data: 01.08.2025 20:09:19-0300  
verifique em <https://validar.it.gov.br>

**EMPRESA: QUEDIMA SOUZA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**  
**CNPJ: 61.489.814/0001-26**  
**REPRESENTANTE LEGAL: Quedima Isabela Chaves de Souza**  
**CNI: 011.118.715-07**



000144

**ANEXO VI**  
**DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS DECLARAÇÃO**

A empresa **QUEDIMA SOUZA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, inscrita com o CNPJ de nº **61.489.814/0001-26**, através do seu representante legal a senhora **Quedima Isabela Chaves de Souza**, portadora da CNI de nº **011.118.715-07-SSP/BA**, declara:

a) Que não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21; b) Que atende aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21; c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21; d) Que está ciente do edital e concorda com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21; e) Para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88; f) Que não possui, na cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/ 88.

Itabuna, 01 de agosto 2025

g v.b

Documento assinado digitalmente  
QUEDIMA ISABELA CHAVES DE SOUZA  
Data: 01/08/2025 20:09:19-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**EMPRESA: QUEDIMASOUZA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**  
**CNPJ: 61.489.814/0001-26**  
**REPRESENTANTE LEGAL: Quedima Isabela Chaves de Souza**  
**CNI: 011.118.715-07**



**CONTRATO DA SOCIEDADE LIMITADA UNIPessoal 000145**  
**QUEDIMA SOUZA SERVICOS MEDICOS LTDA**



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=76MK9iFKoaic2Zo8906RiWachave2=5T-06acQmpeIH2nncfRg  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 01111871507-QUEDIMA ISABELA CHAVES DE SOUZA

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato Social:

QUEDIMA ISABELA CHAVES DE SOUZA, nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 04/02/1984, SOLTEIRA, MÉDICA, CPF nº 011.118.715-07, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 01111871507, órgão expedidor SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - BA, residente e domiciliado(a) no(a) RUA SAO MARCELO, 237, ANDAR 2, ZILDOLANDIA, ITABUNA, BA, CEP 45600700, BRASIL.

Resolve constituir uma sociedade limitada unipessoal mediante as seguintes cláusulas.

**DO ENQUADRAMENTO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** Declara, sob as penas da lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA - ME nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

**DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS**

**CLÁUSULA SEGUNDA.** A sociedade gira sob o nome empresarial QUEDIMA SOUZA SERVICOS MEDICOS LTDA. Tendo como nome fantasia QUEDIMA SOUZA SERVICOS MEDICOS.

**CLÁUSULA TERCEIRA.** A sociedade tem sede: RUA SÃO MARCELO, 237, ANDAR:2, ZILDOLÂNDIA, ITABUNA, BA, CEP 45.600-700.

**CLÁUSULA QUARTA.** A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual.

Req: 81500002263363

Página 1

**Junta Comercial do Estado da Bahia**

Certifico o Registro sob o nº 29206741949 em 27/06/2025

Protocolo 258070498 de 27/06/2025

Nome da empresa QUEDIMA SOUZA SERVICOS MEDICOS LTDA NIRE 29206741949

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 374479119346971

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/06/2025

por Bruno Mota Passos - Secretário-Geral



27/06/2025

**CONTRATO DA SOCIEDADE LIMITADA UNIPessoal;  
QUEDIMA SOUZA SERVICOS MEDICOS LTDA**

000146



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=76MK91FkoaiL2208926RYw6Chave2=3T-06acCPmcoIH2nmcfRq  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 01:11871507-QUEDIMA ISABELA CHAVES DE SOUZA

**DO OBJETO SOCIAL E DA DURAÇÃO**

**CLÁUSULA QUINTA.** A sociedade tem por objeto(s) social(ais):

ATIVIDADES DE CLÍNICA MÉDICA RESTRITA A CONSULTAS; CONSULTÓRIOS PRIVADOS EM HOSPITAIS; CONSULTÓRIO MÉDICO PARTICULAR; CLÍNICA MÉDICA EM EMPRESA; ATIVIDADES DE ATENDIMENTO HOSPITALAR COM INTERNAÇÃO; ATENDIMENTO A URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS MÉDICAS; SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO HOSPITALAR NO DOMICÍLIO HOMECARE.

**CODIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS**

8630-5/03 - atividade médica ambulatorial restrita a consultas.

8610-1/01 - atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências.

8610-1/02 - atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências.

8712-3/00 - atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio.

**CLÁUSULA SEXTA.** A empresa iniciará suas atividades a partir da data do arquivamento e seu prazo de duração é indeterminado.

**DO CAPITAL SOCIAL**

**CLÁUSULA SÉTIMA:** O capital social subscrito será de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais) dividido em 2.000 (dois mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (Um Real) cada uma,

Req: 81500002263363

Página 2

**Junta Comercial do Estado da Bahia**

Certifico o Registro sob o nº 29206741949 em 27/06/2025

Protocolo 258070498 de 27/06/2025

Nome da empresa QUEDIMA SOUZA SERVICOS MEDICOS LTDA NIRE 29206741949

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 374479119346971

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/06/2025

por Bruno Mota Passos - Secretário-Geral



*[Handwritten signature]*

27/06/2025

*[Handwritten signature]*

**CONTRATO DA SOCIEDADE LIMITADA UNIPessoal: 000147**  
**QUEDIMA SOUZA SERVICOS MEDICOS LTDA**



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=76MX9IFK0altZz08926RyWchave2=BT-06ac0pmeIH2mncf8q  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 01.11871507-QUEDIMA ISABELA CHAVES DE SOUZA

totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do país.

QUEDIMA ISABELA CHAVES DE SOUZA, com 2.000 (dois mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) integralizado;

**CLÁUSULA OITAVA.** A responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas.

**DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRO LABORE**

**CLÁUSULA NONA.** A administração da sociedade caberá **ISOLADAMENTE** a QUEDIMA ISABELA CHAVES DE SOUZA com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer do cotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

**Parágrafo único.** No exercício da administração, o administrador terá direito a uma retirada mensal a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

**DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS**

**CLÁUSULA DÉCIMA.** Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao sócio, os lucros ou perdas apurados.

Req: 81500002263363

Página 3



**Junta Comercial do Estado da Bahia**

Certifico o Registro sob o nº 29206741949 em 27/06/2025

Protocolo 258070498 de 27/06/2025

Nome da empresa QUEDIMA SOUZA SERVICOS MEDICOS LTDA NIRE 29206741949

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 374479119346971

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/06/2025

por Bruno Mota Passos - Secretário-Geral

27/06/2025

QR Code

000148

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
GOVERNO FEDERALEstado da Bahia  
Secretaria da Segurança Pública

## CARTEIRA DE IDENTIDADE

Nome - Name  
QUEDIMA ISABELA CHAVES DE SOUZA

Nome Social - Social Name



Registro Geral - CPF - Personal Number

011.118.715-07

Data de Nascimento - Date of Birth

04/02/1984

Nacionalidade - Place of Birth  
Alagoinhas/BA

Sexo - Sex

F

Nacionalidade - Nationality

BRA

Data de Validade - Date of Expiry  
04/04/2025Função - Function  
SUELY FELICIANA CHAVES DE SOUZA  
HAILTON REIS DE SOUZA SOBRINHOÓrgão Emissor - Card Issuer  
SSP/BALocal - Place of Issue  
Salvador/BAData de Emissão - Issue Date  
04/04/2025

Assinatura do Emissor - Card Issuer Signature

Assinatura do Titular - Cardholder Signature

## Documento de Identificação

Este documento digital pode ser utilizado para sua identificação, não sendo necessária a apresentação de documento complementar, conforme Decreto nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022.

IDBRA011118715901111871507<<<0  
8402046F3504048BRA<<<<<<<<<<<6Telefone - Phone  
104708800582Estado Civil -  
SOLTEIRO

Assinatura

CPF -  
03296684575

NIS

Data

Observações - Remarks

Tipo de Documento - Document Type

Modalidade de Documento -  
SIMIdentificação do Documento - Document Identification  
00984501551984100032101002900163

Tipo de Assinatura

Carteira de Identidade

Data

000149



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 61.489.814/0001-26 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 27/06/2025	
NOME EMPRESARIAL QUEDIMA SOUZA SERVICOS MEDICOS LTDA					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) QUEDIMA SOUZA SERVICOS MEDICOS				PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 86.10-1-01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências 86.10-1-02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências 87.12-3-00 - Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada					
LOGRADOURO R SAO MARCELO		NÚMERO 237		COMPLEMENTO ANDAR 2	
CEP 45.600-700	BAIRRO/DISTRITO ZILDOLANDIA		MUNICÍPIO ITABUNA		UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO QUEDIMAMED@GMAIL.COM			TELEFONE (73) 8197-8339		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/06/2025		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 27/06/2025 às 17:33:18 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Autorizado pela Portaria do MEC nº 332, de 14 de maio de 2018.  
Autorizado pela Portaria do MEC nº 332, de 14 de maio de 2018

## DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Declaramos para os devidos fins que se fizerem necessários que **QUEDIMA ISABELA CHAVES DE SOUZA**, portador(a) do CPF **01111871507** e do RG **0880956496**, matrícula n.º **611920194**, nascido(a) aos **04/02/1984** em **ALAGOINHAS - BA**, concluiu o Curso de **MEDICINA**, no 1º semestre do ano letivo 2025 em **24/06/2025** e colou grau no dia **26/06/2025**, nesta IES.

Declaramos ainda que o diploma se encontra em fase de registro, podendo estar pronto no prazo de 120 dias, a partir da data de colação de grau.

Por ser a expressão de verdade, firmamos a presente.

Itabuna, 27/06/2025

### CHAVE DE VALIDAÇÃO



Este documento eletrônico dispensa carimbo e assinatura. Seu conteúdo pode ser validado pelo link de acesso indicado no QRCode ao lado ou diretamente no endereço abaixo utilizando o código:

<https://academico.afya.com.br/Corpore.Net/Source/Rpt-GeradorRelatoriosNet/RM.Rpt.Reports/Anonymous/RptFindReportByGuid.aspx>

**26f25357-a60f-43b6-ada7-b2c3a19f2f7c**

<https://academico.afya.com.br/Corpore.Net/Source/Rpt-GeradorRelatoriosNet/RM.Rpt.Reports/Anonymous/RptFindReportByGuid.aspx?uidre=26f25357-a60f-43b6-ada7-b2c3a19f2f7c>

**AFYA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS ITABUNA**  
**IESA - INSTITUTO EDUCACIONAL SANTO AGOSTINHO S/A.**  
Av Ibicarai- 3270 - Nova Itabuna - Itabuna/BA - CEP: 45601-000  
Telefone: (73) 3198-9011 - CNPJ: 03.735.981/0012-66

000151



**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA  
BAHIA**  
**Certidão de Inscrição**

Certificamos, a pedido da parte interessada, que o(a) Dr.(a) **QUEDIMA ISABELA CHAVES DE SOUZA**, é médico(a) inscrito(a) perante o **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA**, sob o nº. **48975** desde **26/06/2025**, estando habilitado(a) a exercer a medicina neste Estado.

Sem mais para o momento, firmamos o presente.



**Esta certidão tem validade até o dia 03/10/2025.**

Chave de validação **9161c7b388adbe57894947906a3155eefd6205e4**

Emitida eletronicamente via internet em **03/07/2025**.

Sua autenticidade poderá ser confirmada no site do **CREMEB**:  
<http://www.cremeb.org.br/>

Duas assinaturas manuais em tinta preta, uma mais compacta e a outra mais alongada, localizadas no canto inferior direito da certidão.



**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA****CERTIDÃO**

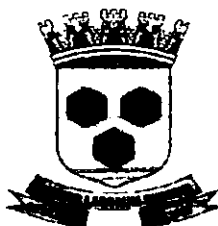
Certifico, para os devidos fins, que a **Dra. QUEDIMA ISABELA CHAVES DE SOUZA** encontra-se inscrito no CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA, sob o número 48975, desde 26/06/2025, estando quite com o exercício de 2025.

Salvador, 30 de junho de 2025

Certidão emitida no dia 30 de junho de 2025. Válida até o dia 28 de dezembro de 2025.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Portal Médico, na Internet, no endereço: <http://www.portalmedico.org.br>, por meio do código A5CUA2.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



**MUNICÍPIO DE ITABUNA - BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**  
**DEPARTAMENTOS DE TRIBUTOS**

000153

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS****Nº 26861 / 2025****— CONCEDIDO À —****Nome/Razão Social:** QUEDIMA SOUZA SERVICOS MEDICOS LTDA**CPF/CNPJ:** 61.489.814/0001-26**Endereço:** Rua SAO MARCELO Nº237 - ZILDOLANDIA - Itabuna-BA CEP: 45600-700

A Prefeitura Municipal de Itabuna - BA, conforme preceitua o Art. 273 da Lei Municipal nº 2.173 de 01/10/2020 - Código Tributário Municipal, certifica, para os devidos fins, que **NÃO CONSTA DÉBITO** pertencentes ao contribuinte. E, para constar, foi extraída a presente certidão, cuja validade é de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua emissão.

As certidões fornecidas não excluem o direito da Fazenda Municipal cobrar, quaisquer débitos que, posteriormente, venham ser apurados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Prefeitura Municipal de Itabuna, na Internet, no endereço <http://www.itabuna.ba.gov.br>

Emitida em: 01/07/2025

**Validade: 90 dias**

MUNICÍPIO DE ITABUNA - Bahia, Terça-feira, 1 de Julho de 2025

**Chave de validação: 585a0d36**

Av. Princesa Isabel, Nº 678

São Caetano

CEP: 45607-001



**MUNICÍPIO DE ITABUNA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA**

CNPJ: 14.147.490/0001-68

AVENIDA .PRINCESA ISABEL, 678 , SÃO CAETANO, ITABUNA-BA CEP: 45607-288

21/07/2025 17:10

Emitido Por:  
**000154**  
AUGUSTO CESAR LIBRIG BORGES

**FICHA DE CADASTRO - ANO: 2025**

INFORMAÇÕES DA INSCRIÇÃO					
Cód Imóvel: 4584060	Distrito:	Sator:	Quadra:	Lote:	Unid:
Inscrição: 4584060	Estado Do Cadastro: Ativo	Data Do Cadastro: 27/06/2025	Data Final:		
Endereço: - Rua - SAO MARCELO					
Número: 237	Complemento: ANDAR:2				
Bairro: ZILDOLANDIA	Cidade: Itabuna	Cep: 45600-700	UF: BA		
Segmento:		Matricula:			

INFORMAÇÕES SOBRE O PROPRIETÁRIO		
Contribuinte: QUEDIMA SOUZA SERVICOS MEDICOS LTDA		
CPF/CNPJ: 61.489.814/0001-26		
Endereço: Rua - SAO MARCELO		
Número: 237	Cep: 45600-700	
Complemento: ANDAR:2	Bairro: ZILDOLANDIA	
Cidade: Itabuna	UF: BA	
Email: QUEDIMAMED@GMAIL.COM		

Relacao das Atividades da Empresa	
8610101	Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades p atendimento a urgencias
8610-1/02	ATIVIDADES DE ATENDIMENTO HOSPITALAR, INCLUSIVE PRONTO-SOCORRO E UNIDADES PARA ATENDIMENTO A URGÊNCIAS
8630503	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas
8712300	Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistencia a paciente no domicilio

VALORES DO CÁLCULO							
Área Terreno:	0,00	Vir. MP Terreno:	R\$0,00	Vir. Venal Terreno:	R\$0,00	Vir. Venal:	R\$0,00
Área Unidade:	0,00	Vir. MP Edificação:	R\$0,00	Vir. Venal Edificação:	R\$0,00	Alíquota:	0,00%

ZONEAMENTO	
VINCULO	

Contribuinte:	CPF/CNPJ:	Vinculo:	Contribuinte:	CPF/CNPJ:	Vinculo:
QUEDIMA ISABELA CHAVES DE SOUZA	011.118.715-07	Sócio ou administrador	MARIANA CARDOZO SANTANA	026.792.225-63	Contabilista

1 - INFORMAÇÕES DO BAE	
HORA FUNCIONAMENTO DE: 08:00	HORA FUNCIONAMENTO ATE 18:00
NUMERO DE EMPREGADOS	SAO DE BELEZA CADEIRAS
CINEMA/TEATRO LUGARES	HOSPITAL/CLINICA LEITOS
ESCOLA ALUNOS	ESCOLA SALAS
BILHAR/BOLICHE/DIVERSOES ELETRONICAS	BILHAR/BOLICHE/DIVERSOES ELETRONICAS
BILHAR/BOLICHE/DIVERSOES ELETRONICAS	HOTEL/MOTEL E CONGENERES QUARTOS
HOTEL/MOTEL E CONGENERES APARTAMENTOS	HOTEL/MOTEL E CONGENERES SUITES
NUMERO HABILITADOS (SOCIOS E	

2 - OUTRAS INFORMAÇÕES			
NOME INFO	QUEDIMA ISABELA CHAVES DE	CPF INFO	011.118.715-07
QUALIFICAÇÃO INFO	TITULAR	DATA INFO	30/06/2025
OUTRA INFO		CLASSIFICAÇÃO FISCAL	A
MUNICÍPIO	ITABUNA	CODIGO GRUPO TLL	
CODIGO GRUPO ISS		HORA ESPECIAL DE:	
HORA ESPECIAL ATE		CODTLP	
QUANTIDADE TLP		CODIGO TLO	
QUANTIDADE TLO		QUANTIDADE TFF	
INSCRIÇÃO TLL		INSCRIÇÃO TLP	
INSCRIÇÃO TLO		INSCRIÇÃO ISS	
CODIGO CNAE		CODIGO NATUREZA JURIDICA	
PROP. IMOVEL		CODIGO CONTADOR	
SIMPLES		CLASSE ATIVIDADE	
QUANT. PUBLICIDADE 1		QUANT. PUBLICIDADE 2	
QUANT. PUBLICIDADE 3		CODIGO GRUPO TLL 2	
CODIGO GRUPO TLL 3		CODIGO GRUPO TLL 4	
CODIGO GRUPO TLL 5		CODIGO GRUPO TLL 6	
CODIGO GRUPO TLL 7		CODIGO GRUPO TLL 8	
CODIGO GRUPO TLL 8		CODIGO GRUPO TLL 10	
NUMERO PROCESSO		ISENTO PROCESSO	
ISS AUTONOMO		CODIGO GRUPO ISS 1	
CODIGO GRUPO ISS 2		CODIGO FISCAL	
NOME CADASTRADOR		CPF CADASTRADOR	
NATUREZA		SITUAÇÃO	
INEP		CAPITAL SOCIAL	

3 - VALORES DE CALCULO	
VALOR DA RECEITA BRUTA ANUAL	MP DO ESTABELECIMENTO



MUNICÍPIO DE ITABUNA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

CNPJ: 14.147.490/0001-68

AVENIDA PRINCESA ISABEL, 678, SÃO CAETANO, ITABUNA-BA CEP: 45607-288

21/07/2025 17:10

Emitido Por:

AUGUSTO CESAR LIBORIO BORGES

000155

QUANTIDADE DE TORRES

Receita Apurada

4 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

ATIVIDADES

Valores Venais :

Valor Venal: 0,00

Valor Imposto: 0,00

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA FAZENDA

**Certidão Negativa de Débitos Tributários**

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20253377297

RAZÃO SOCIAL	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	61.489.814/0001-26

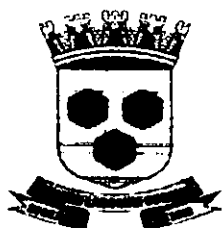
Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 30/06/2025, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS  
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



**MUNICÍPIO DE ITABUNA - BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**  
**DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS**

000157

**ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

**Nº 4316 / 2025**

**CONCEDIDO À**

**Inscrição Municipal:** 4584060  
**Nome/Razão Social:** QUEDIMA SOUZA SERVICOS MEDICOS LTDA  
**Nome Fantasia:** QUEDIMA SOUZA SERVICOS MEDICOS  
**CPF/CNPJ:** 61.489.814/0001-26  
**Endereço:** Rua SAO MARCELO Nº237 - ANDAR:2 - ZILDOLANDIA - Itabuna-BA  
**CEP:** 45600-700

**ATIVIDADE PRINCIPAL**

**8630503 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas**

**DATA INICIO**

27/06/2025

**EXERCÍCIO**

2025

**CLASSIFICAÇÃO**

A

**OBSERVAÇÕES E RESTRIÇÕES**

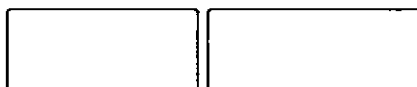
null

**AVISO**

**Válido somente se enquadrado na condição de MEI e em 2026 se dará somente sob condição resolutória de posterior fiscalização das demais Secretarias como também ao disposto na Lei Federal 10098/2000 (acessibilidade).**

MUNICÍPIO DE ITABUNA - Bahia, Segunda-feira, 30 de Junho de 2025

**Chave de Validação:** 3811de55



000158

**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 61.489.814/0001-26  
**Razão Social:** QUEDIMA SOUZA SERVICOS MEDICOS LTDA  
**Endereço:** RUA SAO MARCELO 237 2 ANDAR / ZILDOLANDIA / ITABUNA / BA / 45600-700

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 23/07/2025 a 21/08/2025

**Certificação Número:** 2025072320076429927599

Informação obtida em 01/08/2025 20:56:57

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: QUEDIMA SOUZA SERVICOS MEDICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 61.489.814/0001-26

Certidão nº: 36758458/2025

Expedição: 30/06/2025, às 14:22:07

Validade: 27/12/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **QUEDIMA SOUZA SERVICOS MEDICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 61.489.814/0001-26, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: QUEDIMA SOUZA SERVICOS MEDICOS LTDA**  
**CNPJ: 61.489.814/0001-26**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:16:38 do dia 30/06/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 27/12/2025.

Código de controle da certidão: **1795.B252.78C3.F9F8**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa **ALLEVIARE CLÍNICA DE ESPECIALIDADES**, CNPJ Nº 34.146.388/0001-55, sediada no R. São Domingos, 429, Capuchinhos. Feira de Santana - Ba, declara para os devidos fins que a empresa **Quedima Souza Serviços Médicos**, inscrita no CNPJ sob o nº 61.489.814/0001-26, com sede à R. São Marcelo, nº 237, 2º andar, Zildolândia. Itabuna - Ba, executou para esta empresa serviços médicos. Tais serviços foram prestados de forma **satisfatória**, cumprindo os prazos, as exigências contratuais e os padrões de qualidade estabelecidos.

A execução ocorreu no período de **26/06/2025 a 28/07/2025**.

Este atestado é fornecido a pedido da interessada para fins de comprovação de aptidão técnica em processo licitatório.

Feira de Santana, 01 de Agosto de 2025

g v.b

Documento assinado digitalmente

LARISSA MATOS MARQUES

Data: 01/08/2025 07:14:20 -0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**EMPRESA: ALLEVIARE CLÍNICA DE ESPECIALIDADES**  
**CNPJ: 34.146.388/0001-55**



**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia



**CERTIDÃO ESTADUAL**  
**CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU**

**CERTIDÃO Nº: 00895260E**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (<https://portalcertidoes.tjba.jus.br/#/primeirograu>).

CERTIFICO que, pesquisando os registros dos sistemas eletrônicos de distribuição de processos deste Estado da Bahia, anteriores à data de 01/08/2025, verifiquei **NÃO CONSTAR** em nome da parte abaixo indicada:

**Razão Social:** QUIDIMA SOUZA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA  
**CNPJ:** 61.489.814/0001-26  
**Endereço:** RUA SÃO MARCELO, 237 ZILDOLÂNDIA ITABUNA -BA

Esta certidão abrange as ações ativas de falência e recuperação judicial e extrajudicial, em que a pessoa pesquisada figure no pólo passivo, para as ações de falência e pólo ativo, para as ações de recuperação judicial / extrajudicial, com exceção dos processos em segredo de justiça.

Em caso de inconformidade, entrar em contato com a Seção de Certidões - SEDEC através do endereço eletrônico [sedec@tjba.jus.br](mailto:sedec@tjba.jus.br).

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário, tendo em vista que a base de dados pesquisada para a emissão desta certidão não possui conexão com nenhuma outra base de dados de outra instituição pública ou da Receita Federal.

Esta certidão é emitida sem custas e tem validade de 30 dias, a partir da sua data de emissão. Após este prazo, será necessária a emissão de nova certidão.

Salvador/BA, sexta-feira, 1 de agosto de 2025



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ.  
CNPJ: 13.846.902/0001-95  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS.

# ATA DE SESSÃO

000163

**ATA Nº 003 DE SESSÃO DE ABERTURA DE ENVELOPE E JULGAMENTO DE  
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 062/2025  
CREDENCIAMENTO Nº 006/2025**

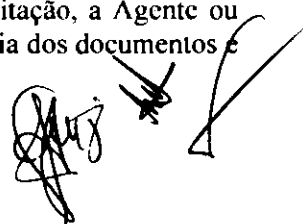
**OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025.**

Aos 4º (quarto dia) do mês de agosto de 2025 às 14:00 reuniu-se a agente de contratação **Lamarthinna de Jesus dos Santos**, e equipe de apoio composta por **Jocélia Soares de Araújo** e **Glauber Souza dos Santos**, membros designados pela 0062, de 03 de janeiro de 2025, com a finalidade de analisar as documentações alusivas ao Credenciamento nº. 006/2025. O aviso da chamada pública para credenciamento de interessados foi amplamente divulgado nos seguintes locais: na **Imprensa Oficial do Município de Itacaré**, jornal de grande circulação no Estado, **Diário Oficial da União** e **PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas)** na edição do dia **17 de fevereiro de 2025**. O início do credenciamento se deu a partir de 21/02/2025. O acesso ao credenciamento é livre a todos os interessados da pessoa jurídica compatível com o objeto licitado que comprovem possuir os requisitos necessários à execução dos serviços, por meio da apresentação dos documentos listados no presente edital a partir da data de sua publicação.

Este Credenciamento ficará aberto, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados, conforme art. 5 da Lei Municipal 426/2022. Foram recebidos alguns envelopes, contendo documentos alusivos ao credenciamento, os quais foram analisados e já contratados, de acordo a necessidade da secretaria. Passando esta fase, foram protocolados novos documentos no setor de licitação. Reunindo esta comissão no dia de hoje para análise dos documentos recebidos até a presente data, informa a senhora Agente de Contratação, que o credenciamento permanecerá em aberto de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados, conforme art. 5 da Lei Municipal 426/2022. Passando para fase de abertura e análise dos documentos, conforme segue:

ITEM	EMPRESA	SERVIÇOS PRESTADOS	SITUAÇÃO
01	<b>GABRIEL PENA MACHADO</b> CNPJ: 50.515.850/0001-09	LOTE 02- ITENS 01 E 02.	APTA
02	<b>NEUROMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA</b> CNPJ: 30.066.429/0001-42. DR ALCIONE MENDES DE SOUSA	LOTE 03- ITEM 15	APTA
03	<b>QUEDIMA SOUSA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA</b> CNPJ: 61.489.814/0001-26	LOTE 01 ATENÇÃO BÁSICA ITEM 01; ITEM 02 E ITEM 03. LOTE 02: ITEM ITEM 01; ITEM 02; ITEM 03 E ITEM 04	APTA

A agente de contratação srª Lamarthinna de Jesus dos Santos, relatou no quadro acima o resultado da análise, com base no item 9 do edital. Na análise dos documentos de habilitação, a Agente ou Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

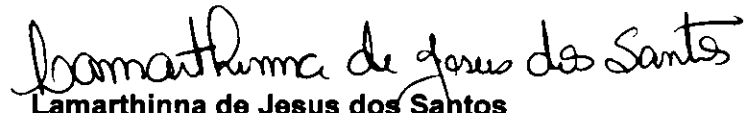

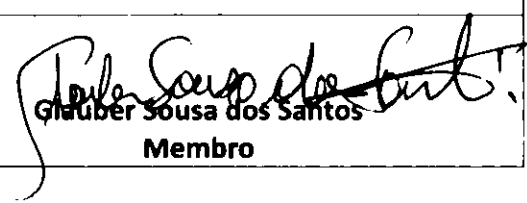
sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação. Após relatada as faltas, explica a senhora agente de contratação, que será publicado o resultado da análise e aberto o prazo de até 05 dias, para que as empresas possam sanar as falhas, O

1.1. Após a declaração de habilitação do prestador interessado, não havendo manifestação recursal, a Autoridade Competente opinará sobre a adjudicação do credenciado.

1.2. No caso de interposição de recurso, caberá à Autoridade Competente, após decisão do recurso, opinar pela adjudicação do credenciado.

1.3. A autoridade competente homologará o credenciamento, convocando o credenciado a assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente.

Após relatos na ata, a Sr.<sup>a</sup> **Lamarthinna de Jesus dos Santos** (Agente de contratação) juntamente com os demais membros da Comissão, vistou todos os documentos protocolados, informando sanada as falhas apresentadas, por maior parte das empresas, seguirá com nova publicação de resultado após 05 dias, estando estas habilitadas, seguirá para fase de adjudicação.

RESULTADO	
A Sr. <sup>a</sup> Presidente registra que o resultado da chamada pública será divulgado no Diário Oficial do Município, através do seguinte endereço: <a href="http://www.itacare.ba.gov.br">www.itacare.ba.gov.br</a>	
ENCERRAMENTO	
Nada mais a registrar, a Sr. <sup>a</sup> Lamarthinna de Jesus dos Santos deu por encerrado os trabalhos da reunião às 16:30 lavrando-se a presente ata, que vai assinada por membros presente.	
<div style="text-align: center;"> <b>Lamarthinna de Jesus dos Santos</b> Agente de Contratação - Portaria nº 0001/25</div>	
<div style="text-align: center;"> <b>Jocélia Soares de Araújo</b> Membro</div>	<div style="text-align: center;"> <b>Glauber Sousa dos Santos</b> Membro</div>



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ.  
CNPJ: 13.846.902/0001-95  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS.

# AVISO DE RESULTADO

000166



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ: 13.846.902/0001-95

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



**AVISO DE RESULTADO Nº 003**

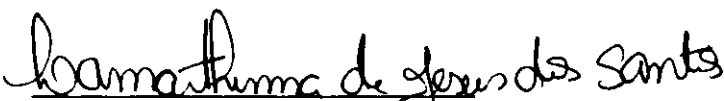
**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2025 - CREDENCIAMENTO 006/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 062/2025**

A Agente de contratação do Município de Itacaré, sr<sup>a</sup> Lamarthinna de Jesus dos Santos, torna público o resultado da análise e julgamento dos documentos apresentados por empresas interessadas no **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025.** Informa que os documentos de habilitação foram analisados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, nos termos dos itens 8 e 9 do edital de Credenciamento nº 006/2025, estando esta Apta a seguir com Adjudicação, conforme a necessidade do Município. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Decreto nº 1.143, de 25 de janeiro de 2023.

ITEM	EMPRESA	SERVIÇOS PRESTADOS	SITUAÇÃO
01	<b>GABRIEL PENA MACHADO</b> CNPJ: 50.515.850/0001-09	LOTE 02- ITENS 01 E 02.	APTA
02	<b>NEUROMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA</b> CNPJ: 30.066.429/0001-42. DR ALCIONE MENDES DE SOUSA	LOTE 03- ITEM 15	APTA
03	<b>QUEDIMA SOUSA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA CNPJ: 61.489.814/0001-26</b>	LOTE 01 ATENÇÃO BÁSICA ITEM 01; ITEM 02 E ITEM 03. LOTE 02: ITEM ITEM 01; ITEM 02; ITEM 03 E ITEM 04	APTA

Os documentos entregues pelos interessados encontram-se no respectivo processo administrativo no Setor de Licitações localizado no Anexo da sede da Prefeitura Municipal, Rua Heraldo de Melo Lopes, Centro - Itacaré - Bahia CEP - 45.530-000 Outras informações podem ser obtidas através do e-mail: [itacare.licitacoes@gmail.com](mailto:itacare.licitacoes@gmail.com).

Itacaré/BA, 04 de agosto de 2025.

  
**Lamarthinna de Jesus dos Santos**  
Agente de Contratação - Portaria nº 0001/25.



## Licitações



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ: 13.846.902/0001-95  
  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



### AVISO DE RESULTADO Nº 003

#### CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2025 - CREDENCIAMENTO 006/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO 062/2025

A Agente de contratação do Município de Itacaré, srª Lamarthinna de Jesus dos Santos, torna público o resultado da análise e julgamento dos documentos apresentados por empresas interessadas no **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025.** Informa que os documentos de habilitação foram analisados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, nos termos dos itens 8 e 9 do edital de Credenciamento nº 006/2025, estando esta Apta a seguir com Adjudicação, conforme a necessidade do Município. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Decreto nº 1.143, de 25 de janeiro de 2023.

ITEM	EMPRESA	SERVIÇOS PRESTADOS	SITUAÇÃO
01	<b>GABRIEL PENA MACHADO</b> CNPJ: 50.515.850/0001-09	LOTE 02- ITENS 01 E 02.	APTA
02	<b>NEUROMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA</b> CNPJ: 30.066.429/0001-42. DR ALCIONE MENDES DE SOUSA	LOTE 03- ITEM 15	APTA
03	<b>QUEDIMA SOUSA SERVIÇOS MÉDICOS</b> LTDA CNPJ: 61.489.814/0001-26	LOTE 01 ATENÇÃO BÁSICA ITEM 01; ITEM 02 E ITEM 03. LOTE 02: ITEM ITEM 01; ITEM 02; ITEM 03 E ITEM 04	APTA

Os documentos entregues pelos interessados encontram-se no respectivo processo administrativo no Setor de Licitações localizado no Anexo da sede da Prefeitura Municipal, Rua Heraldo de Melo Lopes, Centro - Itacaré - Bahia CEP - 45.530-000 Outras informações podem ser obtidas através do e-mail: [itacarelicitacoes@gmail.com](mailto:itacarelicitacoes@gmail.com).

Itacaré/BA, 04 de agosto de 2025.

**Lamarthinna de Jesus dos Santos**  
Agente de Contratação - Portaria nº 0001/25.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
Rua Heraldo de Melo Lopes, Centro - Itacaré - Bahia CEP - 45.530-000.  
E-mail: [itacarelicitacoes@gmail.com](mailto:itacarelicitacoes@gmail.com)

Home > Editais

# Edital de Chamamento Público nº 000006/2025

Última atualização 28/03/2025

**Local:** Itacaré/BA **Órgão:** MUNICIPIO DE ITACARE

**Unidade compradora:** 13846902000195-001 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ

**Modalidade da contratação:** Credenciamento **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 79, II

**Tipo:** Edital de Chamamento Público **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

**Fonte orçamentária:** Não informada

**Data de divulgação no PNCP:** 14/02/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

**Data de início de recebimento de propostas:** 12/03/2025 14:15 (horário de Brasília)

**Data fim de recebimento de propostas:** 12/03/2025 14:15 (horário de Brasília)

**Id contratação PNCP:** 13846902000195-1-000041/2025 **Fonte:** E & L PRODUCOES DE SOFTWARE LTDA

## Objeto:

CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE. EXERCÍCIO DE 2025.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 312.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 4.056.000,00

Itens

Arquivos

Contratos/Empenhos

Histórico

Nome

Data

Tipo

ADJUDICACAO E HOMOLOGACAO N° 02- CREDENCIAMENTO 00

05/05/2025

Outros Documentos

4. EXTRATO.docx

25/06/2025

Termo de Referência

AVISO DE RESULTADO NO 03- CREDENCIAMENTO 006-2025

04/08/2025

Outros Documentos

Exibir

5

6-8 de 8 itens

Página

2

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado a divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novo diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764 de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta, legal, homologada pelos indicados a compor o auxílio comitê.

A adequação, fidelidade e conteúdo das informações e dos arquivos relativos às contabilizações disponibilizadas no PNCIP por força da Lei nº 14.133/2021 são do exclusiva responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

📄 <https://portal.deservicos.gestao.gov.br>

📞 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Tudo destinado a exibição de informações relacionadas a licença de uso.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ.  
CNPJ: 13.846.902/0001-95  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS.

# ADJUDICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO

000171



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ: 13.846.902/0001-95

000172



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE Nº 3  
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2025 - CREDENCIAMENTO 006/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 062/2025**

O Prefeito Municipal de Itacaré, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais à vista dos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025**, em especial às deliberações da Comissão de Licitação.

**CONSIDERANDO** a legalidade dos atos praticados pela equipe de Licitação no curso do referido processo que deu origem ao **CREDENCIAMENTO Nº 006/2025**, destinado **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025;**

**CONSIDERANDO** os documentos apresentados pelas empresas interessadas, que estão em conformidade com os itens 08 e 09 DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO e da PROPOSTA DE PREÇO do edital licitatório;

**CONSIDERANDO**- O resultado da análise da proposta de preço e documentos de habilitação, divulgado pela Agente de contratação sr<sup>a</sup> Lamarthinna de Jesus dos Santos, em 04 de agosto de 2025, o qual declarou Apta a empresa interessada no credenciamento 006/2025 (3ª FASE)

**CONSIDERANDO** a conclusão da fase recursal, não havendo manifestação de recursos.

**CONSIDERANDO** que a empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulado, diante das normas e diretrizes contidas no Edital de **CREDENCIAMENTO Nº 006/2025;**

**RESOLVE:**

**HOMOLOGAR E ADJUDICAR** os atos processuais realizados até o presente momento, incluindo o resultado da análise da habilitação do (s) seguinte (s) interessado (s):

	EMPRESA	SERVIÇOS PRESTADOS
01	<b>GABRIEL PENA MACHADO</b> CNPJ: 50.515.850/0001-09	<b>LOTE 2 - HOSPITAIS</b> ITEM 01: MÉDICO CLINICO PLANTONISTA (24 HORAS O PLANTÃO / VALOR DA HORA R\$ 88,34).  ITEM 02: MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA (12 HORAS PLANTÃO / VALOR DA HORA R\$ 93,33)  ITEM 03: MÉDICO CLINICO PLANTONISTA- HOSPITAL MUNICIPAL GABRIEL MOTTA BARROS EM TABOQUINHAS (24 HORAS O PLANTÃO / VALOR DA HORA R\$ 75,08).  ITEM 04: MÉDICO CLINICO PLANTONISTA- HOSPITAL MUNICIPAL GABRIEL MOTTA BARROS EM TABOQUINHAS (24HORAS AOS SÁBADOS E DOMINGOS / VALOR DA HORA R\$ 88,34).



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ: 13.846.902/0001-95

000173



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

02	NEUROMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA CNPJ: 30.066.429/0001-42. DR ALCIONE MENDES DE SOUSA	<b>LOTE 3 - PROFISSIONAIS LIBERAIS</b>  ITEM 15: MÉDICO ESPECIALIZADO. O SERVIÇO MÉDICO ESPECIALIZADO EM NEUROLOGIA CLÍNICA SERÁ PRESTADO NAS UNIDADES DE SAÚDE DE ITACARÉ E TABOQUINHAS, COM A REALIZAÇÃO DE ATÉ 35 CONSULTAS POR ATENDIMENTO VALOR DA CONSULTA R\$ 361,00)
04	QUEDIMA SOUZA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA CNPJ: 61.489.814/0001-26	<b>LOTE 1 - ATENÇÃO BÁSICA</b>  ITEM 01- MÉDICO CLÍNICO PSF (160 HORAS MENSAIS / VALOR DA HORA R\$ 81,25).  ITEM 02- MÉDICO CLÍNICO EAP-( 120HORAS MENSAIS/VALOR R\$ 81,25).  ITEM 03- MÉDICO CLÍNICO INTINERANTE-120 HORAS MENSAIS/VALOR DA HORA R\$ 81,25).  <b>LOTE 2 - HOSPITAIS</b>  ITEM 01: MÉDICO CLINICO PLANTONISTA- HOSPITAL MUNICIPAL DE ITACARÉ- (24 HORAS O PLANTÃO / VALOR DA HORA R\$ 88,34).  ITEM 02: MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA - HOSPITAL MUNICIPAL DE ITACARÉ-(12 HORAS PLANTÃO / VALOR DA HORA R\$ 93,33)  ITEM 03: MÉDICO CLINICO PLANTONISTA- HOSPITAL MUNICIPAL GABRIEL MOTTA BARROS EM TABOQUINHAS (24 HORAS O PLANTÃO / VALOR DA HORA R\$ 75,08).  ITEM 04: MÉDICO CLINICO PLANTONISTA- HOSPITAL MUNICIPAL GABRIEL MOTTA BARROS EM TABOQUINHAS (24HORAS AOS SÁBADOS E DOMINGOS / VALOR DA HORA R\$ 88,34).

Publica-se na forma da lei.

Itacaré/Ba, 08 de agostos 2025de 2025

*Edson Arante Santos Mendes*

MUNICÍPIO DE ITACARÉ/BA

CNPJ: 13.846.902/0001-95

Edson Arante Santos Mendes- Prefeito Municipal



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO  
SEFAZ - SECRETARIA DA FAZENDA MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

000174

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO**  
**Nº 6323/2025**

**Empresa:**

**NEUROMED SERVICOS MEDICOS EIRELI**

**CNPJ/CPF: 30.066.429/0001-42**

**Endereço: DOUTOR GUILHERME DIAS**

**Número: 171A Bairro: CENTRO**

**Cidade: Brumado**

**Estado: BA**

**Insc. Cadastral: 4125665**

**Atividade:**

EM CUMPRIMENTO A SOLICITAÇÃO DO(A) CONTRIBUINTE ACIMA ESPECIFICADO(A), E RESSALVANDO O DIREITO DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE PESQUISAR, INSCREVER E COBRAR A QUALQUER TEMPO AS DÍVIDAS QUE VENHAM A SER APURADAS, CERTIFICAMOS PARA TODOS OS FINS EM DIREITO PERMITIDOS QUE, MANDANDO REVER OS REGISTROS TRIBUTÁRIOS, CONSTATAMOS NÃO EXISTIREM DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA EM NOME DO(A) MESMO(A).

**Observação:** Esta certidão tem validade de 90 (NOVENTA) dias.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço [www.brumado.ba.gov.br](http://www.brumado.ba.gov.br).

Conforme código de controle informado abaixo.

Certidão emitida via internet em:

[sefaz.brumado.ba.gov.br/portalsefaz](http://sefaz.brumado.ba.gov.br/portalsefaz)

Certidão Emitida em: 05/08/2025

Certidão Válida até: 02/11/2025

Certidão de Controle da Certidão:

411372.6323.20250804.S62.8607983



**Licitações**

000175



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ: 13.846.902/0001-95



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE Nº 3  
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2025 - CREDENCIAMENTO 006/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 062/2025

O Prefeito Municipal de Itacaré, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais à vista dos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025**, em especial às deliberações da Comissão de Licitação.

**CONSIDERANDO** a legalidade dos atos praticados pela equipe de Licitação no curso do referido processo que deu origem ao **CREDENCIAMENTO Nº 006/2025**, destinado **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025;**

**CONSIDERANDO** os documentos apresentados pelas empresas interessadas, que estão em conformidade com os itens 08 e 09 DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO e da PROPOSTA DE PREÇO do edital licitatório;

**CONSIDERANDO**- O resultado da análise da proposta de preço e documentos de habilitação, divulgado pela Agente de contratação srª Lamarthinna de Jesus dos Santos, em 04 de agosto de 2025, o qual declarou Apta a empresa interessada no credenciamento 006/2025 (3ª FASE)

**CONSIDERANDO** a conclusão da fase recursal, não havendo manifestação de recursos.

**CONSIDERANDO** que a empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulado, diante das normas e diretrizes contidas no Edital de **CREDENCIAMENTO Nº 006/2025;**

**RESOLVE:**

**HOMOLOGAR E ADJUDICAR** os atos processuais realizados até o presente momento, incluindo o resultado da análise da habilitação do (s) seguinte (s) interessado (s):

	EMPRESA	SERVIÇOS PRESTADOS
01	<b>GABRIEL PENA MACHADO</b> CNPJ: 50.515.850/0001-09	<b>LOTE 2 - HOSPITAIS</b> ITEM 01: MÉDICO CLINICO PLANTONISTA (24 HORAS O PLANTÃO / VALOR DA HORA R\$ 88,34).  ITEM 02: MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA (12 HORAS PLANTÃO / VALOR DA HORA R\$ 93,33)  ITEM 03: MÉDICO CLINICO PLANTONISTA- HOSPITAL MUNICIPAL GABRIEL MOTTA BARROS EM TABOQUINHAS (24 HORAS O PLANTÃO / VALOR DA HORA R\$ 75,08).  ITEM 04: MÉDICO CLINICO PLANTONISTA- HOSPITAL MUNICIPAL GABRIEL MOTTA BARROS EM TABOQUINHAS (24HORAS AOS SÁBADOS E DOMINGOS / VALOR DA HORA R\$ 88,34).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ - CNPJ/ME Nº 13.846.902/0001-95  
Rua Heraldo Lopes S/N, Centro- Itacaré-Bahia, CEP: 45.530-000  
E-mail: itacare.licitacoes@gmail.com



000176



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ: 13.846.902/0001-95



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

02	NEUROMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA CNPJ: 30.066.429/0001-42. DR ALCIONE MENDES DE SOUSA	<b>LOTE 3 - PROFISSIONAIS LIBERAIS</b>  ITEM 15: MÉDICO ESPECIALIZADO. O SERVIÇO MÉDICO ESPECIALIZADO EM NEUROLOGIA CLÍNICA SERÁ PRESTADO NAS UNIDADES DE SAÚDE DE ITACARÉ E TABOQUINHAS, COM A REALIZAÇÃO DE ATÉ 35 CONSULTAS POR ATENDIMENTO VALOR DA CONSULTA R\$ 361,00)
04	QUEDIMA SOUZA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA CNPJ: 61.489.814/0001-26	<b>LOTE 1 - ATENÇÃO BÁSICA</b>  ITEM 01- MÉDICO CLÍNICO PSF (160 HORAS MENSAIS / VALOR DA HORA R\$ 81,25).  ITEM 02- MÉDICO CLÍNICO EAP-( 120HORAS MENSAIS/VALOR R\$ 81,25).  ITEM 03- MÉDICO CLÍNICO INTINERANTE-120 HORAS MENSAIS/VALOR DA HORA R\$ 81,25).  <b>LOTE 2 - HOSPITAIS</b>  ITEM 01: MÉDICO CLINICO PLANTONISTA- HOSPITAL MUNICIPAL DE ITACARÉ- (24 HORAS O PLANTÃO / VALOR DA HORA R\$ 88,34).  ITEM 02: MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA - HOSPITAL MUNICIPAL DE ITACARÉ-(12 HORAS PLANTÃO / VALOR DA HORA R\$ 93,33)  ITEM 03: MÉDICO CLINICO PLANTONISTA- HOSPITAL MUNICIPAL GABRIEL MOTTA BARROS EM TABOQUINHAS (24 HORAS O PLANTÃO / VALOR DA HORA R\$ 75,08).  ITEM 04: MÉDICO CLINICO PLANTONISTA- HOSPITAL MUNICIPAL GABRIEL MOTTA BARROS EM TABOQUINHAS (24HORAS AOS SÁBADOS E DOMINGOS / VALOR DA HORA R\$ 88,34).

Publica-se na forma da lei.

Itacaré/Ba, 08 de agostos 2025de 2025

**MUNICÍPIO DE ITACARÉ/BA**  
CNPJ: 13.846.902/0001-95  
Edson Arante Santos Mendes- Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ - CNPJ/MF Nº 13.846.902/0001-95  
Rua Heraldo Lopes S/N, Centro- Itacaré-Bahia, CEP: 45.530-000  
E-mail: itacare.hcitacoes@gmail.com

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: OUMYMTWCWMDVENEI1NUIXMK

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

# Edital de Chamamento Público nº 000006/2025

Última atualização 28/03/2025



Portal Nacional de Contratações Públicas



Entrar

**Unidade compradora:** 13846902000195-001 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ

**Modalidade da contratação:** Credenciamento    **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 79, II

**Tipo:** Edital de Chamamento Público    **Modo de disputa:** Não se aplica    **Registro de preço:** Não

**Fonte orçamentária:** Não informada

**Data de divulgação no PNCP:** 14/02/2025    **Situação:** Divulgada no PNCP

**Data de início de recebimento de propostas:** 12/03/2025 14:15 (horário de Brasília)

**Data fim de recebimento de propostas:** 12/03/2025 14:15 (horário de Brasília)

**Id contratação PNCP:** 13846902000195-1-000041/2025    **Fonte:** E & L PRODUCOES DE SOFTWARE LTDA

**Objeto:**

CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE. EXERCÍCIO DE 2025.

**VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA**

R\$ 312.000,00

**VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA**

R\$ 4.056.000,00

Itens    Arquivos    Contratos/Empenhos    Histórico

Nome ↕	Data ↕	Tipo ↕
ADJUDICACAO E HOMOLOGACAO Nº 02- CREDENCIAMENTO 00	05/05/2025	Outros Documentos
4. EXTRATO.docx	25/06/2025	Termo de Referência
AVISO DE RESULTADO Nº 03- CREDENCIAMENTO 006-2025	04/08/2025	Outros Documentos
ADJUDICACAO E HOMOLOGACAO Nº 03- CREDENCIAMENTO 00	08/08/2025	Outros Documentos

Exibir

5

6-9 de 9 itens

Página

2



< Voltar




Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novo diploma.


É gerido pelo Comité Gestor da Rede Nacional de Contestações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

000178

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto do construtor de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o auxílio comitê.

A adequação, fidelidade e correção das informações e dos arquivos relativos as contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de exclusiva responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

 <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Tudo aquilo que a vida nos oferece é gratuito e não tem preço.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ.  
CNPJ: 13.846.902/0001-95  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS.

# CONTRATO

000179



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTRATO Nº 269/ 2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 062/2025  
CREDENCIAMENTO Nº 006/2025- CHAMADA PUBLICA Nº 006/2025  
3ª FASE

O MUNICÍPIO DE ITACARÉ, Estado da Bahia, com sede na Rua Heraldo de Melo Lopes, Centro – Itacaré – Bahia, CEP 45.530-000, CNPJ nº 13.846.902/0001-95, representada neste ato pelo Prefeito Municipal o Sr. Edson Arante Santos Mendes, inscrito no CPF nº 004.875.375-05, Carteira de Identidade nº 08.398.663-48 SSP-BA, residente e domiciliado nesta cidade – doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **50.515.850 GABRIEL PENA MACHADO**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 50.515.850/0001-09, sediado na Rua Leonardo Magalhães, bairro Centro, Itacaré/BA, CEP 45.530-000, , neste ato representado pelo senhor Gabriel Pena Machado, portador do RG nº 4834333 SSP/GO e do CPF nº 009.155.618-36, doravante designado **CONTRATADA**, nos termos dos termos do art. 74, IV e 79 da Lei Federal nº 14.133/2022, Decreto Municipal nº 1.143/23, e demais normas complementares, de acordo com o edital de CREDENCIAMENTO Nº 006/2025, resolvem firmar o presente **CONTRATO Nº 269/2025**, em conformidade com as condições e cláusulas que se seguem:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação por **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência/ Projeto Básico (anexo I).

**1. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência do contrato é de **24 (Vinte e quatro) meses**, prorrogável para até 5 (cinco) anos, contados da data de sua assinatura, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência da contratação é contado da data de assinatura registrado no extrato de contrato publicado no PNCP e diário oficial do Município, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato

2.4. O termo de credenciamento poderá ser rescindido a qualquer tempo pela Administração Pública, mediante notificação formal, sem prejuízo da manutenção das obrigações contraídas durante a vigência do contrato.

2.5. A vigência do contrato poderá ser prorrogada por períodos sucessivos, desde que haja necessidade de continuidade dos serviços e que atenda os termos do art. 107 da Lei 14.133/21.

2.6. A(s) prorrogação(ões) do(s) prazo(s) de vigência do contrato deve(m) ser instrumentalizada(s) através de aditivo contratual, instruído conforme definido nas legislações vigentes.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. A execução dos serviços médicos nos Programas de Saúde da Família (PSF), nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e nos hospitais do município de Itacaré será realizada de forma planejada e integrada, garantindo a continuidade e a qualidade da assistência à população. A contratação dos profissionais seguirá o modelo de prestação de

**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

serviços via Pessoa Jurídica (PJ), assegurando a conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e os princípios da Atenção Primária à Saúde (APS).

**3.2.** Nos Programas de Saúde da Família (PSF), os médicos desempenharão um papel central na promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento contínuo dos pacientes. Atuando em equipes multiprofissionais, os profissionais serão responsáveis pela realização de consultas clínicas, acompanhamento de gestantes, crianças, idosos e pacientes com doenças crônicas, além de visitas domiciliares para atendimento de pacientes acamados ou com dificuldades de locomoção. A execução dos serviços também incluirá atividades de educação em saúde, visando à promoção de hábitos saudáveis e ao fortalecimento do vínculo entre profissionais e comunidade. O registro adequado das informações no e-SUS PEC e nos demais sistemas de informação em saúde será obrigatório, garantindo a rastreabilidade dos atendimentos e a qualificação dos dados epidemiológicos do município.

**3.3.** Nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), os médicos atuarão na atenção primária, realizando consultas, exames clínicos, avaliações preventivas e encaminhamentos para serviços de média e alta complexidade quando necessário. A distribuição dos atendimentos será feita conforme a demanda de cada unidade, priorizando o acesso equitativo da população aos serviços de saúde. Além das consultas individuais, os médicos também participarão de ações coletivas, como palestras, grupos de educação em saúde e campanhas de vacinação, reforçando a importância da atenção primária como porta de entrada do sistema de saúde.

**3.4.** No Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), os médicos psiquiatras serão responsáveis pelo atendimento especializado de pacientes com transtornos mentais severos e persistentes, além de casos de dependência química. O serviço incluirá consultas individuais, prescrição e acompanhamento do uso de psicofármacos, participação em grupos terapêuticos, suporte às famílias e articulação com a rede intersetorial para garantir o cuidado integral dos pacientes. A execução dos serviços seguirá os princípios da Reforma Psiquiátrica, priorizando a desinstitucionalização e o tratamento humanizado.

**3.5.** Nos hospitais municipais, os médicos atuarão em regime de plantão, prestando assistência nas áreas de urgência e emergência, internações clínicas, obstetrícia, apoio a procedimentos cirúrgicos e atendimento de pacientes em observação. A atuação hospitalar incluirá diagnóstico clínico, solicitação e interpretação de exames complementares, condução de tratamentos e participação em protocolos assistenciais específicos. Os profissionais trabalharão de forma integrada às equipes de enfermagem, fisioterapia e outros profissionais de saúde, assegurando um atendimento qualificado e resolutivo.

**3.6.** Para garantir a efetividade da execução dos serviços, serão adotados mecanismos de monitoramento e avaliação contínuos, incluindo supervisão técnica, auditorias médicas, análise de produtividade e acompanhamento de indicadores de qualidade. A Secretaria Municipal de Saúde estabelecerá critérios rigorosos para o cumprimento das obrigações contratuais, assegurando que a prestação dos serviços médicos nos PSF, UBS, CAPS e hospitais ocorra de maneira eficiente, humanizada e em consonância com as necessidades da população de Itacaré.

**3.7.** O termo de credenciamento poderá ser rescindido a qualquer tempo pela Administração Pública, mediante notificação formal, sem prejuízo da manutenção das obrigações contraídas durante a vigência do contrato.

**3.8.** A Contratada fica responsável ainda pela observância de todas as Normas e legislações pertinentes ao ramo de atividade.

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal estimado para a contratação é **R\$ 150.203,28 (Cento e cinquenta mil, duzentos e três mil, seiscentos e quatro reais e oitenta centavos)**, sendo o valor mensal estimado de **R\$ 63.604,80 (Sessenta e três mil, seiscentos e quatro reais e oitenta centavos)**, referente ao item 01 do lote 02; o valor mensal estimado de **R\$ 33.598,80 (Trinta e três mil, quinhentos e noventa e oito reais e oitenta centavos)** referente ao item 02 do lote 02; o valor mensal estimado de **R\$ 36.038,40 (Trinta e seis mil, trinta e oito reais e quarenta centavos)** referente ao item 03 do lote 02; e o valor mensal estimado de **R\$ 16.961,28 (Dezesseis mil, novecentos e sessenta e um reais e vinte e oito centavos)** referente ao item 04 do lote 02, conforme descrição dos itens abaixo:

LOTE	ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO	UND	QUANT. MENSAL	VALOR DA HORA
02	01	<b>MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA:</b> O serviço médico plantonista será prestado no Hospital Municipal de Itacaré, com regime de plantão de 24 horas, garantindo atendimento contínuo e de qualidade aos usuários. O profissional será responsável por realizar atendimentos de pronto atendimento, incluindo triagem, diagnóstico e manejo de urgências e emergências clínicas, pediátricas e traumáticas, além de prestar assistência integral à saúde da mulher, com a realização de partos naturais. Quando necessário, o médico também deverá acompanhar transferências de pacientes realizadas via SAMU ou ambulância do hospital, assegurando a continuidade e a segurança do cuidado durante o transporte. O serviço incluirá ainda o acompanhamento de pacientes internados, garantindo a monitorização constante de sua evolução clínica. O serviço será conduzido de acordo com os protocolos do SUS e as diretrizes hospitalares, promovendo um atendimento humanizado, resolutivo e eficiente, visando à melhoria da saúde e bem-estar da comunidade atendida.	PLANTÃO/ HORAS	720HRS	R\$ 88,34
02	02	<b>MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA:</b> O serviço médico plantonista será prestado no Hospital Municipal de Itacaré, com regime de plantão de 12 horas, garantindo atendimento contínuo e de qualidade aos usuários. O profissional será responsável por realizar atendimentos de pronto atendimento, incluindo triagem, diagnóstico e manejo de urgências e emergências clínicas, pediátricas e traumáticas, além de prestar assistência integral à saúde da mulher, com a realização de partos naturais.	PLANTÃO/ HORAS	360 HRS	R\$ 93,33
02	03	<b>MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA:</b> O serviço médico plantonista será prestado no Hospital Municipal Gabriel Motta Barros em Taboquinhas, com regime de plantão de 24 horas, de segunda a sexta-feira, garantindo atendimento contínuo e de qualidade aos usuários. O profissional será responsável por realizar atendimentos de pronto atendimento, incluindo triagem, diagnóstico e manejo de urgências e emergências clínicas, pediátricas e traumáticas, além de prestar assistência integral à saúde da mulher, com a	PLANTÃO/ HORAS	480HRS	R\$ 75,08



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ITACARÉ**

ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ: 13.846.902/0001-95

000183



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

		realização de partos naturais. Quando necessário, o médico também deverá acompanhar transferências de pacientes realizadas via SAMU ou ambulância do hospital, assegurando a continuidade e a segurança do cuidado durante o transporte. O serviço incluirá ainda o acompanhamento de pacientes internados, garantindo a monitorização constante de sua evolução clínica. O serviço será conduzido de acordo com os protocolos do SUS e as diretrizes hospitalares, promovendo um atendimento humanizado, resolutivo e eficiente, visando à melhoria da saúde e bem-estar da comunidade atendida.			
02	04	<b>MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA:</b> O serviço médico plantonista será prestado no Hospital Municipal Gabriel Motta Barros em Taboquinhas, com regime de plantão de 24 horas, aos sábados e domingos, garantindo atendimento contínuo e de qualidade aos usuários. O profissional será responsável por realizar atendimentos de pronto atendimento, incluindo triagem, diagnóstico e manejo de urgências e emergências clínicas, pediátricas e traumáticas, além de prestar assistência integral à saúde da mulher, com a realização de partos naturais. Quando necessário, o médico também deverá acompanhar transferências de pacientes realizadas via SAMU ou ambulância do hospital, assegurando a continuidade e a segurança do cuidado durante o transporte. O serviço incluirá ainda o acompanhamento de pacientes internados, garantindo a monitorização constante de sua evolução clínica. O serviço será conduzido de acordo com os protocolos do SUS e as diretrizes hospitalares, promovendo um atendimento humanizado, resolutivo e eficiente, visando à melhoria da saúde e bem-estar da comunidade atendida.	PLANTÃO/ HORAS	192HRS	R\$ 88,34

**5.2.** Os itens acima serão executados pelo médico **GABRIEL PENA MACHADO, CRM 40399/BA.**

**5.3.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação

**5.4.** As despesas serão computadas da seguinte forma: **60% despesa com pessoal e 40% serão computados em insumos, conforme o art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal**

**6. CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO**

**Recebimento**

**6.1.** O pagamento à contratada será efetuado mensalmente, de acordo os valores apurados no mês, até o 15º dia do mês subsequente do fornecimento/prestação dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo departamento responsável.

**6.2.** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, as Autorizações de Fornecimento/Ordens de serviços, devidamente assinadas por preposto autorizado pela chefe do





**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Poder Executivo, para conferência dos quantitativos efetivamente fornecidos. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

**6.3.** Havendo erro na fatura ou recusa pelo município na aceitação dos produtos entregues, no todo ou em parte, a tramitação da fatura será suspensa até que a Contratada tome as providências necessárias à sua correção, passando a ser considerada, para fins de pagamento a data da reapresentação, devidamente regularizada.

**6.4.** Nenhum pagamento sentará a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva dos produtos entregues total ou parcial.

**6.5.** A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ.

**6.6.** A Contratada deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal todas as certidões fiscais e trabalhista.

**6.7.** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**6.8.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**6.9.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Da Emissão e Liquidação da Nota Fiscal**

**6.10.** A nota fiscal somente poderá ser emitida após faturamento a execução mensal do bem.

**6.11.** a nota fiscal deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta de preço, bem como da nota de empenho, não se admitindo notas fiscais emitidas com outros CNPJ's, oportunidade em que deverá indicar, na própria nota fiscal, o código de serviço ou fornecimento da tabela da EFD – REINF, adequado ao objeto da contratação, devendo destacar nas notas fiscais o Imposto de Renda na Fonte, em observância as regras de retenção do IR dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e o RIR/2018, para fins de retenção quando do pagamento.

**6.12.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: prazo de validade, data de emissão, dados do contrato e do órgão Contratante, período respectivo da execução do contrato, valor a pagar, eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis, além de averiguar se a mesma está acompanhada com as devidas certidões de regularidade vigentes.

**6.13.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante;

**6.14.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

**6.15.** A Administração deverá solicitar as certidões fiscais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**6.16.** Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**6.17.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**6.18.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**6.19.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal ou trabalhista.

**Prazo de pagamento**

**6.20.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal ou após a execução do objeto, mediante a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, através de ordem bancária, para crédito em conta bancária de titularidade da empresa contratada.

**6.21.** O valor dos pagamentos eventualmente antecipados, nos moldes descritos no parágrafo primeiro do artigo 145 da lei, será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada pro rata die, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da entidade. Na hipótese de inexecução do objeto, fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado e no caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.

**6.22.** O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à Contratada, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicáveis à mora da Administração Pública, limitados a 12% ao ano.

**Forma de pagamento**

**6.23.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em **(Banco Nubank (0260)/ Agência: 0001/Conta Corrente: 45243570-0)**, indicados pelo contratado.

**6.24.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**6.25.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**6.25.1.** A Contratada no ato do envio de suas notas fiscais deverá apresentar também a "Declaração do regime tributário" ao qual a empresa está submetida e em caso de alteração do regime tributário, fica a empresa Contratada na obrigação de imediatamente informar à Contratante nova Declaração.

**6.25.2.** A Contratada, em sendo optante do Simples Nacional, está obrigada a enviar em anexo à nota fiscal, o extrato do Simples Nacional ou o recibo do PGDAS da última competência para conferência da alíquota aplicada/informada na Nota Fiscal, de acordo com art. 21 da Lei Complementar 123/2006, em seu § 4º.

**6.25.3.** A Contratada que seja beneficiada com o regime de CPRB – Contribuição Patronal sobre a Receita Bruta, deverá apresentar a Declaração em anexo à Nota Fiscal.

**6.25.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**6.26.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE GESTORA	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPESA	DE FONTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SÚDE	2027-2043	3390340000/ 3390390000	150010020000/ 160000000000

**8. CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE DE PREÇO**

8.1. Poderá haver alteração dos preços contratados para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

8.2. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

8.3. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

**9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA**

**DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

9.1. Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados
- Prestar os serviços contratados na Unidade de Saúde ou local designado pela Secretaria de Saúde, no horário determinado pela própria secretaria, conforme detalhado no objeto;
- Realizar atenção à saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade;
- Encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico deles;



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- e) Indicar, de forma compartilhada com outros pontos de atenção, a necessidade de internação hospitalar, mantendo o acompanhamento do usuário;
- f) Contribuir, realizar e participar das atividades de educação permanente de todos os membros da equipe;
- g) Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS, quando for o caso;
- h) Seguir as diretrizes e portarias do SUS (Sistema Único de Saúde) e do Ministério da Saúde;
- i) Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência do edital que fundamenta a contratação;
- j) Arcar com os custos inerentes a execução dos serviços objeto do contrato;
- k) Notificar a Administração, através da Secretaria de Saúde, imediatamente e por escrito de quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução dos serviços;
- l) Não transferir a outrem o objeto do Contrato;
- m) Manter sempre a qualidade na prestação do serviço executado;
- n) Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão da pessoa física contratada ou, sendo empresa, dos seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Secretaria Municipal de Saúde de Itacaré ou a terceiros;
- o) Assegurar ao Município as condições necessárias ao acompanhamento, a supervisão, ao controle, a fiscalização e auditoria da execução do objeto contratado, permitindo o livre acesso dos servidores do Município, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos relacionados direta e indiretamente ao contratado, quando no desempenho das atividades de acompanhamento e controle;
- p) Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, em observância ao princípio da urbanidade;
- q) Substituir imediatamente, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;
- r) Responder por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento da obrigação constante do item anterior;
- s) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Município de Itacaré;
- t) Relatar à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE do município toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- u) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, apresentando com a fatura mensal os comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista;
- v) Apresentar os documentos de cobrança exigidos no edital, inclusive nota fiscal, enviando ao setor de Administrativo da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE do município;
- w) Executar os serviços conforme proposto pela Contratante durante o prazo de vigência do contrato respeitando suas Cláusulas;
- x) Responder por erro de qualquer natureza relativo aos métodos utilizados seja na esfera administrativa, civil ou penal;
- y) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados de correntes do cumprimento deste Contrato, cabendo também a pessoa física contratada;
- z) Permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria Municipal de Saúde do município, em qualquer tempo, e mantê-la permanentemente informada a respeito do andamento dos mesmos;
- aa) Adotar fluxos, protocolos e sistemas informatizados quando implantado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE do município na execução do objeto do contrato, sem custo para a contratante;
- bb) Manter absoluto sigilo sobre quaisquer documentos, informações ou dados que tiver conhecimento ou acesso em decorrência da execução do serviço;



**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

cc) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

**9.1.1.** Fica proibida a cobrança de qualquer quantia, a qual quer título, dos serviços prestados aos usuários do SUS, ficando a contratada responsabilizada por qualquer cobrança indevida feita a usuário

**DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**9.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Credenciado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**9.3.** Cumprir o que consta no termo de referência;

**9.4.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, fixando-lhe prazo para as devidas correções.

**9.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**9.6.** Efetuar os pagamentos/repasses na forma e prazo estabelecidos;

**9.7.** Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

**9.8.** Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**9.9.** Publicar os extratos do contrato e de seus aditivos, se houver, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou no Diário Oficial do Município em até 10 (dez) dias úteis, contados da referida assinatura.

**9.10.** expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos municipais;

**9.11.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9.12.** E seguir os pontos :

a) Disponibilizar o local para atendimento dentro da Unidade de Saúde, sempre que for o caso, bem como acesso ao sistema eletrônico de registro das atividade de prontuário médico.

b) Proporcionar todas as condições para que o(a) Contratado(a) possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

c) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), de acordo com as cláusulas contratuais e o Termo de Referência do edital que fundamenta a contratação;

d) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

e) Notificar o(a) Contratado(a) por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades;

f) Pagar ao(a) Contratado(a) o valor resultante da prestação do serviço, na formado contrato;

g) Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;

h) Compete a contratante o recebimento, conferência e atestado das notas fiscais emitidas pelo(a) contratado(a);

i) Organizar e regular os fluxos dos usuários do SUS/Itacaré/BA;

j) Providenciar as inspeções da execução dos serviços, com vistas ao cumprimento dos prazos pelo(a) Contratado(a), fiscalização da qualidade dos serviços que estão sendo prestados;

k) Declarar os serviços efetivamente prestados

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO**

**10.1.** A forma da fiscalização e o fiscal e gestor ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, observados os seguintes termos:

**10.1.1.** A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização, sendo que a atuação fiscalizadora do Município em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

**10.2.** A execução do presente Contrato será avaliada pelo fiscal de contrato mediante procedimentos de supervisão local direta ou indireta, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições ora estabelecidas e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados, respeitados a contraditória e a ampla defesa.

**10.3.** A fiscalização da execução do objeto será efetuada pelo servidor **Naiana Alves Maia Reis, Maria Oliveira Lucas de Almeida, Renata Oliveira de Melo Lima**, conforme Portaria nº 046/2025, atendendo aos termos do artigo 117 da Lei 14.133/21.

**10.4.** A fiscalização da Prefeitura Municipal de Itacaré não diminui nem substitui a responsabilidade da Contratada, decorrente das obrigações assumidas.

**10.5.** Deverá ser comunicado por escrito (preferencialmente por meio de e-mail) à contratada, sempre que necessário, a ocorrência de qualquer medida que demande comunicação formal entre as partes contratantes;

**10.6.** A contratada, pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no ajuste, sem a devida justificativa aceita por este órgão, e sem prejuízo das demais sanções aplicáveis, ficará sujeita, a critério deste mesmo órgão, às penalidades de Sanção Administrativa previstas no Contrato;

**10.7.** A contratada facilitará o acompanhamento e o controle permanente, pela contratante, dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos auditores designados para tal fim;

**10.8.** A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

**10.9.** Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

**10.10.** O Gestor do Contrato será o Secretário da Pasta da referida contratação, autoridade competente para o gerenciamento das atividades relacionadas à execução do contrato, à fiscalização técnica e administrativa e dos atos necessários à formalização do contrato, da prorrogação, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro, alteração, acréscimo, supressão, pagamento, requerer aplicação de sanções, extinção dos contratos, entre outros.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD.**

**11.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**11.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**11.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**11.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os

**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**11.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**11.6.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados, quando for o caso, o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**11.7.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**11.8.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**11.9.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**11.10.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável e estruturado (LGPD, art. 25)

**11.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**11.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**11.13.** O Contratado deverá, caso receba qualquer comunicação de qualquer pessoa em relação ao Processamento de Dados Pessoais do Contratante (incluindo Titulares dos Dados ou autoridades de proteção de dados): (i) notificar o Contratante no prazo de 1 dia útil após o seu recebimento; (ii) fornecer toda assistência razoavelmente solicitada pelo Contratante para permitir que este responda a respectiva solicitação; e (iii) não responder solicitações diretamente sem autorização por escrito do Contratante.

**11.14.** O Fornecedor deverá implementar e manter as medidas técnicas e organizacionais necessárias para a proteção dos Dados Pessoais do Contratante, contra destruição acidental ou ilegal, danos, perdas, alterações, divulgação ou acesso não autorizados, sem prejuízo do cumprimento de qualquer outra medida exigida pelas leis de proteção de dados aplicáveis.

**11.15.** O Contratado deverá assegurar que qualquer pessoa autorizada a Processar os Dados Pessoais do Cliente esteja vinculada a obrigações contratuais de confidencialidade.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

**12.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**13.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

**§1º** - A aplicação da sanção prevista na alínea "b" observará os seguintes parâmetros:

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 0,5% (meio por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.
- f) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- g) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com a legislação vigente.

**13.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**13.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**13.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):



**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**13.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 16 1, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**13.11.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

**13.12.** A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas do caput desta Cláusula é da competência do Secretário Municipal de Finanças.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92. XIX)**

**14.1.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**14.2.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**14.3.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**14.4.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**14.5.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

**14.6.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.7.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92. III)**

**15.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 1.066/2022 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES**

**16.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**16.2.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO**

**17.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO**

**18.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Itacaré, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

**18.2** Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Itacaré/BA, 08 de agosto de 2025.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE ITACARÉ  
Edson Arante Santos Mendes  
Prefeito Municipal

CONTRATADA  
GABRIEL PENA MACHADO  
CNPJ nº 50.515.850/0001-09  
REPRESENTANTE LEGAL: Gabriel Pena Machado  
RG nº 4834333 SSP/GO e CPF nº 009.155.618-36.



000194

## CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **GABRIEL PENA MACHADO**

CPF/CNPJ: **50.515.850/0001-09**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

*Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).*

*O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.*

Certidão emitida às 11:35:15 do dia 08/08/2025 , com validade até o dia 07/09/2025.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: cziWLnSsrGloiHRqxc29

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ: 13.846.902/0001-95

000195



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

### TERMO DE CIENTIFICAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** N.º 062/2025

**CONTRATO:** N.º 269/2025

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE ITACARÉ

**CONTRATADA:** GABRIEL PENA MACHADO, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 50.515.850/0001-09

**OBJETO DO CONTRATO:** CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025.

**VIGÊNCIA CONTRATUAL:** 24 meses

Nos termos do art. 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, e conforme disposto no ato de designação expedido pela autoridade competente, o (a) servidor (a) abaixo identificado (a) declara, por meio deste termo, que:

1. **Tomou ciência da formalização do contrato administrativo acima referido**, cujo extrato e cópia integral lhe foram disponibilizados para fins de acompanhamento.
2. **Está ciente das atribuições que lhe foram conferidas enquanto Fiscal Titular/Substituto**, devendo exercer a fiscalização da execução contratual nos aspectos técnico, quantitativo e qualitativo, bem como reportar quaisquer ocorrências, falhas, inadimplementos ou situações que exijam providências administrativas.
3. **Compromete-se a manter registros e relatórios sobre o andamento do contrato**, informando à autoridade competente e ao setor de contratos sobre qualquer irregularidade verificada, sugerindo, quando necessário, providências para correção ou aplicação de sanções.
4. Declara, ainda, que atuará com observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, zelando pelo interesse público e pela boa execução do objeto contratado.

Itacaré-BA, 08 de agosto de 2025.

**Fiscal: Naiana Alves Maia Reis**

Portaria nº 046/2025

Secretaria de Saúde

**Fiscal: Maria Oliveira Lucas de Almeida**

Portaria nº 046/2025

Secretaria de Saúde

*Renata O. Melo de Lima*

**Fiscal: Renata Oliveira de Melo Lima**

Portaria nº 046/2025

Secretaria de Saúde

## Portarias



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ: 13.846.902/0001-95

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



### PORTARIA Nº046, DE 13 DE MARÇO DE 2025.

**EMENTA:** Designa os Agentes Públicos que indica para o exercício da função de **FISCAL DE CONTRATOS** do Poder Executivo do Município de Itacaré-Ba, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e, dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITACARÉ**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais prevista na Lei Orgânica do Município de Itacaré, alinda, considerando, o quanto previsto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal de nº 1.067/2022, por fim, as recomendações do Tribunal de Contas os Municípios do Estado da Bahia;

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Designar os agentes públicos abaixo descritos para desempenharem as funções de fiscais de contratos, no âmbito do Poder Executivo Municipal, de acordo a cada Secretaria solicitante da contratação e objeto da contratação:

SECRETARIA SOLICITANTE	FISCAIS DE CONTRATOS
Procuradoria	1. Willian Jonathan Pereira Conceição. 2. Adriane Coutinho Santos.
Secretaria de Governo	1. Rodolfo Ferreira Santos 2. Marcos Nascimento dos Santos 3. Marcelo Santos Silva
Secretaria de Planejamento e Projetos	1. Miquelle Eduarda Reis Santos 2. Cirando José Barbosa Barros Aguiar 3. Geizane Távares da Silva Jesus
Secretaria de Administração	1. Sirlane Magalhães de Jesus 2. Hiamara de Sousa Cesar Barbosa
Secretaria de Finanças	1. Ivone Maria Carvalho Teixeira de Matos 2. Marília Gomes dos Santos 3. Allana Soares Valete
Secretaria de Desenvolvimento Urbano	1. André Madeira Azambuja 2. Paulo Roberto Alves dos Santos. 3. Rodolsson Silva dos Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
Rua Dr. Edgar Alves dos Reis, Centro - Itacaré - Bahia CEP - 45.530-000.  
E-mail: gabineteprefeito@itacara.ba.gov.br



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ: 13.846.902/0001-95

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Secretaria de Desenvolvimento Social	1. Cleiton Agnelo Pinheiro São João 2. Juliana Silva do Nascimento 3. Nayara Cardoso dos Santos
Secretaria de Saúde	1. Naiana Alves Maia Reis 2. Maria Oliveira Lucas de Almeida 3. Renata Oliveira de Melo Lima
Secretaria de Educação	1. Jose Reinan dos Santos 2. Elis Regina Bonfim de Jesus
Secretaria de Esporte e Juventude	1. Cláudio de Melo Santos
Secretaria de Transporte Público e Trânsito	1. Elvys Arlindo Oliveira dos Santos 2. Caroline dos Santos Ceo
Secretaria de Agricultura, Pesca e Aquicultura	1. Tais Santos de Andrade 2. Klebson Batista de Jesus 3. Matheus Nascimento de Jesus
Secretaria de Meio Ambiente	1. Bruno Evangelista Moreno 2. Luciano Mendes Santos
Secretaria de Turismo	1. Luiza Longo dos Santos Quadros 2. Maria Bernadete Oliveira Gonçalves 3. Erasmo Carlos dos Santos Cruz
Secretaria de Cultura	1. Diego Augusto Moraes Silva 2. Jhenifer Cristina Brito da Silva
Secretaria de Comunicação	1. Aquis José dos Santos
Secretaria Municipal de Mulheres	1. Jocineide Silva do Nascimento 2. Janaina Lorena Rocha do Nascimento 3. Cristiane dos Santos Luz

**Art. 2º.** Os Gestores de Contratos deverão desempenhar as atribuições descritas nos arts. 12 e seguintes do Decreto Municipal nº 1.067/2022, devendo assim, acompanhar a execução contratual, notificando as autoridades superiores as intercorrências identificadas por eles, para adoção das medidas cabíveis.

**Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**Art. 4º.** Ficam revogadas as disposições em sentido contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITACARÉ**, em 12 de março de 2025.

**EDSON ARANTE SANTOS MENDES**  
Prefeito

**REPUBLICADO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÃO TEXTUAL NA EDIÇÃO DO  
DIÁRIO OFICIAL DE Nº 5095, DE 13.03.2025.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
Rua Dr. Edgar Alves dos Reis, Centro - Itacaré - Bahia CEP - 45.530-000.  
E-mail: gabineteprefeito@itacare.ba.gov.br

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTRATO Nº 270/ 2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 062/2025  
CREDENCIAMENTO Nº 006/2025- CHAMADA PUBLICA Nº 006/2025  
3º FASE

O MUNICÍPIO DE ITACARÉ, Estado da Bahia, com sede na Rua Heraldo de Melo Lopes, Centro – Itacaré – Bahia, CEP 45.530-000, CNPJ nº 13.846.902/0001-95, representada neste ato pelo Prefeito Municipal o Sr. Edson Arante Santos Mendes, inscrito no CPF nº 004.875.375-05, Carteira de Identidade nº 08.398.663-48 SSP-BA, residente e domiciliado nesta cidade – doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **30.066.429 NEUROMED SERVIÇOS MÉDICOS**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 30.066.429/0001-42, sediado na Avenida Dr. Guilherme Dias, nº 171-A, sala 03, Centro, Brumado-BA, CEP: 46.100-051, neste ato representado pelo senhor Alcione Mendes de Sousa, portador da Carteira de Identidade Profissional nº 15051 CRM/BA e do CPF nº 497.725.113-04, doravante designado **CONTRATADA**, nos termos dos termos do art. 74, IV e 79 da Lei Federal nº 14.133/2022, Decreto Municipal nº 1.143/23, e demais normas complementares, de acordo com o edital de CREDENCIAMENTO Nº 006/2025, resolvem firmar o presente **CONTRATO Nº 270/2025**, em conformidade com as condições e cláusulas que se seguem:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação por **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência/ Projeto Básico (anexo I).

**1. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência do contrato é de **24 (Vinte e quatro) meses**, prorrogável para até 5 (cinco) anos, contados da data de sua assinatura, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência da contratação é contado da data de assinatura registrado no extrato de contrato publicado no PNCP e diário oficial do Município, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato

2.4. O termo de credenciamento poderá ser rescindido a qualquer tempo pela Administração Pública, mediante notificação formal, sem prejuízo da manutenção das obrigações contraídas durante a vigência do contrato.

2.5. A vigência do contrato poderá ser prorrogada por períodos sucessivos, desde que haja necessidade de continuidade dos serviços e que atenda os termos do art. 107 da Lei 14.133/21.

2.6. A(s) prorrogação(ões) do(s) prazo(s) de vigência do contrato deve(m) ser instrumentalizada(s) através de aditivo contratual, instruído conforme definido nas legislações vigentes.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. A execução dos serviços médicos nos Programas de Saúde da Família (PSF), nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e nos hospitais do município de Itacaré será realizada de forma planejada e integrada, garantindo a continuidade e a qualidade da assistência à população. A contratação dos profissionais seguirá o modelo de prestação de

**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

serviços via Pessoa Jurídica (PJ), assegurando a conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e os princípios da Atenção Primária à Saúde (APS).

**3.2.** Nos Programas de Saúde da Família (PSF), os médicos desempenharão um papel central na promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento contínuo dos pacientes. Atuando em equipes multiprofissionais, os profissionais serão responsáveis pela realização de consultas clínicas, acompanhamento de gestantes, crianças, idosos e pacientes com doenças crônicas, além de visitas domiciliares para atendimento de pacientes acamados ou com dificuldades de locomoção. A execução dos serviços também incluirá atividades de educação em saúde, visando à promoção de hábitos saudáveis e ao fortalecimento do vínculo entre profissionais e comunidade. O registro adequado das informações no e-SUS PEC e nos demais sistemas de informação em saúde será obrigatório, garantindo a rastreabilidade dos atendimentos e a qualificação dos dados epidemiológicos do município.

**3.3.** Nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), os médicos atuarão na atenção primária, realizando consultas, exames clínicos, avaliações preventivas e encaminhamentos para serviços de média e alta complexidade quando necessário. A distribuição dos atendimentos será feita conforme a demanda de cada unidade, priorizando o acesso equitativo da população aos serviços de saúde. Além das consultas individuais, os médicos também participarão de ações coletivas, como palestras, grupos de educação em saúde e campanhas de vacinação, reforçando a importância da atenção primária como porta de entrada do sistema de saúde.

**3.4.** No Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), os médicos psiquiatras serão responsáveis pelo atendimento especializado de pacientes com transtornos mentais severos e persistentes, além de casos de dependência química. O serviço incluirá consultas individuais, prescrição e acompanhamento do uso de psicofármacos, participação em grupos terapêuticos, suporte às famílias e articulação com a rede intersectorial para garantir o cuidado integral dos pacientes. A execução dos serviços seguirá os princípios da Reforma Psiquiátrica, priorizando a desinstitucionalização e o tratamento humanizado.

**3.5.** Nos hospitais municipais, os médicos atuarão em regime de plantão, prestando assistência nas áreas de urgência e emergência, internações clínicas, obstetrícia, apoio a procedimentos cirúrgicos e atendimento de pacientes em observação. A atuação hospitalar incluirá diagnóstico clínico, solicitação e interpretação de exames complementares, condução de tratamentos e participação em protocolos assistenciais específicos. Os profissionais trabalharão de forma integrada às equipes de enfermagem, fisioterapia e outros profissionais de saúde, assegurando um atendimento qualificado e resolutivo.

**3.6.** Para garantir a efetividade da execução dos serviços, serão adotados mecanismos de monitoramento e avaliação contínuos, incluindo supervisão técnica, auditorias médicas, análise de produtividade e acompanhamento de indicadores de qualidade. A Secretaria Municipal de Saúde estabelecerá critérios rigorosos para o cumprimento das obrigações contratuais, assegurando que a prestação dos serviços médicos nos PSF, UBS, CAPS e hospitais ocorra de maneira eficiente, humanizada e em consonância com as necessidades da população de Itacaré.

**3.7.** O termo de credenciamento poderá ser rescindido a qualquer tempo pela Administração Pública, mediante notificação formal, sem prejuízo da manutenção das obrigações contraídas durante a vigência do contrato.

**3.8.** A Contratada fica responsável ainda pela observância de todas as Normas e legislações pertinentes ao ramo de atividade.



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal estimado para a contratação é de **R\$ 37.905,00 (Trinta e sete mil, novecentos e cinco reais)**, referente ao item 15 do lote 03, conforme descrição dos itens abaixo:

LOTE	ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO	UND	QUANT. MENSAL	VALOR DA HORA
03	15	<b>MÉDICO ESPECIALIZADO:</b> O serviço médico especializado em neurologia clínica será prestado nas unidades de saúde de Itacaré e Taboquinhas, com a realização de até 35 consultas por atendimento, atendendo tanto a pacientes pediátricos quanto adultos. O neurologista clínico será responsável por realizar consultas de avaliação e diagnóstico de condições neurológicas, incluindo distúrbios do sistema nervoso central e periférico, como epilepsia, cefaleias, doenças neuromusculares, entre outras. O atendimento incluirá a análise detalhada de histórico médico, exames clínicos, orientação sobre tratamentos medicamentosos e terapias, com base nas diretrizes do SUS. O atendimento será realizado com foco na qualidade, precisão e cuidado humanizado para todas as faixas etárias, garantindo acesso à saúde neurológica integral.	CONSULTA	105 CONSULTAS	R\$ 361,00

5.2. Os itens acima serão executados pelo médico Alcione Mendes de Sousa, CRM 15051/BA.

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação

5.4. **As despesas serão computadas da seguinte forma: 60% despesa com pessoal e 40% serão computados em insumos, conforme o art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal**

6. CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

**Recebimento**

6.1. O pagamento à contratada será efetuado mensalmente, de acordo os valores apurados no mês, até o 15º dia do mês subsequente do fornecimento/prestação dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo departamento responsável.

6.2. A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, as Autorizações de Fornecimento/Ordens de serviços, devidamente assinadas por preposto autorizado pela chefe do Poder Executivo, para conferência dos quantitativos efetivamente fornecidos. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

6.3. Havendo erro na fatura ou recusa pelo município na aceitação dos produtos entregues, no todo ou em parte, a tramitação da fatura será suspensa até que a Contratada tome as providências necessárias à sua correção, passando a ser considerada, para fins de pagamento a data da reapresentação, devidamente regularizada.

6.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva dos produtos entregues total ou parcial.

6.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ.

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 6.6. A Contratada deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal todas as certidões fiscais e trabalhista.
- 6.7. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 6.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 6.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Da Emissão e Liquidação da Nota Fiscal**

- 6.10. A nota fiscal somente poderá ser emitida após faturamento a execução mensal do bem.
- 6.11. a nota fiscal deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta de preço, bem como da nota de empenho, não se admitindo notas fiscais emitidas com outros CNPJ's, oportunidade em que deverá indicar, na própria nota fiscal, o código de serviço ou fornecimento da tabela da EFD - REINF, adequado ao objeto da contratação, devendo destacar nas notas fiscais o Imposto de Renda na Fonte, em observância as regras de retenção do IR dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e o RIR/2018, para fins de retenção quando do pagamento.
- 6.12. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: prazo de validade, data de emissão, dados do contrato e do órgão Contratante, período respectivo da execução do contrato, valor a pagar, eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis, além de averiguar se a mesma está acompanhada com as devidas certidões de regularidade vigentes.
- 6.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante;
- 6.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.
- 6.15. A Administração deverá solicitar as certidões fiscais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 6.16. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 6.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 6.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

6.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal ou trabalhista.

**Prazo de pagamento**

6.20. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal ou após a execução do objeto, mediante a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, através de ordem bancária, para crédito em conta bancária de titularidade da empresa contratada.

6.21. O valor dos pagamentos eventualmente antecipados, nos moldes descritos no parágrafo primeiro do artigo 145 da lei, será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada pro rata die, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da entidade. Na hipótese de inexecução do objeto, fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado e no caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.

6.22. O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à Contratada, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicáveis à mora da Administração Pública, limitados a 12% ao ano.

**Forma de pagamento**

6.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em (Banco Bradesco/ Agência: 2273/Conta Corrente: 0048094-0), indicados pelo contratado.

6.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.25.1. A Contratada no ato do envio de suas notas fiscais deverá apresentar também a "Declaração do regime tributário" ao qual a empresa está submetida e em caso de alteração do regime tributário, fica a empresa Contratada na obrigação de imediatamente informar à Contratante nova Declaração.

6.25.2. A Contratada, em sendo optante do Simples Nacional, está obrigada a enviar em anexo à nota fiscal, o extrato do Simples Nacional ou o recibo do PGDAS da última competência para conferência da alíquota aplicada/informada na Nota Fiscal, de acordo com art. 21 da Lei Complementar 123/2006, em seu § 4º.

6.25.3. A Contratada que seja beneficiada com o regime de CPRB - Contribuição Patronal sobre a Receita Bruta, deverá apresentar a Declaração em anexo à Nota Fiscal.

6.25.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE GESTORA	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	DE FONTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SÚDE	2027-2043	3390340000/ 3390390000	150010020000/ 160000000000

**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DE PREÇO**

**8.1.** Poderá haver alteração dos preços contratados para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

**8.2.** Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

**8.3.** Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**8.4.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

**8.5.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**8.6.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**8.7.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**8.8.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**8.9.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA**

**DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**9.1.** Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados
- b) Prestar os serviços contratados na Unidade de Saúde ou local designado pela Secretaria de Saúde, no horário determinado pela própria secretaria, conforme detalhado no objeto;
- c) Realizar atenção à saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade;
- d) Encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico deles;
- e) Indicar, de forma compartilhada com outros pontos de atenção, a necessidade de internação hospitalar, mantendo o acompanhamento do usuário;
- f) Contribuir, realizar e participar das atividades de educação permanente de todos os membros da equipe;
- g) Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS, quando for o caso;
- h) Seguir as diretrizes e portarias do SUS (Sistema Único de Saúde) e do Ministério da Saúde;
- i) Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência do edital que fundamenta a contratação;
- j) Arcar com os custos inerentes a execução dos serviços objeto do contrato;
- k) Notificar a Administração, através da Secretaria de Saúde, imediatamente e por escrito de

**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução dos serviços;

- l) Não transferir a outrem o objeto do Contrato;
- m) Manter sempre a qualidade na prestação do serviço executado;
- n) Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão da pessoa física contratada ou, sendo empresa, dos seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Secretaria Municipal de Saúde de Itacaré ou a terceiros;
- o) Assegurar ao Município as condições necessárias ao acompanhamento, a supervisão, ao controle, a fiscalização e auditoria da execução do objeto contratado, permitindo o livre acesso dos servidores do Município, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos relacionados direta e indiretamente ao contratado, quando no desempenho das atividades de acompanhamento e controle;
- p) Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, em observância ao princípio da urbanidade;
- q) Substituir imediatamente, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;
- r) Responder por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento da obrigação constante do item anterior;
- s) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Município de Itacaré;
- t) Relatar à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE do município toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- u) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, apresentando com a fatura mensal os comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista;
- v) Apresentar os documentos de cobrança exigidos no edital, inclusive nota fiscal, enviando ao setor de Administrativo da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE do município;
- w) Executar os serviços conforme proposto pela Contratante durante o prazo de vigência do contrato respeitando suas Cláusulas;
- x) Responder por erro de qualquer natureza relativo aos métodos utilizados seja na esfera administrativa, civil ou penal;
- y) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados de correntes do cumprimento deste Contrato, cabendo também a pessoa física contratada;
- z) Permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria Municipal de Saúde do município, em qualquer tempo, e mantê-la permanentemente informada a respeito do andamento dos mesmos;
- aa) Adotar fluxos, protocolos e sistemas informatizados quando implantado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE do município na execução do objeto do contrato, sem custo para a contratante;
- bb) Manter absoluto sigilo sobre quaisquer documentos, informações ou dados que tiver conhecimento ou acesso em decorrência da execução do serviço;
- cc) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

**9.1.1.** Fica proibida a cobrança de qualquer quantia, a qual quer título, dos serviços prestados aos usuários do SUS, ficando a contratada responsabilizada por qualquer cobrança indevida feita a usuário

**DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- 9.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Credenciado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.3.** Cumprir o que consta no termo de referência;
- 9.4.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no

**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, fixando-lhe prazo para as devidas correções.

**9.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**9.6.** Efetuar os pagamentos/repasse na forma e prazo estabelecidos;

**9.7.** Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

**9.8.** Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**9.9.** Publicar os extratos do contrato e de seus aditivos, se houver, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou no Diário Oficial do Município em até 10 (dez) dias úteis, contados da referida assinatura.

**9.10.** expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos municipais;

**9.11.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9.12.** E seguir os pontos :

a) Disponibilizar o local para atendimento dentro da Unidade de Saúde, sempre que for o caso, bem como acesso ao sistema eletrônico de registro das atividade de prontuário médico.

b) Proporcionar todas as condições para que o(a) Contratado(a) possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

c) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), de acordo com as cláusulas contratuais e o Termo de Referência do edital que fundamenta a contratação;

d) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

e) Notificar o(a) Contratado(a) por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades;

f) Pagar ao(a) Contratado(a) o valor resultante da prestação do serviço, na formado contrato;

g) Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;

h) Compete a contratante o recebimento, conferência e atestado das notas fiscais emitidas pelo(a) contratado(a);

i) Organizar e regular os fluxos dos usuários do SUS/Itacaré/BA;

j) Providenciar as inspeções da execução dos serviços, com vistas ao cumprimento dos prazos pelo(a) Contratado(a), fiscalização da qualidade dos serviços que estão sendo prestados;

k) Declarar os serviços efetivamente prestados

**10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO**

**10.1.** A forma da fiscalização e o fiscal e gestor ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, observados os seguintes termos:

**10.1.1.** A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização, sendo que a atuação fiscalizadora do Município em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

**10.2.** A execução do presente Contrato será avaliada pelo fiscal de contrato mediante

**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

procedimentos de supervisão local direta ou indireta, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições ora estabelecidas e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados, respeitados a contraditória e a ampla defesa.

**10.3.** A fiscalização da execução do objeto será efetuada pelo servidor **Nalana Alves Maia Reis, Maria Oliveira Lucas de Almeida, Renata Oliveira de Melo Lima**, conforme Portaria nº 046/2025, atendendo aos termos do artigo 117 da Lei 14.133/21.

**10.4.** A fiscalização da Prefeitura Municipal de Itacaré não diminui nem substitui a responsabilidade da Contratada, decorrente das obrigações assumidas.

**10.5.** Deverá ser comunicado por escrito (preferencialmente por meio de e-mail) à contratada, sempre que necessário, a ocorrência de qualquer medida que demande comunicação formal entre as partes contratantes;

**10.6.** A contratada, pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no ajuste, sem a devida justificativa aceita por este órgão, e sem prejuízo das demais sanções aplicáveis, ficará sujeita, a critério deste mesmo órgão, às penalidades de Sanção Administrativa previstas no Contrato;

**10.7.** A contratada facilitará o acompanhamento e o controle permanente, pela contratante, dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos auditores designados para tal fim;

**10.8.** A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

**10.9.** Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

**10.10.** O Gestor do Contrato será o Secretário da Pasta da referida contratação, autoridade competente para o gerenciamento das atividades relacionadas à execução do contrato, à fiscalização técnica e administrativa e dos atos necessários à formalização do contrato, da prorrogação, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro, alteração, acréscimo, supressão, pagamento, requerer aplicação de sanções, extinção dos contratos, entre outros.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD.**

**11.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**11.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**11.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**11.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**11.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**11.6.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados, quando for o caso, o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**11.7.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**11.8.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável

**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**11.9.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**11.10.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável e estruturado (LGPD, art. 25)

**11.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**11.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**11.13.** O Contratado deverá, caso receba qualquer comunicação de qualquer pessoa em relação ao Processamento de Dados Pessoais do Contratante (incluindo Titulares dos Dados ou autoridades de proteção de dados): (i) notificar o Contratante no prazo de 1 dia útil após o seu recebimento; (ii) fornecer toda assistência razoavelmente solicitada pelo Contratante para permitir que este responda a respectiva solicitação; e (iii) não responder solicitações diretamente sem autorização por escrito do Contratante.

**11.14.** O Fornecedor deverá implementar e manter as medidas técnicas e organizacionais necessárias para a proteção dos Dados Pessoais do Contratante, contra destruição acidental ou ilegal, danos, perdas, alterações, divulgação ou acesso não autorizados, sem prejuízo do cumprimento de qualquer outra medida exigida pelas leis de proteção de dados aplicáveis.

**11.15.** O Contratado deverá assegurar que qualquer pessoa autorizada a Processar os Dados Pessoais do Cliente esteja vinculada a obrigações contratuais de confidencialidade.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

**12.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**13.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d",



**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**iv. Multa:**

**§1º** - A aplicação da sanção prevista na alínea "b" observará os seguintes parâmetros:

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 0,5% (meio por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.
- f) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- g) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com a legislação vigente.

**13.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**13.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada

**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**13.11.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

**13.12.** A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas do caput desta Cláusula é da competência do Secretário Municipal de Finanças.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

**14.1.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**14.2.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**14.3.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**14.4.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**14.5.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

**14.6.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.7.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

**15.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 1.066/2022 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES**

**16.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ: 13.846.902/0001-95

000210



**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**16.2.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO**

**17.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO**

**18.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Itacaré, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

**18.2** Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Itacaré/BA, 08 de agosto de 2025.

**CONTRATANTE**  
**MUNICÍPIO DE ITACARÉ**  
Edson Arante Santos Mendes  
Prefeito Municipal

**ALCIONE MENDES DE SOUSA:49772511304**  
Assinado de forma digital por  
ALCIONE MENDES DE  
SOUSA:49772511304  
Dados: 2025.08.19 17:50:38 -03'00'

**CONTRATADA**  
**NEUROMED SERVIÇOS MEDICOS LTDA**  
**CNPJ: 30.066.429/0001-42**  
REPRESENTANTE LEGAL: Alcione Mendes de Sousa  
CPF nº 497.725.113-04.

**NEUROMED**  
**SERVICOS MEDICOS**  
**LTDA:30066429000142**  
142  
Assinado de forma digital  
por NEUROMED  
SERVICOS MEDICOS  
LTDA:30066429000142  
Dados: 2025.08.19  
17:27:06 -03'00'



000211

## CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: NEUROMED SERVICOS MEDICOS LTDA

CPF/CNPJ: 30.066.429/0001-42

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

*Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).*

*O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.*

Certidão emitida às 11:35:56 do dia 08/08/2025 , com validade até o dia 07/09/2025.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: iErlx8M6o1SsdVe3Jl7R

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ: 13.846.902/0001-95

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

000212



### TERMO DE CIENTIFICAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** N.º 062/2025

**CONTRATO:** N.º 270/2025

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE ITACARÉ

**CONTRATADA:** NEUROMED SERVIÇOS MÉDICOS, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 30.066.429/0001-42

**OBJETO DO CONTRATO:** CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025.

**VIGÊNCIA CONTRATUAL:** 24 meses


Nos termos do art. 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, e conforme disposto no ato de designação expedido pela autoridade competente, o (a) servidor (a) abaixo identificado (a) declara, por meio deste termo, que:

1. **Tomou ciência da formalização do contrato administrativo acima referido**, cujo extrato e cópia integral lhe foram disponibilizados para fins de acompanhamento.
2. **Está ciente das atribuições que lhe foram conferidas enquanto Fiscal Titular/Substituto**, devendo exercer a fiscalização da execução contratual nos aspectos técnico, quantitativo e qualitativo, bem como reportar quaisquer ocorrências, falhas, inadimplementos ou situações que exijam providências administrativas.
3. **Compromete-se a manter registros e relatórios sobre o andamento do contrato**, informando à autoridade competente e ao setor de contratos sobre qualquer irregularidade verificada, sugerindo, quando necessário, providências para correção ou aplicação de sanções.
4. Declara, ainda, que atuará com observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, zelando pelo interesse público e pela boa execução do objeto contratado.

Itacaré-BA, 19 de agosto de 2025.

**Fiscal: Naiana Alves Maia Reis**  
Portaria nº 046/2025  
Secretaria de Saúde

**Fiscal: Maria Oliveira Lucas de Almeida**  
Portaria nº 046/2025  
Secretaria de Saúde

  
**Fiscal: Renata Oliveira de Melo Lima**  
Portaria nº 046/2025  
Secretaria de Saúde

## Portarias



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ: 13.846.902/0001-95

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



### PORTARIA Nº046, DE 13 DE MARÇO DE 2025.

**EMENTA:** Designa os Agentes Públicos que indica para o exercício da função de **FISCAL DE CONTRATOS** do Poder Executivo do Município de Itacaré-Ba, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e, dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITACARÉ**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais prevista na Lei Orgânica do Município de Itacaré, ainda, considerando, o quanto previsto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal de nº 1.067/2022, por fim, as recomendações do Tribunal de Contas os Municípios do Estado da Bahia;

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Designar os agentes públicos abaixo descritos para desempenharem as funções de fiscais de contratos, no âmbito do Poder Executivo Municipal, de acordo a cada Secretaria solicitante da contratação e objeto da contratação:

SECRETARIA SOLICITANTE	FISCAIS DE CONTRATOS
Procuradoria	1. Willian Jonathan Pereira Conceição. 2. Adriana Coutinho Santos.
Secretaria de Governo	1. Rodolfo Ferreira Santos 2. Marcos Nascimento dos Santos 3. Marcelo Santos Silva
Secretaria de Planejamento e Projetos	1. Miquelle Eduarda Reis Santos 2. Cirando José Barbosa Barros Aguiar 3. Geizane Távares da Silva Jesus
Secretaria de Administração	1. Siriane Magalhães de Jesus 2. Hiamara de Sousa Cesar Barbosa
Secretaria de Finanças	1. Ivone Maria Carvalho Teixeira de Matos 2. Marília Gomes dos Santos 3. Afiana Soares Valeta
Secretaria de Desenvolvimento Urbano	1. André Madeira Azambuja 2. Paulo Roberto Alves dos Santos. 3. Rodolsson Silva dos Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
Rua Dr. Edgar Alves dos Reis, Centro - Itacaré - Bahia CEP - 45.530-000.  
E-mail: gabineteprefeito@itacare.ba.gov.br



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ: 13.846.902/0001-95

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Secretaria de Desenvolvimento Social	1. Cleiton Agnelo Pinheiro São João 2. Juliana Silva do Nascimento 3. Nayara Cardoso dos Santos
Secretaria de Saúde	1. Naiana Alves Maia Reis 2. Maria Oliveira Lucas de Almeida 3. Renata Oliveira de Melo Lima
Secretaria de Educação	1. Jose Reinan dos Santos 2. Elis Regina Bonfim de Jesus
Secretaria de Esporte e Juventude	1. Cláudio de Melo Santos
Secretaria de Transporte Público e Trânsito	1. Elvys Arlindo Oliveira dos Santos 2. Caroline dos Santos Ceo
Secretaria de Agricultura, Pesca e Aquicultura	1. Tais Santos de Andrade 2. Klebson Batista de Jesus 3. Matheus Nascimento de Jesus
Secretaria de Meio Ambiente	1. Bruno Evangelista Moreno 2. Luciano Mendes Santos
Secretaria de Turismo	1. Luiza Longo dos Santos Quadros 2. Maria Bernadete Oliveira Gonçalves 3. Erasmo Carlos dos Santos Cruz
Secretaria de Cultura	1. Diego Augusto Moraes Silva 2. Jhenifer Cristina Brito da Silva
Secretaria de Comunicação	1. Aquis José dos Santos
Secretaria Municipal de Mulheres	1. Jocineide Silva do Nascimento 2. Janaina Lorena Rocha do Nascimento 3. Cristiane dos Santos Luz

**Art. 2º.** Os Gestores de Contratos deverão desempenhar as atribuições descritas nos arts. 12 e seguintes do Decreto Municipal nº 1.067/2022, devendo assim, acompanhar a execução contratual, noticiando as autoridades superiores as intercorrências identificadas por eles, para adoção das medidas cabíveis.

**Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**Art. 4º.** Ficam revogadas as disposições em sentido contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITACARÉ**, em 12 de março de 2025.

**EDSON ARANTE SANTOS MENDES**  
Prefeito

**REPUBLICADO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÃO TEXTUAL NA EDIÇÃO DO  
DIÁRIO OFICIAL DE Nº 5095, DE 13.03.2025.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
Rua Dr. Edgar Alves dos Reis, Centro - Itacaré - Bahia CEP - 45.530-000.  
E-mail: gabineteprefeito@itacara.ba.gov.br



**CONTRATO Nº 271/ 2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 062/2025**  
**CREDENCIAMENTO Nº 006/2025- CHAMADA PUBLICA Nº 006/2025**  
**3ª FASE**

O MUNICÍPIO DE ITACARÉ, Estado da Bahia, com sede na Rua Heraldo de Melo Lopes, Centro – Itacaré – Bahia, CEP 45.530-000, CNPJ nº 13.846.902/0001-95, representada neste ato pelo Prefeito Municipal o Sr. Edson Arante Santos Mendes, inscrito no CPF nº 004.875.375-05, Carteira de Identidade nº 08.398.663-48 SSP-BA, residente e domiciliado nesta cidade – doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **61.489.814 QUEDIMA SOUZA SERVIÇOS MEDICOS LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 61.489.814/0001-26, sediado à Rua São Marcelo, nº 237, 2º andar, Bairro Zildolândia, Município de Itabuna-Bahia, CEP: 45.600-700, neste ato representado pela senhora Quedima Isabela Chaves de Souza, portador da Carteira de Identidade Profissional nº 48975 CRM/BA e do CPF nº 011.118.715-07, doravante designado **CONTRATADA**, nos termos dos artigos 74, IV e 79 da Lei Federal nº 14.133/2022, Decreto Municipal nº 1.143/23, e demais normas complementares, de acordo com o edital de CREDENCIAMENTO Nº 006/2025, resolvem firmar o presente **CONTRATO Nº 271/2025**, em conformidade com as condições e cláusulas que se seguem:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação por **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência/ Projeto Básico (anexo I).

**1. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência do contrato é de **24 (Vinte e quatro) meses**, prorrogável para até 5 (cinco) anos, contados da data de sua assinatura, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência da contratação é contado da data de assinatura registrado no extrato de contrato publicado no PNCP e diário oficial do Município, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato

2.4. O termo de credenciamento poderá ser rescindido a qualquer tempo pela Administração Pública, mediante notificação formal, sem prejuízo da manutenção das obrigações contraídas durante a vigência do contrato.

2.5. A vigência do contrato poderá ser prorrogada por períodos sucessivos, desde que haja necessidade de continuidade dos serviços e que atenda os termos do art. 107 da Lei 14.133/21.

2.6. A(s) prorrogação(ões) do(s) prazo(s) de vigência do contrato deve(m) ser instrumentalizada(s) através de aditivo contratual, instruído conforme definido nas legislações vigentes.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. A execução dos serviços médicos nos Programas de Saúde da Família (PSF), nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e nos hospitais do município de Itacaré será realizada de forma planejada e integrada, garantindo a continuidade e a qualidade da assistência à população. A contratação dos profissionais seguirá o modelo de prestação de





PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

serviços via Pessoa Jurídica (PJ), assegurando a conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e os princípios da Atenção Primária à Saúde (APS).

**3.2.** Nos Programas de Saúde da Família (PSF), os médicos desempenharão um papel central na promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento contínuo dos pacientes. Atuando em equipes multiprofissionais, os profissionais serão responsáveis pela realização de consultas clínicas, acompanhamento de gestantes, crianças, idosos e pacientes com doenças crônicas, além de visitas domiciliares para atendimento de pacientes acamados ou com dificuldades de locomoção. A execução dos serviços também incluirá atividades de educação em saúde, visando à promoção de hábitos saudáveis e ao fortalecimento do vínculo entre profissionais e comunidade. O registro adequado das informações no e-SUS PEC e nos demais sistemas de informação em saúde será obrigatório, garantindo a rastreabilidade dos atendimentos e a qualificação dos dados epidemiológicos do município.

**3.3.** Nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), os médicos atuarão na atenção primária, realizando consultas, exames clínicos, avaliações preventivas e encaminhamentos para serviços de média e alta complexidade quando necessário. A distribuição dos atendimentos será feita conforme a demanda de cada unidade, priorizando o acesso equitativo da população aos serviços de saúde. Além das consultas individuais, os médicos também participarão de ações coletivas, como palestras, grupos de educação em saúde e campanhas de vacinação, reforçando a importância da atenção primária como porta de entrada do sistema de saúde.

**3.4.** No Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), os médicos psiquiatras serão responsáveis pelo atendimento especializado de pacientes com transtornos mentais severos e persistentes, além de casos de dependência química. O serviço incluirá consultas individuais, prescrição e acompanhamento do uso de psicofármacos, participação em grupos terapêuticos, suporte às famílias e articulação com a rede intersetorial para garantir o cuidado integral dos pacientes. A execução dos serviços seguirá os princípios da Reforma Psiquiátrica, priorizando a desinstitucionalização e o tratamento humanizado.

**3.5.** Nos hospitais municipais, os médicos atuarão em regime de plantão, prestando assistência nas áreas de urgência e emergência, internações clínicas, obstetrícia, apoio a procedimentos cirúrgicos e atendimento de pacientes em observação. A atuação hospitalar incluirá diagnóstico clínico, solicitação e interpretação de exames complementares, condução de tratamentos e participação em protocolos assistenciais específicos. Os profissionais trabalharão de forma integrada às equipes de enfermagem, fisioterapia e outros profissionais de saúde, assegurando um atendimento qualificado e resolutivo.

**3.6.** Para garantir a efetividade da execução dos serviços, serão adotados mecanismos de monitoramento e avaliação contínuos, incluindo supervisão técnica, auditorias médicas, análise de produtividade e acompanhamento de indicadores de qualidade. A Secretaria Municipal de Saúde estabelecerá critérios rigorosos para o cumprimento das obrigações contratuais, assegurando que a prestação dos serviços médicos nos PSF, UBS, CAPS e hospitais ocorra de maneira eficiente, humanizada e em consonância com as necessidades da população de Itacaré.

**3.7.** O termo de credenciamento poderá ser rescindido a qualquer tempo pela Administração Pública, mediante notificação formal, sem prejuízo da manutenção das obrigações contraídas durante a vigência do contrato.

**3.8.** A Contratada fica responsável ainda pela observância de todas as Normas e legislações pertinentes ao ramo de atividade.



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal estimado para a contratação é de **R\$ 182.703,28 (Cento e oitenta e dois mil, setecentos e três reais e vinte e oito centavos)**, sendo o valor mensal estimado de **R\$ 13.000,00** (treze mil reais), referente ao item 01 do lote 01; o valor mensal estimado de **R\$ 9.750,00** (nove mil, setecentos e cinquenta reais), referente ao item 02 do lote 01; o valor mensal estimado de **R\$ 9.750,00** (nove mil e setecentos e cinquenta reais), referente ao item 03 do lote 01; o valor mensal estimado de **R\$ 63.604,80** (Sessenta e três mil, seiscentos e quatro reais e oitenta centavos), referente ao item 01 do lote 02; o valor mensal estimado de **R\$ 33.598,80** (Trinta e três mil, quinhentos e noventa e oito reais e oitenta centavos) referente ao item 02 do lote 02; o valor mensal estimado de **R\$ 36.038,40** (Trinta e seis mil, trinta e oito reais e quarenta centavos) referente ao item 03 do lote 02; e o valor mensal estimado de **R\$ 16.961,28** (Dezesseis mil, novecentos e sessenta e um reais e vinte e oito centavos) referente ao item 04 do lote 02, conforme descrição dos itens abaixo:

LOTE	ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO	UND	QUANT. MENSAL	VALOR DA HORA
01	01	<b>MÉDICO CLÍNICO:</b> O serviço médico especializado em clínica geral será prestado nas <b>unidades de Saúde da Família (PSF)</b> de Itacaré e Taboquinhas, com carga horária de 40 horas semanais, de segunda a sexta- feira. O médico clínico geral será responsável por realizar atendimentos básicos de saúde, incluindo consultas médicas, diagnóstico e manejo de condições agudas e crônicas, acompanhamento de pacientes, encaminhamentos especializados quando necessário, e ações de promoção da saúde preventiva. Além disso, o profissional deverá atuar nos programas do PSF, como o acompanhamento de gestantes e puérperas no Pré-Natal, monitoramento de crianças e adolescentes, manejo de doenças crônicas como diabetes e hipertensão, visitas domiciliares e desenvolvimento de ações educativas e de imunização. O trabalho será realizado em conformidade com os protocolos do SUS, promovendo ações integradas com as equipes multiprofissionais para atender às necessidades da comunidade de forma humanizada, eficaz e resolutiva, ampliando o acesso e fortalecendo a atenção primária em saúde.	HORAS	160 HRS	R\$ 81,25
01	02	<b>MÉDICO CLÍNICO:</b> O serviço médico especializado em clínica geral será prestado para atendimento nas Equipes de Atenção Primária (EAP) de Itacaré e Taboquinhas, com carga horária de 30 horas semanais. O médico clínico geral será responsável por realizar atendimentos básicos de saúde, incluindo consultas médicas, diagnóstico e manejo de condições agudas e crônicas, acompanhamento de pacientes, encaminhamentos especializados quando necessário, e ações de promoção da saúde preventiva. Além disso, o profissional deverá atuar nos programas do EAP, como o acompanhamento de gestantes e puérperas no Pré-Natal, monitoramento de crianças e adolescentes, manejo de doenças crônicas como diabetes e hipertensão, visitas domiciliares e desenvolvimento de ações educativas e de imunização. O trabalho será realizado em conformidade com os protocolos do SUS, promovendo ações integradas com as equipes multiprofissionais para	HORAS	120 HRS	R\$ 81,25



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

		atender às necessidades da comunidade de forma humanizada, eficaz e resolutive, ampliando o acesso e fortalecendo a atenção primária em saúde.			
01	03	<b>MÉDICO CLÍNICO:</b> O serviço médico especializado em clínica geral será prestado de forma itinerante nos postos de saúde da zona rural de Itacaré e Taboquinhas, com carga horária de 30 horas semanais, integrando-se aos serviços dos Programas de Saúde da Família (PSF). O médico clínico geral será responsável por realizar consultas médicas, diagnóstico e manejo de condições agudas e crônicas, além de desenvolver ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento de grupos prioritários, como gestantes, crianças, idosos e pacientes com doenças crônicas. O atendimento será conduzido conforme os protocolos do SUS e os princípios da Atenção Primária à Saúde (APS), garantindo qualidade, resolutividade e cuidado humanizado. A atuação do profissional visa ampliar o acesso aos serviços de saúde, fortalecer a continuidade do cuidado e atender de forma integral às necessidades da população das áreas rurais	HORAS	120 HRS	R\$ 81,25
02	01	<b>MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA:</b> O serviço médico plantonista será prestado no Hospital Municipal de Itacaré, com regime de plantão de 24 horas, garantindo atendimento contínuo e de qualidade aos usuários. O profissional será responsável por realizar atendimentos de pronto atendimento, incluindo triagem, diagnóstico e manejo de urgências e emergências clínicas, pediátricas e traumáticas, além de prestar assistência integral à saúde da mulher, com a realização de partos naturais. Quando necessário, o médico também deverá acompanhar transferências de pacientes realizadas via SAMU ou ambulância do hospital, assegurando a continuidade e a segurança do cuidado durante o transporte. O serviço incluirá ainda o acompanhamento de pacientes internados, garantindo a monitorização constante de sua evolução clínica. O serviço será conduzido de acordo com os protocolos do SUS e as diretrizes hospitalares, promovendo um atendimento humanizado, resolutivo e eficiente, visando à melhoria da saúde e bem-estar da comunidade atendida.	PLANTÃO/ HORAS	720HRS	R\$ 88,34
02	02	<b>MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA:</b> O serviço médico plantonista será prestado no Hospital Municipal de Itacaré, com regime de plantão de 12 horas, garantindo atendimento contínuo e de qualidade aos usuários. O profissional será responsável por realizar atendimentos de pronto atendimento, incluindo triagem, diagnóstico e manejo de urgências e emergências clínicas, pediátricas e traumáticas, além de prestar assistência integral à saúde da mulher, com a realização de partos naturais.	PLANTÃO/ HORAS	360 HRS	R\$ 93,33
02	03	<b>MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA:</b> O serviço médico plantonista será prestado no Hospital Municipal Gabriel Motta Barros em Taboquinhas, com regime de plantão de 24 horas, de segunda a sexta-feira, garantindo atendimento contínuo e de qualidade aos usuários. O profissional será responsável por realizar atendimentos de pronto atendimento, incluindo triagem, diagnóstico e manejo de urgências e emergências clínicas, pediátricas e traumáticas, além de prestar assistência integral à saúde da mulher, com a realização de partos naturais. Quando	PLANTÃO/ HORAS	480HRS	R\$ 75,08



		necessário, o médico também deverá acompanhar transferências de pacientes realizadas via SAMU ou ambulância do hospital, assegurando a continuidade e a segurança do cuidado durante o transporte. O serviço incluirá ainda o acompanhamento de pacientes internados, garantindo a monitorização constante de sua evolução clínica. O serviço será conduzido de acordo com os protocolos do SUS e as diretrizes hospitalares, promovendo um atendimento humanizado, resolutivo e eficiente, visando à melhoria da saúde e bem-estar da comunidade atendida.			
02	04	<b>MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA:</b> O serviço médico plantonista será prestado no Hospital Municipal Gabriel Motta Barros em Taboquinhas, com regime de plantão de 24 horas, aos sábados e domingos, garantindo atendimento contínuo e de qualidade aos usuários. O profissional será responsável por realizar atendimentos de pronto atendimento, incluindo triagem, diagnóstico e manejo de urgências e emergências clínicas, pediátricas e traumáticas, além de prestar assistência integral à saúde da mulher, com a realização de partos naturais. Quando necessário, o médico também deverá acompanhar transferências de pacientes realizadas via SAMU ou ambulância do hospital, assegurando a continuidade e a segurança do cuidado durante o transporte. O serviço incluirá ainda o acompanhamento de pacientes internados, garantindo a monitorização constante de sua evolução clínica. O serviço será conduzido de acordo com os protocolos do SUS e as diretrizes hospitalares, promovendo um atendimento humanizado, resolutivo e eficiente, visando à melhoria da saúde e bem-estar da comunidade atendida.	PLANTÃO/ HORAS	192HRS	R\$ 88,34

**5.2.** Os itens acima serão executados pela médica Quedima Isabela Chaves de Souza, CRM 48975/BA.

**5.3.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação

**5.4.** As despesas serão computadas da seguinte forma: 60% despesa com pessoal e 40% serão computados em insumos, conforme o art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

**6.1.** O pagamento à contratada será efetuado mensalmente, de acordo os valores apurados no mês, até o 15º dia do mês subsequente do fornecimento/prestação dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo departamento responsável.

**6.2.** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, as Autorizações de Fornecimento/Ordens de serviços, devidamente assinadas por preposto autorizado pela chefe do Poder Executivo, para conferência dos quantitativos efetivamente fornecidos. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

**6.3.** Havendo erro na fatura ou recusa pelo município na aceitação dos produtos entregues, no todo ou em parte, a tramitação da fatura será suspensa até que a Contratada tome as providências necessárias à sua correção, passando a ser considerada, para fins de pagamento a data da reapresentação, devidamente regularizada.



**6.4.** Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva dos produtos entregues total ou parcial.

**6.5.** A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ.

**6.6.** A Contratada deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal todas as certidões fiscais e trabalhista.

**6.7.** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**6.8.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**6.9.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Da Emissão e Liquidação da Nota Fiscal**

**6.10.** A nota fiscal somente poderá ser emitida após faturamento a execução mensal do bem.

**6.11.** a nota fiscal deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta de preço, bem como da nota de empenho, não se admitindo notas fiscais emitidas com outros CNPJ's, oportunidade em que deverá indicar, na própria nota fiscal, o código de serviço ou fornecimento da tabela da EFD – REINF, adequado ao objeto da contratação, devendo destacar nas notas fiscais o Imposto de Renda na Fonte, em observância as regras de retenção do IR dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e o RIR/2018, para fins de retenção quando do pagamento.

**6.12.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: prazo de validade, data de emissão, dados do contrato e do órgão Contratante, período respectivo da execução do contrato, valor a pagar, eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis, além de averiguar se a mesma está acompanhada com as devidas certidões de regularidade vigentes.

**6.13.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante;

**6.14.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

**6.15.** A Administração deverá solicitar as certidões fiscais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**6.16.** Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**6.17.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para



que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**6.18.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**6.19.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal ou trabalhista.

#### **Prazo de pagamento**

**6.20.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal ou após a execução do objeto, mediante a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, através de ordem bancária, para crédito em conta bancária de titularidade da empresa contratada.

**6.21.** O valor dos pagamentos eventualmente antecipados, nos moldes descritos no parágrafo primeiro do artigo 145 da lei, será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada pro rata die, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da entidade. Na hipótese de inexecução do objeto, fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado e no caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.

**6.22.** O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à Contratada, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicáveis à mora da Administração Pública, limitados a 12% ao ano.

#### **Forma de pagamento**

**6.23.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em **(Banco Inter (077) / Agência: 0001/Conta Corrente: 0457972432 )**, indicados pelo contratado.

**6.24.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**6.25.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**6.25.1.** A Contratada no ato do envio de suas notas fiscais deverá apresentar também a "Declaração do regime tributário" ao qual a empresa está submetida e em caso de alteração do regime tributário, fica a empresa Contratada na obrigação de imediatamente informar à Contratante nova Declaração.

**6.25.2.** A Contratada, em sendo optante do Simples Nacional, está obrigada a enviar em anexo à nota fiscal, o extrato do Simples Nacional ou o recibo do PGDAS da última competência para conferência da alíquota aplicada/informada na Nota Fiscal, de acordo com art. 21 da Lei Complementar 123/2006, em seu § 4º.

**6.25.3.** A Contratada que seja beneficiada com o regime de CPRB – Contribuição Patronal sobre a Receita Bruta, deverá apresentar a Declaração em anexo à Nota Fiscal.

**6.25.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**6.26.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**7.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos



no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE GESTORA	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPESA	DE FONTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	2027-2043	3390340000/ 3390390000	150010020000/1 60000000000

#### 8. CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE DE PREÇO

8.1. Poderá haver alteração dos preços contratados para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

8.2. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

8.3. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

##### DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados
- Prestar os serviços contratados na Unidade de Saúde ou local designado pela Secretaria de Saúde, no horário determinado pela própria secretaria, conforme detalhado no objeto;
- Realizar atenção à saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade;
- Encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico deles;
- Indicar, de forma compartilhada com outros pontos de atenção, a necessidade de internação hospitalar, mantendo o acompanhamento do usuário;
- Contribuir, realizar e participar das atividades de educação permanente de todos os membros da equipe;
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS, quando for o caso;



- h) Seguir as diretrizes e portarias do SUS (Sistema Único de Saúde) e do Ministério da Saúde;
- i) Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência do edital que fundamenta a contratação;
- j) Arcar com os custos inerentes a execução dos serviços objeto do contrato;
- k) Notificar a Administração, através da Secretaria de Saúde, imediatamente e por escrito de quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução dos serviços;
- l) Não transferir a outrem o objeto do Contrato;
- m) Manter sempre a qualidade na prestação do serviço executado;
- n) Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão da pessoa física contratada ou, sendo empresa, dos seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Secretaria Municipal de Saúde de Itacaré ou a terceiros;
- o) Assegurar ao Município as condições necessárias ao acompanhamento, a supervisão, ao controle, a fiscalização e auditoria da execução do objeto contratado, permitindo o livre acesso dos servidores do Município, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos relacionados direta e indiretamente ao contratado, quando no desempenho das atividades de acompanhamento e controle;
- p) Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, em observância ao princípio da urbanidade;
- q) Substituir imediatamente, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;
- r) Responder por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento da obrigação constante do item anterior;
- s) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Município de Itacaré;
- t) Relatar à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE do município toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- u) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, apresentando com a fatura mensal os comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista;
- v) Apresentar os documentos de cobrança exigidos no edital, inclusive nota fiscal, enviando ao setor de Administrativo da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE do município;
- w) Executar os serviços conforme proposto pela Contratante durante o prazo de vigência do contrato respeitando suas Cláusulas;
- x) Responder por erro de qualquer natureza relativo aos métodos utilizados seja na esfera administrativa, civil ou penal;
- y) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados de correntes do cumprimento deste Contrato, cabendo também a pessoa física contratada;
- z) Permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria Municipal de Saúde do município, em qualquer tempo, e mantê-la permanentemente informada a respeito do andamento dos mesmos;
- aa) Adotar fluxos, protocolos e sistemas informatizados quando implantado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE do município na execução do objeto do contrato, sem custo para a contratante;
- bb) Manter absoluto sigilo sobre quaisquer documentos, informações ou dados que tiver conhecimento ou acesso em decorrência da execução do serviço;
- cc) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

**9.1.1.** Fica proibida a cobrança de qualquer quantia, a qual quer título, dos serviços prestados aos usuários do SUS, ficando a contratada responsabilizada por qualquer cobrança indevida feita a usuário





PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- 9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Credenciado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.3. Cumprir o que consta no termo de referência;
- 9.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, fixando-lhe prazo para as devidas correções.
- 9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 9.6. Efetuar os pagamentos/repasses na forma e prazo estabelecidos;
- 9.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 9.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 9.9. Publicar os extratos do contrato e de seus aditivos, se houver, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou no Diário Oficial do Município em até 10 (dez) dias úteis, contados da referida assinatura.
- 9.10. expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos municipais;
- 9.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.12. E seguir os pontos :
- a) Disponibilizar o local para atendimento dentro da Unidade de Saúde, sempre que for o caso, bem como acesso ao sistema eletrônico de registro das atividade de prontuário médico.
  - b) Proporcionar todas as condições para que o(a) Contratado(a) possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
  - c) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), de acordo com as cláusulas contratuais e o Termo de Referência do edital que fundamenta a contratação;
  - d) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
  - e) Notificar o(a) Contratado(a) por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades;
  - f) Pagar ao(à) Contratado(a) o valor resultante da prestação do serviço, na formado contrato;
  - g) Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
  - h) Compete a contratante o recebimento, conferência e atestado das notas fiscais emitidas pelo(a) contratado(a);
  - i) Organizar e regular os fluxos dos usuários do SUS/Itacaré/BA;
  - j) Providenciar as inspeções da execução dos serviços, com vistas ao cumprimento dos prazos pelo(a) Contratado(a), fiscalização da qualidade dos serviços que estão sendo prestados;
  - k) Declarar os serviços efetivamente prestados

**10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO**

10.1. A forma da fiscalização e o fiscal e gestor ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, observados os seguintes termos:

10.1.1. A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização, sendo que a atuação fiscalizadora do Município em nada restringirá a responsabilidade única,



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

**10.2.** A execução do presente Contrato será avaliada pelo fiscal de contrato mediante procedimentos de supervisão local direta ou indireta, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições ora estabelecidas e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados, respeitados a contraditória e a ampla defesa.

**10.3.** A fiscalização da execução do objeto será efetuada pelo servidor **Naiana Alves Maia Reis, Maria Oliveira Lucas de Almeida, Renata Oliveira de Melo Lima**, conforme Portaria nº 046/2025, atendendo aos termos do artigo 117 da Lei 14.133/21.

**10.4.** A fiscalização da Prefeitura Municipal de Itacaré não diminui nem substitui a responsabilidade da Contratada, decorrente das obrigações assumidas.

**10.5.** Deverá ser comunicado por escrito (preferencialmente por meio de e-mail) à contratada, sempre que necessário, a ocorrência de qualquer medida que demande comunicação formal entre as partes contratantes;

**10.6.** A contratada, pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no ajuste, sem a devida justificativa aceita por este órgão, e sem prejuízo das demais sanções aplicáveis, ficará sujeita, a critério deste mesmo órgão, às penalidades de Sanção Administrativa previstas no Contrato;

**10.7.** A contratada facilitará o acompanhamento e o controle permanente, pela contratante, dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos auditores designados para tal fim;

**10.8.** A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

**10.9.** Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

**10.10.** O Gestor do Contrato será o Secretário da Pasta da referida contratação, autoridade competente para o gerenciamento das atividades relacionadas à execução do contrato, à fiscalização técnica e administrativa e dos atos necessários à formalização do contrato, da prorrogação, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro, alteração, acréscimo, supressão, pagamento, requerer aplicação de sanções, extinção dos contratos, entre outros.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD.**

**11.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**11.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**11.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**11.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**11.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**11.6.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados, quando for o caso, o



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**11.7.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**11.8.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**11.9.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**11.10.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável e estruturado (LGPD, art. 25)

**11.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**11.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**11.13.** O Contratado deverá, caso receba qualquer comunicação de qualquer pessoa em relação ao Processamento de Dados Pessoais do Contratante (incluindo Titulares dos Dados ou autoridades de proteção de dados): (i) notificar o Contratante no prazo de 1 dia útil após o seu recebimento; (ii) fornecer toda assistência razoavelmente solicitada pelo Contratante para permitir que este responda a respectiva solicitação; e (iii) não responder solicitações diretamente sem autorização por escrito do Contratante.

**11.14.** O Fornecedor deverá implementar e manter as medidas técnicas e organizacionais necessárias para a proteção dos Dados Pessoais do Contratante, contra destruição acidental ou ilegal, danos, perdas, alterações, divulgação ou acesso não autorizados, sem prejuízo do cumprimento de qualquer outra medida exigida pelas leis de proteção de dados aplicáveis.

**11.15.** O Contratado deverá assegurar que qualquer pessoa autorizada a Processar os Dados Pessoais do Cliente esteja vinculada a obrigações contratuais de confidencialidade.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

**12.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**13.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**i. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**

**§1º** - A aplicação da sanção prevista na alínea "b" observará os seguintes parâmetros:

- 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 0,5% (meio por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.
- As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com a legislação vigente.

**13.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**13.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**13.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para o Contratante;
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 16 1, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

13.12. A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas do caput desta Cláusula é da competência do Secretário Municipal de Finanças.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92. XIX)**

14.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

14.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.7 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92. III)**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 1.066/2022 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

**16.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**16.2.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO**

**17.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

**18.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Itacaré, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

**18.2** Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Itacaré/BA, 08 de agosto de 2025.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE ITACARÉ  
Edson Arante Santos Mendes  
Prefeito Municipal

Documento assinado digitalmente  
**g vb** QUEDIMA ISABELA CHAVES DE SOUZA  
Data: 08/08/2025 15:00:22-0300  
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CONTRATADA  
QUEDIMA SOUZA SERVIÇOS MEDICOS LTDA  
CNPJ nº 61.489.814/0001-26  
Representante Legal: Quedima Isabela Chaves de Souza  
CPF nº 011.118.715-07



000230

## CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: QUEDIMA SOUZA SERVICOS MEDICOS LTDA

CPF/CNPJ: 61.489.814/0001-26

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

*Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).*

*O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.*

Certidão emitida às 11:37:33 do dia 08/08/2025 , com validade até o dia 07/09/2025.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: GHZVavPcGSOAYOSkMAWX

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ: 13.846.902/0001-95

000231



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**TERMO DE CIENTIFICAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** N.º 062/2025

**CONTRATO:** N.º 271/2025

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE ITACARÉ

**CONTRATADA:** QUEDIMA SOUZA SERVIÇOS MEDICOS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 61.489.814/0001-26

**OBJETO DO CONTRATO:** CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025.

**VIGÊNCIA CONTRATUAL:** 24 meses

Nos termos do art. 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, e conforme disposto no ato de designação expedido pela autoridade competente, o (a) servidor (a) abaixo identificado (a) declara, por meio deste termo, que:

1. **Tomou ciência da formalização do contrato administrativo acima referido**, cujo extrato e cópia integral lhe foram disponibilizados para fins de acompanhamento.
2. **Está ciente das atribuições que lhe foram conferidas enquanto Fiscal Titular/Substituto**, devendo exercer a fiscalização da execução contratual nos aspectos técnico, quantitativo e qualitativo, bem como reportar quaisquer ocorrências, falhas, inadimplementos ou situações que exijam providências administrativas.
3. **Compromete-se a manter registros e relatórios sobre o andamento do contrato**, informando à autoridade competente e ao setor de contratos sobre qualquer irregularidade verificada, sugerindo, quando necessário, providências para correção ou aplicação de sanções.
4. Declara, ainda, que atuará com observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, zelando pelo interesse público e pela boa execução do objeto contratado.

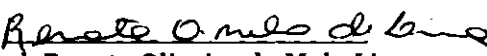
Itacaré-BA, 08 de agosto de 2025.

**Fiscal: Naiana Alves Maia Reis**

Portaria nº 046/2025  
Secretaria de Saúde

**Fiscal: Maria Oliveira Lucas de Almeida**

Portaria nº 046/2025  
Secretaria de Saúde

  
**Fiscal: Renata Oliveira de Melo Lima**  
Portaria nº 046/2025  
Secretaria de Saúde



## Portarias



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ: 13.846.902/0001-95

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



### PORTARIA Nº046, DE 13 DE MARÇO DE 2025.

**EMENTA:** Designa os Agentes Públicos que indica para o exercício da função de **FISCAL DE CONTRATOS** do Poder Executivo do Município de Itacaré-Ba, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e, dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITACARÉ**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais prevista na Lei Orgânica do Município de Itacaré, ainda, considerando, o quanto previsto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal de nº 1.067/2022, por fim, as recomendações do Tribunal de Contas os Municípios do Estado da Bahia;

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Designar os agentes públicos abaixo descritos para desempenharem as funções de fiscais de contratos, no âmbito do Poder Executivo Municipal, de acordo a cada Secretaria solicitante da contratação e objeto da contratação:

SECRETARIA SOLICITANTE	FISCAIS DE CONTRATOS
Procuradoria	1. Willian Jonathan Pereira Conceição. 2. Adriane Coutinho Santos.
Secretaria de Governo	1. Rodolfo Ferreira Santos 2. Marcos Nascimento dos Santos 3. Marcelo Santos Silva
Secretaria de Planejamento e Projetos	1. Miquelle Eduarda Reis Santos 2. Cirando José Barbosa Barros Aguiar 3. Geizane Távares da Silva Jesus
Secretaria de Administração	1. Sirlane Magalhães de Jesus 2. Hiamara de Sousa Cesar Barbosa
Secretaria de Finanças	1. Ivone Maria Carvalho Teixeira de Matos 2. Marília Gomes dos Santos 3. Alana Soares Valeta
Secretaria de Desenvolvimento Urbano	1. André Madeira Azambuja 2. Paulo Roberto Alves dos Santos. 3. Rodlesson Silva dos Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
Rua Dr. Edgar Alves dos Reis, Centro - Itacaré - Bahia CEP - 45.530-000.  
E-mail: gabineteprefeito@itacare.ba.gov.br



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ: 13.846.902/0001-95

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Secretaria de Desenvolvimento Social	1. Cleiton Agnelo Pinheiro São João 2. Juliana Silva do Nascimento 3. Nayara Cardoso dos Santos
Secretaria de Saúde	1. Naiana Alves Maia Reis 2. Maria Oliveira Lucas de Almeida 3. Renata Oliveira de Melo Lima
Secretaria de Educação	1. Jose Reinan dos Santos 2. Elis Regina Bonfim de Jesus
Secretaria de Esporte e Juventude	1. Cláudio de Melo Santos
Secretaria de Transporte Público e Trânsito	1. Elvys Arlindo Oliveira dos Santos 2. Caroline dos Santos Ceo
Secretaria de Agricultura, Pesca e Aquicultura	1. Tais Santos de Andrade 2. Klebson Batista de Jesus 3. Matheus Nascimento de Jesus
Secretaria de Meio Ambiente	1. Bruno Evangelista Moreno 2. Luciano Mendes Santos
Secretaria de Turismo	1. Luiza Longo dos Santos Quadros 2. Maria Bernadete Oliveira Gonçalves 3. Erasmo Carlos dos Santos Cruz
Secretaria de Cultura	1. Diego Augusto Moraes Silva 2. Jheniffer Cristina Brito da Silva
Secretaria de Comunicação	1. Aquis José dos Santos
Secretaria Municipal de Mulheres	1. Jocineide Silva do Nascimento 2. Janaina Lorena Rocha do Nascimento 3. Cristiane dos Santos Luz

**Art. 2º.** Os Gestores de Contratos deverão desempenhar as atribuições descritas nos arts. 12 e seguintes do Decreto Municipal nº 1.067/2022, devendo assim, acompanhar a execução contratual, noticiando as autoridades superiores as intercorrências identificadas por eles, para adoção das medidas cabíveis.

**Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**Art. 4º.** Ficam revogadas as disposições em sentido contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITACARÉ**, em 12 de março de 2025.

**EDSON ARANTE SANTOS MENDES**  
Prefeito

**REPUBLICADO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÃO TEXTUAL NA EDIÇÃO DO  
DIÁRIO OFICIAL DE Nº 5095, DE 13.03.2025.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
Rua Dr. Edgar Alves dos Reis, Centro - Itacaré - Bahia CEP - 45.530-000.  
E-mail: gabineteprefeito@itacara.ba.gov.br



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ.  
CNPJ: 13.846.902/0001-95  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS.

# EXTRATO CONTRATO

000234

## Extratos de Contratos



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ: 13.846.902/0001-95

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



EXTRATO DE CONTRATO Nº 269/ 2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 062/2025  
CREDENCIAMENTO Nº 006/2025- CHAMADA PUBLICA Nº 006/2025  
3º FASE

O Prefeito Municipal de Itacaré-BA, torna pública a contratação: **CONTRATO Nº 269/2025**-Contratante: **Município de Itacaré** - BA, CNPJ 13.846.902/0001-95; Contratado: **GABRIEL PENA MACHADO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 50.515.850/0001-09, tendo por **OBJETO**: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025. Os valores pagos pelos serviços realizados seguirão os procedimentos constantes no termo de referência ao objeto deste credenciamento, com valor referência indicado na Tabela constante no Anexo I do presente edital, o qual foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo. **Data de Assinatura**: 08 de agosto de 2025. **Vigência**: 24 (Vinte e quatro) meses.

LOTE	ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO	UND	VALOR DA HORA
02	01	<b>MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA</b> : O serviço médico plantonista será prestado no Hospital Municipal de Itacaré, com regime de plantão de 24 horas, garantindo atendimento contínuo e de qualidade aos usuários. O profissional será responsável por realizar atendimentos de pronto atendimento, incluindo triagem, diagnóstico e manejo de urgências e emergências clínicas, pediátricas e traumáticas, além de prestar assistência integral à saúde da mulher, com a realização de partos naturais. Quando necessário, o médico também deverá acompanhar transferências de pacientes realizadas via SAMU ou ambulância do hospital, assegurando a continuidade e a segurança do cuidado durante o transporte. O serviço incluirá ainda o acompanhamento de pacientes internados, garantindo a monitorização constante de sua evolução clínica. O serviço será conduzido de acordo com os protocolos do SUS e as diretrizes hospitalares, promovendo um atendimento humanizado, resolutivo e eficiente, visando à melhoria da saúde e bem-estar da comunidade atendida.	PLANTÃO/ HORAS	R\$ 88,34
02	02	<b>MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA</b> : O serviço médico plantonista será prestado no Hospital Municipal de Itacaré, com regime de plantão de 12 horas, garantindo atendimento contínuo e de qualidade aos usuários. O profissional será responsável por realizar atendimentos de pronto atendimento, incluindo triagem, diagnóstico e manejo de urgências e emergências clínicas, pediátricas e traumáticas, além de prestar assistência integral à saúde da mulher, com a realização de partos naturais.	PLANTÃO/ HORAS	R\$ 93,33
02	03	<b>MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA</b> : O serviço médico plantonista será prestado no Hospital Municipal Gabriel Motta Barros em Taboquinhas, com regime de plantão de 24 horas, de segunda a sexta-feira, garantindo atendimento contínuo e de qualidade aos usuários. O profissional será responsável por realizar atendimentos de pronto atendimento, incluindo triagem, diagnóstico e manejo de urgências e emergências clínicas, pediátricas e traumáticas, além de prestar assistência integral à saúde da mulher, com a realização de partos naturais.	PLANTÃO/ HORAS	R\$ 75,08

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
Rua Dr. Edgar Alves dos Reis, nº 57, Centro - Itacaré - Bahia CEP - 45.530-000.  
E-mail: itacare.licitacoes@gmail.com



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ: 13.846.902/0001-95

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



		Quando necessário, o médico também deverá acompanhar transferências de pacientes realizadas via SAMU ou ambulância do hospital, assegurando a continuidade e a segurança do cuidado durante o transporte. O serviço incluirá ainda o acompanhamento de pacientes internados, garantindo a monitorização constante de sua evolução clínica. O serviço será conduzido de acordo com os protocolos do SUS e as diretrizes hospitalares, promovendo um atendimento humanizado, resolutivo e eficiente, visando à melhoria da saúde e bem-estar da comunidade atendida.		
02	04	<b>MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA:</b> O serviço médico plantonista será prestado no Hospital Municipal Gabriel Motta Barros em Taboquinhas, com regime de plantão de 24 horas, aos sábados e domingos, garantindo atendimento contínuo e de qualidade aos usuários. O profissional será responsável por realizar atendimentos <i>de pronto atendimento, incluindo triagem, diagnóstico e</i> manejo de urgências e emergências clínicas, pediátricas e traumáticas, além de prestar assistência integral à saúde da mulher, com a realização de partos naturais. Quando necessário, o médico também deverá acompanhar transferências de pacientes realizadas via SAMU ou ambulância do hospital, assegurando a continuidade e a segurança do cuidado durante o transporte. O serviço incluirá ainda o acompanhamento de pacientes internados, garantindo a monitorização constante de sua evolução clínica. O serviço será conduzido de acordo com os protocolos do SUS e as diretrizes hospitalares, promovendo um atendimento humanizado, resolutivo e eficiente, visando à melhoria da saúde e bem-estar da comunidade atendida.	PLANTÃO/ HORAS	R\$ 88,34

Publica-se na forma da lei.

Itacaré/Ba, 08 de agosto de 2025.

Edson Arante Santos Mendes.  
Prefeito Municipal.

Lamarthinna de Jesus dos Santos.  
AGENTE DE CONTRATAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
Rua Dr. Edgar Alves dos Reis, nº 57, Centro - Itacaré - Bahia CEP - 45.530-000.  
E-mail: itacare.licitacoes@gmail.com

## Extratos de Contratos



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ: 13.846.902/0001-95

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



EXTRATO DE CONTRATO Nº 270/ 2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 062/2025  
CREDENCIAMENTO Nº 006/2025- CHAMADA PUBLICA Nº 006/2025  
3ª FASE

O Prefeito Municipal de Itacaré-BA, torna pública a contratação: **CONTRATO Nº 270/2025**-Contratante: **Município de Itacaré - BA**, CNPJ 13.846.902/0001-95; Contratado: **NEUROMED SERVIÇOS MÉDICOS**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 30.066.429/0001-42, tendo por **OBJETO**: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025. Os valores pagos pelos serviços realizados seguirão os procedimentos constantes no termo de referência ao objeto deste credenciamento, com valor referência indicado na Tabela constante no Anexo I do presente edital, o qual foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo. **Data de Assinatura**: 19 de agosto de 2025. **Vigência**: 24 (Vinte e quatro) meses.

LOTE	ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO	UND	VALOR DA HORA
03	15	<b>MÉDICO ESPECIALIZADO</b> : O serviço médico especializado em neurologia clínica será prestado nas unidades de saúde de Itacaré e Taboquinhas, com a realização de até 35 consultas por atendimento, atendendo tanto a pacientes pediátricos quanto adultos. O neurologista clínico será responsável por realizar consultas de avaliação e diagnóstico de condições neurológicas, incluindo distúrbios do sistema nervoso central e periférico, como epilepsia, cefaleias, doenças neuromusculares, entre outras. O atendimento incluirá a análise detalhada de histórico médico, exames clínicos, orientação sobre tratamentos medicamentosos e terapias, com base nas diretrizes do SUS. O atendimento será realizado com foco na qualidade, precisão e cuidado humanizado para todas as faixas etárias, garantindo acesso à saúde neurológica integral.	CONSULTA	R\$ 361,00

Publica-se na forma da lei.

Itacaré/Ba, 19 de agosto de 2025.

Edson Arante Santos Mendes.  
Prefeito Municipal.

Lamarthinna de Jesus dos Santos.  
AGENTE DE CONTRATAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
Rua Dr. Edgar Alves dos Reis, nº 57, Centro - Itacaré - Bahia CEP - 45.530-000.  
E-mail: itacare.licitacoes@gmail.com



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ: 13.846.902/0001-95

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



EXTRATO DE CONTRATO Nº 271/ 2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 062/2025  
CREDENCIAMENTO Nº 006/2025- CHAMADA PUBLICA Nº 006/2025  
3ª FASE

O Prefeito Municipal de Itacaré-BA, torna pública a contratação: **CONTRATO Nº 271/2025**-Contratante: **Município de Itacaré** - BA, CNPJ 13.846.902/0001-95; Contratado: **QUEDIMA SOUZA SERVIÇOS MEDICOS LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 61.489.814/0001-26, tendo por **OBJETO**: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUÍDOS COMO PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2025. Os valores pagos pelos serviços realizados seguirão os procedimentos constantes no termo de referência ao objeto deste credenciamento, com valor referência indicado na Tabela constante no Anexo I do presente edital, o qual foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo. **Data de Assinatura**: 08 de agosto de 2025. **Vigência**: 24 (Vinte e quatro) meses.

LOTE	ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO	UND	VALOR DA HORA
01	01	<b>MÉDICO CLÍNICO</b> : O serviço médico especializado em clínica geral será prestado nas <b>unidades de Saúde da Família (PSF)</b> de Itacaré e Taboquinhas, com carga horária de 40 horas semanais, de segunda a sexta- feira. O médico clínico geral será responsável por realizar atendimentos básicos de saúde, incluindo consultas médicas, diagnóstico e manejo de condições agudas e crônicas, acompanhamento de pacientes, encaminhamentos especializados quando necessário, e ações de promoção da saúde preventiva. Além disso, o profissional deverá atuar nos programas do PSF, como o acompanhamento de gestantes e puérperas no Pré-Natal, monitoramento de crianças e adolescentes, manejo de doenças crônicas como diabetes e hipertensão, visitas domiciliares e desenvolvimento de ações educativas e de imunização. O trabalho será realizado em conformidade com os protocolos do SUS, promovendo ações integradas com as equipes multiprofissionais para atender às necessidades da comunidade de forma humanizada, eficaz e resolutiva, <i>ampliando o acesso e fortalecendo a atenção primária em saúde.</i>	HORAS	R\$ 81,25
01	02	<b>MÉDICO CLÍNICO</b> : O serviço médico especializado em clínica geral será prestado para atendimento nas Equipes de Atenção Primária (EAP) de Itacaré e Taboquinhas, com carga horária de 30 horas semanais. O médico clínico geral será responsável por realizar atendimentos básicos de saúde, incluindo consultas médicas, diagnóstico e manejo de condições agudas e crônicas, acompanhamento de pacientes, encaminhamentos especializados quando necessário, e ações de promoção da saúde preventiva. Além disso, o profissional deverá atuar nos programas do EAP, como o acompanhamento de gestantes e puérperas no Pré-Natal, monitoramento de crianças e adolescentes, manejo de doenças crônicas como diabetes e hipertensão, visitas domiciliares e desenvolvimento de ações educativas e de imunização. O trabalho será realizado em conformidade com os protocolos do SUS, promovendo ações integradas com as equipes multiprofissionais para atender às necessidades da comunidade de forma humanizada, eficaz e resolutiva, <i>ampliando o acesso e fortalecendo a atenção primária em saúde.</i>	HORAS	R\$ 81,25

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
Rua Dr. Edgar Alves dos Reis, nº 57, Centro - Itacaré - Bahia CEP - 45.530-000.  
E-mail: itacare.licitacoes@gmail.com



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ: 13.846.902/0001-95

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



01	03	<b>MÉDICO CLÍNICO:</b> O serviço médico especializado em clínica geral será prestado de forma itinerante nos postos de saúde da zona rural de Itacaré e Taboquinhas, com carga horária de 30 horas semanais, integrando-se aos serviços dos Programas de Saúde da Família (PSF). O médico clínico geral será responsável por realizar consultas médicas, diagnóstico e manejo de condições agudas e crônicas, além de desenvolver ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento de grupos prioritários, como gestantes, crianças, idosos e pacientes com doenças crônicas. O atendimento será conduzido conforme os protocolos do SUS e os princípios da Atenção Primária à Saúde (APS), garantindo qualidade, resolutividade e cuidado humanizado. A atuação do profissional visa ampliar o acesso aos serviços de saúde, fortalecer a continuidade do cuidado e atender de forma integral às necessidades da população das áreas rurais.	HORAS	R\$ 81,25
02	01	<b>MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA:</b> O serviço médico plantonista será prestado no Hospital Municipal de Itacaré, com regime de plantão de 24 horas, garantindo atendimento contínuo e de qualidade aos usuários. O profissional será responsável por realizar atendimentos de pronto atendimento, incluindo triagem, diagnóstico e manejo de urgências e emergências clínicas, pediátricas e traumáticas, além de prestar assistência integral à saúde da mulher, com a realização de partos naturais. Quando necessário, o médico também deverá acompanhar transferências de pacientes realizadas via SAMU ou ambulância do hospital, assegurando a continuidade e a segurança do cuidado durante o transporte. O serviço incluirá ainda o acompanhamento de pacientes internados, garantindo a monitorização constante de sua evolução clínica. O serviço será conduzido de acordo com os protocolos do SUS e as diretrizes hospitalares, promovendo um atendimento humanizado, resolutivo e eficiente, visando à melhoria da saúde e bem-estar da comunidade atendida.	PLANTÃO/ HORAS	R\$ 88,34
02	02	<b>MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA:</b> O serviço médico plantonista será prestado no Hospital Municipal de Itacaré, com regime de plantão de 12 horas, garantindo atendimento contínuo e de qualidade aos usuários. O profissional será responsável por realizar atendimentos de pronto atendimento, incluindo triagem, diagnóstico e manejo de urgências e emergências clínicas, pediátricas e traumáticas, além de prestar assistência integral à saúde da mulher, com a realização de partos naturais.	PLANTÃO/ HORAS	R\$ 93,33
02	03	<b>MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA:</b> O serviço médico plantonista será prestado no Hospital Municipal Gabriel Motta Barros em Taboquinhas, com regime de plantão de 24 horas, de segunda a sexta-feira, garantindo atendimento contínuo e de qualidade aos usuários. O profissional será responsável por realizar atendimentos de pronto atendimento, incluindo triagem, diagnóstico e manejo de urgências e emergências clínicas, pediátricas e traumáticas, além de prestar assistência integral à saúde da mulher, com a realização de partos naturais. Quando necessário, o médico também deverá acompanhar transferências de pacientes realizadas via SAMU ou ambulância do hospital, assegurando a continuidade e a segurança do cuidado durante o transporte. O serviço incluirá ainda o	PLANTÃO/ HORAS	R\$ 75,08

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
Rua Dr. Edgar Alves dos Reis, nº 57, Centro - Itacaré - Bahia CEP - 45.530-000.  
E-mail: itacare.licitacoes@gmail.com





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
CNPJ: 13.846.902/0001-95



**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

		acompanhamento de pacientes internados, garantindo a monitorização constante de sua evolução clínica. O serviço será conduzido de acordo com os protocolos do SUS e as diretrizes hospitalares, promovendo um atendimento humanizado, resolutivo e eficiente, visando à melhoria da saúde e bem-estar da comunidade atendida.		
02	04	<b>MÉDICO CLÍNICO PLANTONISTA:</b> O serviço médico plantonista será prestado no Hospital Municipal Gabriel Motta Barros em Taboquinhas, com regime de plantão de 24 horas, aos sábados e domingos, garantindo atendimento contínuo e de qualidade aos usuários. O profissional será responsável por realizar atendimentos de pronto atendimento, incluindo triagem, diagnóstico e manejo de urgências e emergências clínicas, pediátricas e traumáticas, além de prestar assistência integral à saúde da mulher, com a realização de partos naturais. Quando necessário, o médico também deverá acompanhar transferências de <i>pacientes realizadas via SAMU ou ambulância do hospital</i> , assegurando a continuidade e a segurança do cuidado durante o transporte. O serviço incluirá ainda o acompanhamento de pacientes internados, garantindo a monitorização constante de sua evolução clínica. O serviço será conduzido de acordo com os protocolos do SUS e as diretrizes hospitalares, promovendo um atendimento humanizado, resolutivo e eficiente, visando à melhoria da saúde e bem-estar da comunidade atendida.	PLANTÃO/ HORAS	R\$ 88,34

Publica-se na forma da lei.

Itacaré/Ba, 08 de agosto de 2025.

Edson Arante Santos Mendes.  
Prefeito Municipal.

Lamarthinna de Jesus dos Santos.  
AGENTE DE CONTRATAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ  
Rua Dr. Edgar Alves dos Reis, nº 57, Centro - Itacaré - Bahia CEP - 45.530-000.  
E-mail: itacare.licitacoes@gmail.com

000240

Contratos

# Contrato nº 000269/2025

Última atualização 12/08/2025

Local: Itacaré/BA Órgão: MUNICIPIO DE ITACARE

Unidade executora: 13846902000195-001 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ

Tipo: Contrato (termo inicial) Receita ou Despesa: Despesa Processo: 000062/2025

Categoria do processo: Compras

Data de divulgação no PNCP: 12/08/2025 Data de assinatura: 08/08/2025

Vigência: de 08/08/2025 a 08/08/2027

Id contrato PNCP: 13846902000195-2-000250/2025 Fonte: E & L PRODUCOES DE SOFTWARE LTDA

Id contratação PNCP: 13846902000195-1-000041/2025

## Objeto:

CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUIDOS COMO PESSOA JURIDICA PARA PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUARIOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ITACARE EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAUDE. EXE

## VALOR CONTRATADO

R\$ 4.037.339,52

## FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica CNPJ/CPF: 50.515.850/0001-09 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome/Razão social: Gabriel Pena Machado

## Histórico

Evento	Data/Hora do Evento
Inclusão - Contrato	12/08/2025 - 13:09:16
Retificação - Contrato	12/08/2025 - 13:15:16

Exibir 5

1-2 de 2 itens

Página 1

Voltar




Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado a divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos, observados os procedimentos.


000241

É gerido pelo Comité Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um  
coligado cooperativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764,  
de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento desta versão do Portal é um esforço conjunto do consórcio  
do qual compõem o órgão legal, homologado pelos atos de compra e venda de  
compra.

A administração, adequação e conteúdo das informações e dos arquivos relativos  
às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de  
estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

 <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

\* A concessão de crédito é feita por meio de uma avaliação de risco.



000242

&gt; Contratos

## Contrato nº 000270/2025

Última atualização 28/08/2025

Local: Itacaré/BA Órgão: MUNICIPIO DE ITACARE

Unidade executora: 13846902000195-001 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ

Tipo: Contrato (termo inicial) Receita ou Despesa: Despesa Processo: 000062/2025

Categoria do processo: Compras

Data de divulgação no PNCP: 28/08/2025 Data de assinatura: 08/08/2025

Vigência: de 08/08/2025 a 08/08/2027

Id contrato PNCP: 13846902000195-2-000259/2025 Fonte: E &amp; L PRODUCOES DE SOFTWARE LTDA

Id contratação PNCP: 13846902000195-1-000041/2025

## Objeto:

CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUIDOS COMO PESSOA JURIDICA PARA PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUARIOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ITACARE EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAUDE, EXE

## VALOR CONTRATADO

R\$ 909.720,00

## FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica CNPJ/CPF: 30.066.429/0001-42 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: 30.066.429 NEUROMED SERVIÇOS MEDICOS LTDA

## Histórico

Evento

Data/Hora do Evento

Inclusão - Contrato

28/08/2025 - 08:38:34

Exibir

5

1-1 de 1 itens

Página

1

&lt; &gt;

&lt; Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novo diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à licença de uso.

000244

 > Contratos

# Contrato nº 000271/2025

Última atualização 12/08/2025

**Local:** Itacaré/BA **Órgão:** MUNICIPIO DE ITACARE

**Unidade executora:** 13846902000195-001 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARÉ

**Tipo:** Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 000062/2025

**Categoria do processo:** Compras

**Data de divulgação no PNCP:** 12/08/2025 **Data de assinatura:** 08/08/2025

**Vigência:** de 08/08/2025 a 08/08/2027

**Id contrato PNCP:** 13846902000195-2-000249/2025 **Fonte:** E & L PRODUCOES DE SOFTWARE LTDA

**Id contratação PNCP:** 13846902000195-1-000041/2025

## Objeto:

CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS CONSTITUIDOS COMO PESSOA JURIDICA PARA PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS COMPLEMENTARES DESTINADOS AOS USUARIOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ITACARE EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAUDE. EXE

## VALOR CONTRATADO

R\$ 4.817.339,52


## FORNECEDOR:

**Tipo:** Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 61.489.814/0001-26 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

**Nome/Razão social:** Ouedima Souza serviÃšos medicos ltda

## Histórico

Evento 

Data/Hora do Evento 

Inclusão - Contrato

12/08/2025 - 13:06:10

Exibir

1-1 de 1 itens

Página

 Voltar




Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado a divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novo diploma.


É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com as atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.761, de 9 de agosto de 2021.

000245

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um estágio conjunto da construção de uma concepção direta legal, homologada pelos indicados a compor o Auditorio Público.

A edição não foi editada e o conteúdo das informações e dos arquivos relativos às contribuições disponibilizadas no NUP por força da Lei nº 14.132/2021 são de responsabilidade dos órgãos e entidades contetadas.

 <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

 0800 978 9001

VERIFICANDO O SEU ACESSO AOS PARCEIROS

Tudo registrado e exibido de informações, de conteúdos e de uso de uso.